

ANDRÉA MARTINI

**TECENDO LIMITES NA FOZ DO BREU, ALTO JURUÁ,
ACRE, BRASIL**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao
Departamento de Antropologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr.
Mauro William Barbosa de Almeida.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
31/08/98.

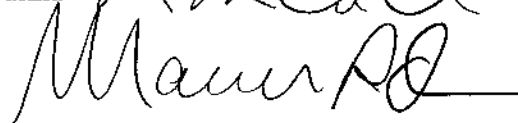
Profa. Dra. Ana Maria de Niemeyer



Profa. Dra. Maria Manuela Ligeti Carneiro da Cunha



Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida



Agosto/1998

M365t

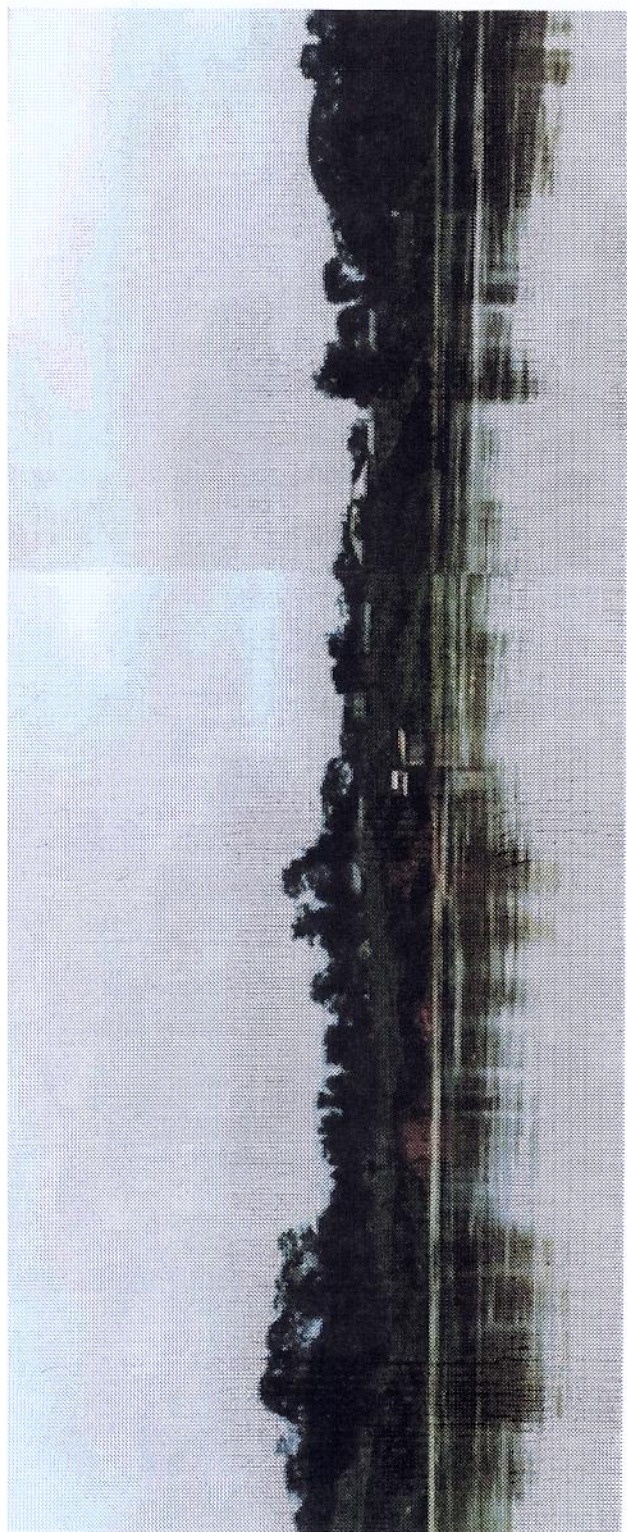
35303/BC

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

M365 t **Martini, Andréa**
 Tecendo limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil /
Andréa Martini. - - Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia. 2. Vida – História. 3. Memória. 4. Espaço e tempo. 5. História oral. 6. Amazônia. I. Almeida, Mauro W. B. de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Em memória do compadre

Jorge Nascimento

E para Rose e Paulo

Sabina, Íris, Vigore, Valter;

sou só vocês...

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas e seres que contribuíram para o eterno repensar desta pesquisa (dora): amigos, inimigos, irmãos...

Os mais sinceros agradecimentos e votos de felicidade para todos os moradores do Alto Juruá; amigos, colaboradores e parceiros para toda a vida.

Ao meu orientador Mauro de Almeida, pela sensibilidade em fazer aflorar sensibilidades.

A minha família Schmidt - Martini; sem vocês, eu não sei como seria.

Aos meus amigos aventureiros, espalhados pelos quatro cantos do mundo e aos meus amigos que foram deste cedo; estamos juntos, no instinto de ser.

A um homem, com nome de gás nobre, disfarçado de bicho andante; sinto eterno reconhecimento.

Aos mestres Antônio Liberac, Tião Carvalho, Adílson Nascimento, agradeço as artes e os ensinamentos.

E aos bons professores e colegas... Pessoas de muitos lugares, culturas e idiomas: eu vos amo, pessoas !

Agradeço à Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, pelo carinho e respeito com que sempre fui tratada

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPQ) o período de bolsa concedido. Aos amigos e colaboradores da Unicamp, o meu muito obrigado.

APRESENTAÇÃO

O objetivo desse trabalho é narrar a ocupação da fronteira brasileiro-peruana, acompanhando seringueiros e agricultores em diferentes locais da Reserva Extrativista do Alto Juruá e destacando processos de ocupação do espaço e de formação de redes sociais. Procuro chamar a atenção do leitor para dois assuntos: a execução de um recorte etnográfico e a diversidade das estruturas e morfologias sociais que brotam do recorte alinhavado pelo pesquisador, sujeito de uma versão dos fatos.

No segundo capítulo, podemos ver como narradores, historiadores, antropólogos e moradores, constroem versões diferentes sobre os mesmos fatos; refletindo, também nas narrativas, concepções e estratégias particulares.

No terceiro capítulo, o foco são as formas de classificação espacial, local e “de fora”. No caso da Foz do Breu, os limites territoriais são criados por redes de aliança assimétricas. Na colocação de seringueiros Depósito do São João, uma colocação “de centro”, os laços entre as casas são realimentados por trocas simétricas.

No quarto capítulo, veremos como os seringueiros classificam pessoas em categorias que refinam, com nuances e matizes diferentes dos nossos, as gradações de idade e de status dos indivíduos: o caráter processual da vida das pessoas, a complexa transição dos indivíduos por categorias sociais

No quinto capítulo, as relações de aliança, simétricas e/ou assimétricas, apontam para formas diferenciadas de gerir o espaço, o poder e o status, na região.

Imagens

Agradeço o tratamento das imagens feito por Itamarati de Lima.

1. Foz do Breu vista de longe. Fotos: Andréa Martini, rio Juruá, 1997. Fotomontagem: Itamaraty de Lima, Campinas, 1998.
2. Barranco do Juruá. Foto: Andréa Martini, rio Juruá, 1994
3. Mapa A
4. Mapa B
5. Mapa C
6. Mapa D
7. No rumo da vila. Foto: Andréa Martini, rio Juruá, 1997.
8. Madrugada no campo da vila. Foto: Andréa Martini, rio Juruá, 1997.
9. Colocação Belfort. Desenho de Maria Maciane Barros de Freitas, 13 anos, colocação Belfort, rio Juruá, 1997.
10. Colocação Depósito. Desenho de Margarida Linhares, 23 anos, colocação Depósito, igarapé São João do Breu, 1994.
11. Foz do Breu: escola, porto e casario. Foto: Andréa Martini, rio Juruá, 1997
12. Mapa das matas da vila Restauração. Desenho de Antônio Gomes do Nascimento, 40 anos, vila Restauração, rio Tejo, 1997.
13. Mapa de rios e igarapés da Restauração. Desenho de Antônio Gomes do Nascimento, 40 anos, vila Restauração, rio Tejo, 1997.
14. Bancada e casa de Ernestina ao fundo. Foto: Alexandre Goulart de Andrade, rio Juruá, 1994.
15. Colocação Volta Grande. Desenho de Evilane de Albuquerque, 13 anos, colocação Volta Grande, rio Juruá, 1994.
16. Mapa da comunidade Restauração. Desenho de Maria Francisca Bandeira de Sousa, 17 anos, vila Restauração, rio Tejo, 1997.
17. Colocação Cachoeira do Lago. Desenho de Artemisia Gomes do Nascimento, 6 anos, colocação Cachoeira do Lago, rio Tejo, 1997.
18. Santo Cruzeiro e a foz do rio Breu. Foto: Andréa Martini, rio Juruá, 1994.
19. Casa. Desenho de Maria Erizone Sousa Pinheiro, 13 anos, colocação Foz do Caipora, rio Juruá, 1994.

20. Colocação Cachoeira do Lago. Desenho de Artemísia Gomes do Nascimento, 6 anos, colocação Cachoeira do Lago, rio Tejo, 1997.
21. Colocação Belfort. Desenho de Gislene, 10 anos e Saionara Barros de Freitas, 4 anos, colocação Belfort, rio Juruá, 1997.

INTRODUÇÃO	3
1.1. FORMAS DE OLHAR	6
1.2. RECORTES DO OBJETO	8
1.3. A SINCERIDADE SISTEMÁTICA	12
CAPÍTULO II. VISÕES DO ALTO JURUÁ E DO SÃO JOÃO	15
2.1. O ENCONTRO COM A FOZ DO BREU E O RIO SÃO JOÃO [VISÃO DA ANTROPÓLOGA]	16
<i>Estudando agricultores e seringueiros: a Foz do Breu e o Depósito do São João</i>	17
<i>A Foz do Breu: um lugar que foi deixado fora do mapa</i>	19
2.2. ANTECEDENTES DO ALTO JURUÁ: REGISTROS [VISÃO DE HISTORIADORES]	25
<i>Reconhecendo o rio Juruá</i>	26
<i>Terras de ninguém</i>	30
2.3. AS CORRERIAS DE CABOCLOS [VISÕES LOCAIS]	32
<i>História curta</i>	33
<i>Caboclo: brasileiro legítimo</i>	34
<i>Os cearenses brabo; os arigó</i>	39
<i>O caboclo brabo e o manso</i>	44
<i>As correrias de caboclo na Foz do Breu</i>	46
<i>Retaliações</i>	53
<i>Notas para conclusão</i>	55
CAPÍTULO III. FORMAS DE OLHAR O ESPAÇO: RESERVA, COLOCAÇÃO, VILA	58
3.1. AS RESERVAS EXTRATIVISTAS	58
3.2. COLOCAÇÃO	61
<i>A colocação Depósito</i>	64
<i>Em torno da colocação Depósito</i>	68
<i>Características ambientais</i>	69
3.3. VILA	71
<i>Uma vila na foz de um rio</i>	71
<i>Vista do alto; os recortes remoto - administrativos</i>	74
<i>Subprefeitura e subdelegacia de Marechal Thaumaturgo</i>	75
<i>Fronteira Internacional</i>	76
3.3. PAISAGENS E CATEGORIAS DIFUSAS; SENSORES À FLOR DA PELE	78
3.4. AVALIANDO OS RECORTES ESPACIAIS	87
CAPÍTULO IV. FORMAS DE OLHAR PESSOAS	90
4.1. CATEGORIAS DE GÊNERO E IDADE	90
<i>Velhice</i>	94
<i>Velhos; campeões em serviços prestados</i>	97
<i>Um caso de Ernestina parteira, 76 anos, Foz do Breu, rio Juruá</i>	103
<i>A Velha Luciola Barbosa da Silva no igarapé São João</i>	106
<i>Mulher</i>	108
<i>Trabalho de mulher</i>	110
<i>Mulher solteira</i>	111
<i>Moça</i>	112
<i>Menino velho ou pequeno grande</i>	113
<i>Os meninos da floresta</i>	115
<i>As meninas da mata</i>	116
<i>Homem feito</i>	117
<i>Homem solteiro</i>	119
<i>Rapaz</i>	120
4.2. CASAMENTO	122
<i>Festas: a moral do claro-escuro</i>	122

<i>Tipos de casamento no Alto Juruá</i>	123
<i>Porque se ajuntar informalmente ?</i>	125
<i>Porque as pessoas se juntam ?</i>	127
<i>Tensões e conflitos decorrentes do casamento</i>	128
<i>Carregar</i>	129
<i>História do rapto de Lucíola</i>	130
<i>Hipóteses e discussões sobre carregar</i>	131
<i>Carregar a futura esposa: o caso da floresta</i>	136
<i>Notas para a conclusão</i>	137
CAPÍTULO V. TEIAS SOCIAIS: COLOCAÇÃO E VILA	138
5.1. DEPÓSITO DO SÃO JOÃO; COOPERANDO A GENTE SE ENTENDE	138
5.2. TEIAS SOCIAIS NA COLOCAÇÃO; AS TROCAS BÁSICAS	140
<i>Anexo A - Grupos Domésticos da colocação Depósito -</i>	146
5.3. A FOZ DO BREU; TERRITÓRIO E TEIAS SOCIAIS	159
<i>Ernestina Ferreira Batista, Ernestina Rodrigues da Silva</i>	162
<i>Pequena história de Ernestina</i>	163
<i>Ernestina: tecendo limites locais através do território</i>	164
<i>Redes sociais na Foz do Breu</i>	166
<i>Anexo B - Os grupos domésticos da Foz do Breu</i>	168
CONCLUSÕES	182
BIBLIOGRAFIA	184



Introdução

O objetivo desse trabalho é acompanhar a ocupação da fronteira brasileiro-peruana, acompanhando seringueiros e agricultores em diferentes locais da Reserva Extrativista do Alto Juruá e destacando processos de ocupação do espaço e de formação de redes sociais. A ocupação desses territórios, inicialmente violenta e impiedosa, será narrada através de histórias e memória locais de ocupação somadas à observação e reconstrução dos acontecimentos.

Os narradores, moradores da Foz do Breu e do igarapé São João, nos mostram como chegaram à região, como constituíram suas famílias e colocações. Os casos da vila Foz do Breu e do igarapé São João mostram como é que migrantes abriram a floresta para morada, e a bem dizer, como e porque a Foz do Breu ficou sendo a atual fronteira internacional Peru - Brasil.

No entanto, o objetivo mais importante desse trabalho é inscrever, na mal contada história do Brasil, episódios e experiências de vida de cidadãos e situações pouco registradas ou deliberadamente esquecidas, largadas; como disse Euclides da Cunha, à margem da história. A ocupação dessa região do estado do Acre (que pertencera ao Peru) reuniu em frentes de batalha, chamadas correrias de caboclo, etnias indígenas "mansas" e "brabas", cearenses "mansos" e "brabos" e acreanos em uma política de ocupação violenta com características de genocídio étnico.

O processo de ocupação da fronteira resultou tanto em colocações de seringal como o Depósito do Igarapé São João, como em vilas ribeirinhas de lavradores, pequenos comerciantes e pastores, como na vila Foz do Breu. Cada colocação, comporta um número de casas, chefes e pessoas, número calculado com base na quantidade de recursos existentes na área da colocação e o número de pessoas que dela deverão retirar seu sustento. Nesse sentido, as colocações caracterizam-se pelo chamado uso racional dos recursos naturais, requisito fundamental para a sustentabilidade e para a criação da Reserva Extrativista.

Esses dois padrões de ocupação exprimem o fato de que a ocupação na região foi motivada tanto pelo intuito econômico de explorar a floresta como pelo desejo geopolítico de assegurar uma fronteira. O importante é, porém, o fato de que após as investidas iniciais estimuladas ou comandadas pelas companhias amazônicas e pelos governos estaduais e federais, esses dois padrões de ocupação tornam-se estilos de vida de pessoas locais que eram e continuam invisíveis.

A Foz do Breu passa despercebida para quem observa um mapa do Brasil. Localizada na boca do Rio Breu e limítrofe ao Peru, faz parte da Reserva Extrativista do Alto Juruá e segue, semi-invisível, aos olhares pouco atentos. Imperceptível nos mapas cartográficos, mas, complexa e rica para suas populações fronteiriças, a Foz do Breu nos conta várias histórias: a história das populações indígenas, a história da construção das fronteiras nacionais, a história dos trabalhadores da floresta; extrativistas e/ou agricultores. Sem sombra de dúvida, essa vila na foz do rio Breu

encerra histórias do Brasil. Entretanto, qual a escala em que a história é narrada ? Afinal mesmo nas histórias do Acre a vila não existe.

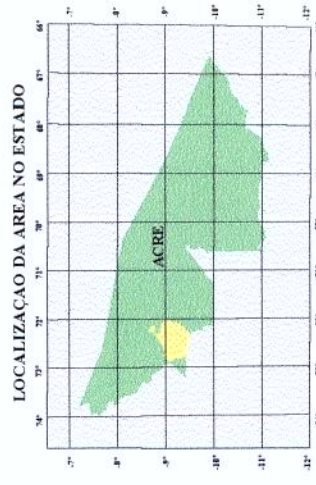
Se a vila “não existe” na história do Acre, o que dizer da colocação Depósito, no igarapé São João ? O Depósito é uma colocação de “centro”¹, o espaço distante da margem do rio; e a Vila fica na margem; distinção essa que separa os seringueiros e os barranqueiros. Se a vila Foz do Breu é remota, no interior da reserva, o Depósito do São João é ainda mais remoto - ainda menos visível.

¹No sistema mundial, o centro é o perto e a margem está à distância. Se o centro é São Paulo, a Foz do Breu é marginal em grau máximo. Na Reserva Extrativista, “margem” designa a margem do rio, e é a origem sistema local de coordenadas (é a posição zero, em relação ao afastamento que leva para os “centros”). Também na Reserva Extrativista, há outra dimensão espacial que é o par “alto/baixo”. A Foz do Breu fica então, em coordenadas locais, na *margem* e no *alto*, enquanto a colocação Depósito, no São João fica no *centro* e no *alto*; ambas se opõem a Manaus e a Belém que ficam na *margem* e no *baixo* (cf. Almeida, 1992).

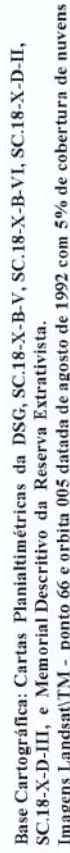
Legenda

Hill

Colocações



Equipe Técnica:
Diretoria da ASAREAJ
Fiscais colaboradores e
Processamento: Henrique L. Roig
UERJ / Faculdade de Geologia
Data: Janeiro de 1995



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR
Datum Horizontal: Corrego Alegre - Minas Gerais

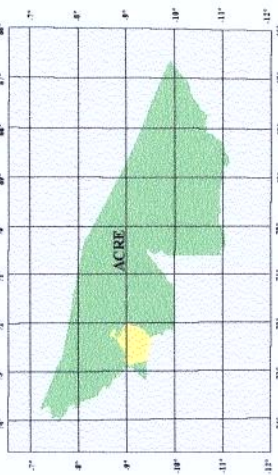


RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ DISTRIBUIÇÃO DAS COLOCAÇÕES

Legenda

- Colocações
-
- Lim

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NO ESTADO



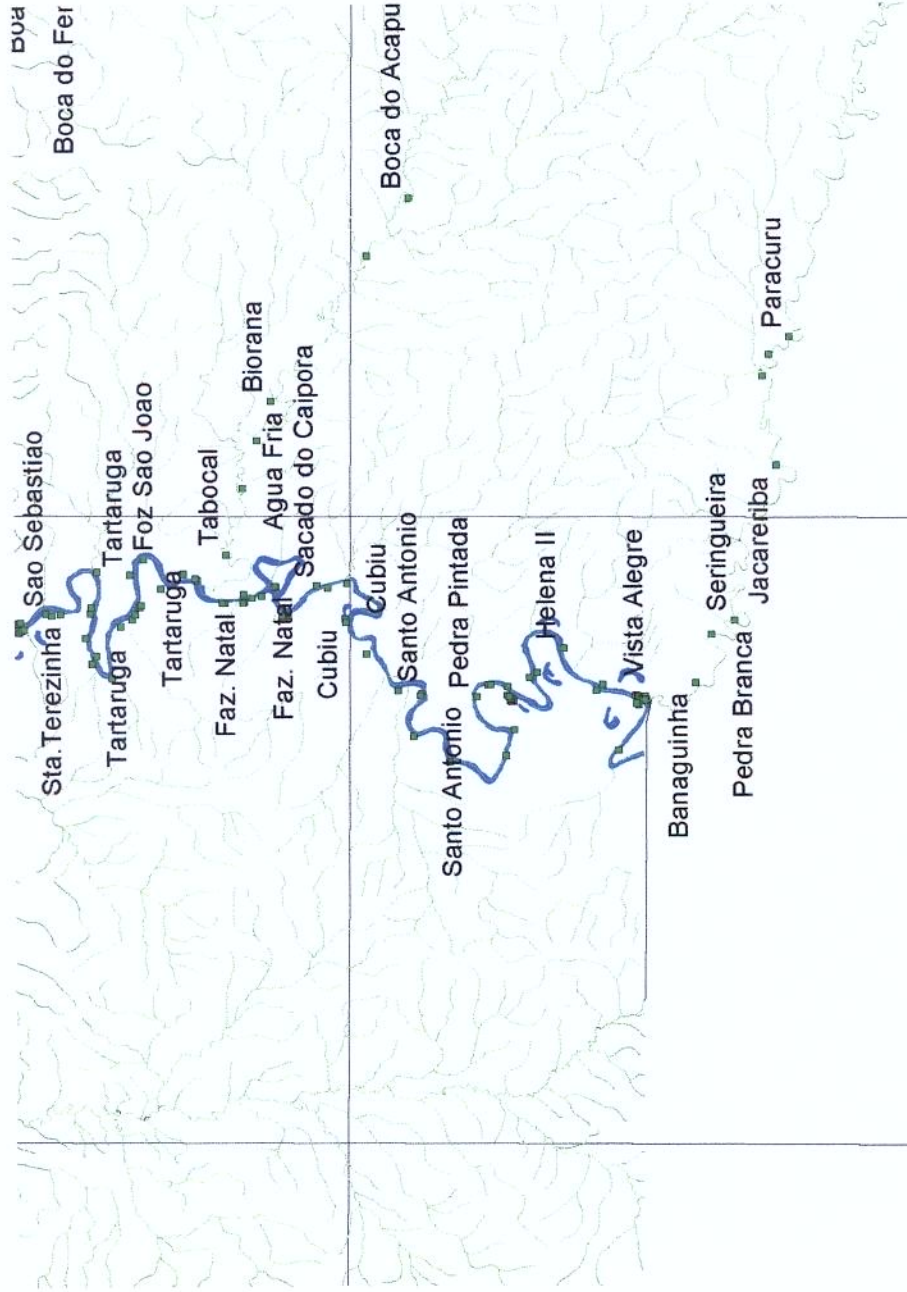
Projeto "O Possível Populações Tradicionais da Floresta Gerenciarem Áreas de Conservação? Uma Experiência na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre, Brasil"
Coordenadores: M. Manuela C. da Cunha, Mauro W. B. de Almeida, Keith S. Brown Jr.

Instituições:
UNICAMP/Inst. de Filosofia e Ciências Humanas, Inst. de Biologia, Inst. de Geociências
USP / Núcleo de História Indígena e do Indigenismo
ASAAREJ / Assoc. dos Seringueiros e Agricultores do Alto Juruá
IBAMA / Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
Financiamento: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, IBAMA, FAPESP

Equipe Técnica:
Diretoria da ASAREAU
Fiscais colaboradores e
Processamento: Henrique L. Roig
UERJ / Faculdade de Geologia
Data: janeiro de 1995

Base Cartográfica: Cartas Planialtimétricas da DSG, SC.18-X-B-V, SC.18-X-B-VI, SC.18-X-D-II, SC.18-X-D-III, e Memorial Descritivo da Reserva Extrativista.

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR
Datum Horizontal: Corrego Alegre - Minas Gerais



3 0 3 6 Kilometers

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR
Datum Horizontal: Corrego Alegre - Minas Gerais

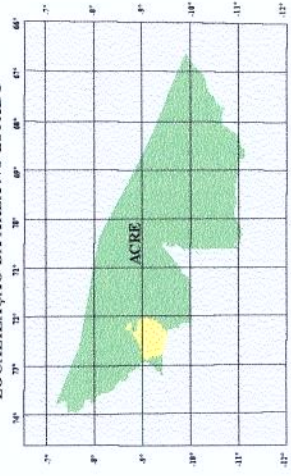
Base Cartográfica: Cartas Planialtimétricas da DSG, SC.18-X-B-V, SC.18-X-B-VI, SC.18-X-D-II, SC.18-X-D-III, e Memorial Descritivo da Reserva Extrativista.
Imagens Landsat/TM - ponto 66 e órbita 005 datada de agosto de 1992 com 5% de cobertura de nuvens

RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ DISTRIBUIÇÃO DAS COLOCAÇÕES

Legenda

Hil
Colocações

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NO ESTADO



Projeto "É Possível Populações Tradicionais da Floresta Gerenciarem Áreas de Conservação? Uma Experiência na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre, Brasil"
Coordenadores: M. Manuela C. da Cunha, Mauro W. B. de Almeida, Keith S. Brown Jr.

Instituições:	UNICAMP/ Inst. de Filosofia e Ciências Humanas, Inst. de Biologia, Inst. de Geociências
USP / Núcleo de História Indígena e do Indigenismo	ASAREAJ / Assoc. dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá
IBAMA / Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais	Financiamento: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, IBAMA, FAPESP
Equipe Técnica	Diretoria da ASAREAJ
Fiscais colaboradores e	Processamento: Henrique L. Roig
Monitores sócio-ambientais da ASAREAJ	UERJ / Faculdade de Geologia
	Data: janeiro de 1995

1.1. Formas de Olhar

*Tu, místico, vês uma significação em todas as cousas
Para ti tudo tem um sentido velado
Há uma cousa oculta em cada cousa que vês.
O que vês, vê-lo sempre para veres outra cousa
Para mim, graças a ter olhos só para ver
Eu vejo ausência de significação em todas as cousas;
Vejo-o e amo-me, porque ser uma coisa é não significar nada
Ser uma cousa é não ser suscetível de interpretação*

Alberto Caeiro

Nessa dissertação procuro chamar a atenção para dois assuntos: a execução de um recorte etnográfico e a diversidade das estruturas e morfologias sociais que brotam do recorte alinhavado pelo pesquisador, sujeito de uma versão dos fatos. Bem serve avaliar o que nos dizem as formas com que delimitamos os "objetos", a forma como os construímos; amarrando uma âncora na ponta de um *iceberg*²...Os recortes metodológicos proporcionam não um, mas, vários ângulos diferentes para

²Investigando a etnia Piaroa do rio Orinoco, Venezuela, a etnóloga Joanna Overing, percebe que sua metodologia é inadequada para descrever a cosmovisão dos *ruwang*, os pajés piaroa. Para curar pacientes ou resolver conflitos, os *ruwang* alinhavavam múltiplas versões da "realidade" piaroa, reconstruindo e (des)contruindo os mitos da etnia. Segundo Overing, o *ruwang* ao curar, age como o cientista ao formular uma teoria ou o artista executando uma pintura; organiza e reorganiza o mundo, construindo versões da realidade que atendem as necessidades práticas e/ou intelectuais de indivíduos ou grupos. Overing, Joanna "O Xamã como Construtor de Mundos: Nelson Goodman na Amazônia". *Revista Idéias*, vol.1, n.2, julho-dezembro de 1994, p. 81-118.

avaliarmos "a pergunta", a "questão", por nós proposta e em vias de ser desenvolvida:

- O que tornou a Foz do Breu região de uma fronteira internacional ?

No caso, cada um dos recortes possíveis do objeto é um *blow up* rico e fértil, uma forma de olhar diferente da anterior, subsequente, interlocutora e mais experiente. Comparando a Foz do Breu com a colocação de seringueiros e agricultores Depósito, no igarapé São João, procuro demonstrar como cada recorte desnuda o objeto e reflete suas particularidades, mesmo dentro do que poderíamos chamar uma totalidade : a Reserva Extrativista do Alto Juruá. Os recortes espaciais, territórios, categorias de matas e rios, acidentes geográficos aliam-se aos recortes da morfologia social, categorias de pessoa, idade e estrutura social, possibilitando uma observação ampliada do locus etnográfico.

Vários são os atributos da Foz do Breu para que ali se estabelecessem os limites entre áreas indígenas, reservas extrativistas e também uma fronteira internacional. O fato de ser a foz de um rio; lugar de barracão, de comércio, patrão e assistência. O atributo geopolítico; a vila *locus* de uma administração pública federal e municipal; subprefeitura, subdelegacia, marco de fronteira; o fato ser uma região de concentração de famílias que vão se aparentando e de parentes que vão se casando entre si.

No Depósito, centro de seringueiros longe de um barracão, o pessoal tem deixado de lado a seringa em favor da agricultura e mantêm-se em estreita

cooperação quando o assunto é entre parentes e vizinhos. Em ambos os locais aparecem figuras femininas que mantêm as famílias unidas e cavocam a mina das relações sociais locais para adquirirem bem estar para si e para os seus.

1.2. Recortes do objeto

No meu entender recortar o objeto é um dos meios através dos quais o antropólogo confere sentido a sua etnografia. O recorte pode ser percebido como um pacto de sentidos entre pesquisador, observados - observadores e leitor de fora. Pacto resultante de interpretações e linguagens compartilhadas e/ou contrapostas. E também resultante de sensações e emoções.

Ao recortar, o antropólogo parece praticar um ofício de duplos ou múltiplos sentidos. Recortar parece ser, ao mesmo tempo, tarefa de objetivar e subjetivar; reconstruir ferramentas de observação no momento em que são utilizadas. Exercitar este ir e vir entre a objetivação e a subjetivação, mediado pelo referencial teórico, fazer narrativas acerca do ato reflexivista da observação.³

Preocupar-me-ei em testar formas de olhar e tratar o espaço específico a que me referi na introdução. Parece imprescindível, no ofício do antropólogo, negociar os limites que constróem o "lugar falado", o foco da análise, através das técnicas de

recorte. Parto do princípio de que devo descrever a Foz do Breu, situando o leitor na “sociedade Breu” que ele nunca viu antes, através de meu olhar que chamarei de filtro com fins.

Quero dizer que o recorte pode induzir objetivos ou pode os carregar nas costas. O recorte caracteriza o objeto de que tratamos e, eu muito bem poderia fornecer uma Foz do Breu clássica, cujos limites seriam geográficos ou formulados à partir de uma noção de estrutura - sistêmica social, uma pauta ideal no dizer de Edmund Leach⁴; modelos de realidades sociais (orientadores dos sentidos) que permeiam todas as sociedades humanas.

Exemplo disto é o recorte “colinas kashin” de Edmund Leach em “Sistemas Políticos da Alta Birmânia”. Leach agrupa várias etnias e suas respectivas variações linguísticas em uma totalidade - colinas kashin; recorte impensável à época. Tal recorte metodológico traz implícito o modelo de Leach de uma estrutura social dinâmica, permitindo antever os objetivos do teórico desde o recorte.

Há sempre estratégia ou objetivo por detrás do objeto recortado...Descrever o objeto de nossos estudos parece ser ao mesmo tempo recontá-lo recortando-o e, creio, ao isolarmos um fato considerado sedutor para reflexão executamos um, recorte particular da realidade, tornada objetiva a partir de um procedimento subjetivo, pelo qual somos responsáveis. Para que tal procedimento adquira caráter

³“...El ideal del etnólogo consiste en estar lo suficientemente distanciado como para comprender el sistema en cuanto sistema y participar lo bastante como para vivir-lo en cuanto individuo...(Augé, 1996: 30)” Augé, Marc El sentido de Los Otros -Actualidad de la Antropología- Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 1996.

⁴Leach, Edmund Ronald Sistemas Políticos de la Alta Birmânia. Barcelona, Editorial Anagrama, 1976.

científico é necessário que o recorte esteja fundamentado em conceitos, mais ou menos aceitos e compartilhados ou verdadeiros, que dão corpo e sistema ao velho caos inicial : "No princípio era o Verbo".

Tais procedimentos: dar nome, separar e ordenar as coisas fundamentam nossas percepções e experiências do real. Não é sem temor e nem à toa que aprisionamos os objetos limitando-os como quem separa o joio do trigo. O temor advém da responsabilidade ética e moral de sermos criadores de sentido, fundadores de explicações, responsáveis de certo modo pela ordenação do mundo; e da consciência de que os sentidos que criamos passam a ter efeitos sobre pessoas e sobre grupos inteiros. As implicações são ainda maiores quando sabemos que, conhecendo ou não o fato, os moradores da área discutida nesse trabalho são objetos de ações de planejamento em nível federal e internacional.

Edmund Leach⁵, em uma conferência radiofônica expressou esse ponto atribuindo poderes divinos a cientistas e cidadãos comuns, por serem idealizadores e executores de seu real, podendo inclusive subvertê-lo. Sabendo que os métodos são em grande medida gerenciados pelos antropólogos para que suas teorias adquiram

⁵Leach, Edmund Un Mundo en Explosión. Barcelona, Bracelona, Editorial Anagrama, 1954.

"Los hombre han llegado a ser como dioses. No es ya tiempo de que entendamos nuestra divinidad ? La ciencia nos ofrece el dominio total sobre nuestro meio ambiente y sobre nuestro destino, y, sin embargo, en vez de regocijarnos nos sentimos profundamente atemorizados ?...Los dioses son creadores, pero no están separados de lo que crean. Los dioses no están sujetos a las leyes naturales, sino que ellos mismos son dichas leys, Son immanentes a la vez que trascendentes. A lo que trato de chegar es a ésto. Consideramos la posición humana como la de un espectador pasivo. Inmediatamente quedamos asombrados al mirar la complejidades de la naturaleza cada vez más sutiles que los triunfos de los científicos despliegan ante nosotros...El científico se ve a sí mismo como explorador, no como creador. Da por sentado que debemos aceptar las reglas de la naturaleza, tal como las encontramos. Se niega a actuar como un dios. Pero este distanciamiento no es más que un intento de huida de toda responsabilidade...Si así lo deseáramos, podríamos participar en los procesos de

vida e fundamento, creio que os métodos, recortes e estrutura textual⁶, carregam o mana das finalidades teóricas e dos objetivos da pesquisa e/ou pesquisador.

Procuo chamar a atenção do leitor, para o fato de que os métodos antropológicos podem ser percebidos como formas e fórmulas de olhar. Talvez possamos até dizer que os métodos são fundamentais para que uma etnografia adquira prestígio de verdade na medida em que um sentido aparente subjaz ao caos através do método, método que alinhava pessoas, coisas e acontecimentos. Demonstramos nossas assertivas procurando convencer quem nos lê e escuta ? Se a resposta é não, então para quê ?

Um sentido construído torna inteligível um sociedade; a narrativa antropológica lança âncoras, o etnógrafo mapeia tesouros submersos, trazendo-os à tona. Os fatos podem ser apresentados encaixados e/ou desconectados, entretanto, um fio, uma âncora (a narrativa etnográfica) é segura pelas mãos do narrador; fio composto por outros autores, conceitos e categorias compartilhados na linguagem disciplinar. Os métodos servem fundamentalmente para estruturar concepções particulares que, mais ou menos plausíveis, criam genealogias teóricas, verdadeiros mitos de criação do universo, que legitimam o destaque da ciência moderna frente às outras formas de conhecimento e percepção.

la naturaleza de una manera sin precedentes y modelar un mundo que se acomodase a nuestras propias conveniencias... (Leach, 1954: 11-15)

⁶ A antropologia contemporânea, assim como, outras áreas do conhecimento, preocupam-se com a questão da autoria e da negociação textual, em uma história de vida, por exemplo. Sob a sutileza da estrutura textual, um embate de subjetividades...Ver CHAMBON, Adrienne S. "Life History as a Dialogical Activity: 'If you ask me the right questions, I could tell you'." *Current Sociology*, vol. 43, n. 2/3, autumn/winter 1995.

1. 3. A sinceridade sistemática

No segundo capítulo, mais adiante, procurarei sinalizar o contexto em que tal pesquisa foi realizada. Proporei uma espécie de mapeamento de formas de olhar a situação etnográfica que descrevo; recortes que agem sobre a Foz do Breu e o Depósito, nomeando, alocando e interpretando-os; recortes governamentais, recortes locais e o fio condutor etnográfico alinhando ditos, vividos e observados. Em cada recorte, formas múltiplas de ver e conhecer o objeto. Tentarei circunscrevê-las com delicadeza e "sinceridade sistemática".

O termo é utilizado no capítulo primeiro dos *Argonautas do Pacífico Meridional* por Bronislaw Malinowski⁷; um capítulo sobre as finalidades, os métodos e o raio de ação do pesquisador. Malinowski trata de criticar os etnógrafos que tiram suas descobertas da cartola:

"...muitos outros autores não se aplicam no uso da sinceridade sistemática ao lidarem com seus fatos, mas os exibem frente a nós como se os retirassem da mais completa escuridão..." (Malinowski, 1994:39)

⁷Malinowski, Bronislaw *Os Argonautas do Pacífico Meridional*.

Seguindo sua orientação, tentarei demonstrar como os acontecimentos vividos e vistos por mim são "postos em ordem", fundamentando esquemática e teoricamente as formulações que defendo. Malinowski prescrevia uma severa demonstração dos métodos e resultados utilizados para o aprisionamento da alma nativa:

"...Considero que as únicas fontes etnográficas de valor científico são aquelas nas quais podemos claramente estabelecer uma distinção entre, de um lado, os resultados das observações diretas e das declarações e interpretações dos sujeitos e, de outro lado, as inferências do autor, baseadas no seu bom senso e percepção psicológica..." (Malinowski, 1990: 40).

No entanto, antevia a questão da autoria e das particularidades do dever de escrever; o etnógrafo não limita-se a narrar o que foi visto, ele narra uma situação de encontro, manipulando as alteridades. O etnógrafo lê e escreve a vida que o envolve infringindo um sentido à mesma:

"...Na etnografia, o autor é ao mesmo tempo seu próprio cronista e historiador, ao passo que suas fontes são, sem dúvida, facilmente acessíveis, mas também extremamente evasivas e complexas: não se encontram incorporadas em documentos escritos, materiais, mas, no comportamento e na memória de homens

vivos. Na etnografia, há frequentemente uma enorme distância entre o material informativo bruto, tal como é apresentado ao pesquisador em suas próprias observações, nas declarações dos sujeitos e no caleidoscópio da vida tribal - e a abalizada apresentação final dos resultados..." (Malinowski, 1990:40)

Sem ser uma contraposição radical entre o dito, o vivido e o observado, apresentarei o pano de fundo dos recortes e os atores que agitam este pano. Pequenos trechos de conversas com moradores, entrevistas que serão a base descritiva de grandes temas (como é o caso das descrições de unidades de paisagem), mapas de moradores, cartográficos e imagens de satélite, trajetórias de vida; reúnem-se os recursos disponíveis. Espero que através da narrativa, o leitor passe a prestar atenção nos pontos invisíveis dos mapas; ouvindo os corações que batem cotidianamente em outros lugares, ditos marginais. As experiências vivas das pessoas, preenchem o desconhecido de sentido. Nada de "desertos verdes...à margem da história".



Capítulo II. Visões do Alto Juruá e do São João

Nesse capítulo, procuro esclarecer o contexto de realização da pesquisa, os motivos e objetivos que a orientaram, inicial e posteriormente, delinindo o percurso rumo à constituição do objeto. Procuro reunir as versões da história de ocupação; versões orais, escritas, vividas ou não. Versões seringueiras, através das narrativas orais sobre as *correrias de caboclo* e das histórias de vida⁸; versões de historiadores e viajantes, os narradores “oficiais” e, versões de encarregados contemporâneos das versões: os antropólogos e outros escribas profissionais.

As chamadas “terras de ninguém” estavam ocupadas por nações indígenas, que por bem ou por mal, vão dando espaço aos novos moradores, não sem antes lutar, muitas vezes, até à morte. Passa o tempo, sucessivas levas de pessoas vão e vêm; narrando os acontecidos e demarcando versões da história. Os velhos seringueiros aposentados falam da agrura dos pais no sertão do Ceará e do Amazonas. Os novos seringueiros negociam políticas sociais sendo responsáveis pela desapropriação de extensas áreas de floresta tropical, criação de reservas extrativistas, com o comprometimento de gerir o espaço em que habitam de forma sustentável, preservando-a para as gerações futuras.

⁸“...Na verdade tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica...(cf. Pereira de Queirós, Maria Isaura : 1988:19).

2.1. O encontro com a Foz do Breu e o rio São João [visão da antropóloga]

Durante minha estadia no Alto Juruá, concentro-me nas margens do rio Juruá, área de produção agrícola e de criação, e passo um mês na vila Foz do Breu, fronteira entre Peru e Brasil. A Foz do Breu é comentada localmente porque seus moradores se parecem em seus hábitos com os indígenas.

É lugar de comércio e de agricultura, lugar de fronteira entre países e áreas indígenas; lugar brasileiro há menos de cem anos.

Passo inicialmente um mês em uma colocação de seringueiros, localizada em um *centro* do igarapé São João do Breu, a colocação Depósito. Os centros são áreas distantes das margens dos grandes rios como o Juruá, por exemplo, e para chegar ao Depósito eu precisei de dois dias de caminhada.

Comparando as duas comunidades percebemos existirem semelhanças e diferenças entre as ditas formas tradicionais de ocupação local. A referência a uma colocação de seringueiros, o Depósito do igarapé São João, funciona como um monitor local das especificidades da Foz do Breu.

Estudando agricultores e seringueiros: a Foz do Breu e o Depósito do São João

Durante o curso de graduação em Ciências Sociais na Unicamp fui convidada a fazer pesquisa na Reserva Extrativista do Alto Juruá, após um período de preparação em cursos ministrados pelo professor Mauro de Almeida, do Departamento de Antropologia.

Um grupo de cinco alunas e um aluno, dos professores Mauro (UNICAMP) e Maria Manuela Carneiro da Cunha (USP), teve a oportunidade única de participar de um programa de pesquisa antropológica, ainda na graduação, em que se combinavam métodos clássicos como a observação participante, os estudos de caso e survey e uma intensa liberdade em escolher temas e assuntos pessoalmente atraentes. Havia uma particularidade importante nos orientadores; o interesse em ensinar teoria e metodologia de pesquisa na prática.

Em seis meses de permanência em campo, podemos aprender *in loco*, várias técnicas e formas de observação da organização social e política local, sistemas de uso do território e os conhecimentos locais; assuntos que são o tema desta e de outras dissertações de pesquisadores do grupo.

Nessa primeira viagem permaneci por cinco meses no Rio Juruá e um mês em seu afluente, o Rio Tejo, primeiro afluente na margem direita do Juruá em áreas da REAJ, conhecido localmente como “Rio da Borracha”. Havia diferenças relativas à produção, produtos e ocupação entre as bacias do Tejo e do Juruá e a minha estada

nas águas do Juruá tinha como finalidade ampliar as informações sobre a região. Entretanto, a passagem de informações era tão importante quanto a pesquisa; em 1994, a REAJ tinha uma população de seis mil moradores distribuídos em uma área de meio milhão de hectares, o que tornava os pesquisadores na área, elos de comunicação entre a população e a associação local.

O rio Tejo, até aquele momento, era o foco das pesquisas sociais realizadas na região, possivelmente pela concentração de estradas de seringa, seringueiros e respectivas famílias. Além do mais, o Rio Tejo tinha tradição e fama dentro do movimento dos seringueiros por ser lugar das primeiras manifestações contrárias aos padrões de seringal e sede da primeira associação de trabalhadores extrativistas da região, Associação de Seringueiros do Rio Tejo (ASRT).

No rio Juruá só existem árvores de seringa ou seringueiras nos médios cursos de seus igarapés ou afluentes, os chamados *centros*; só em duas colocações da margem do Juruá, Belfort e Sacado, ocorrem seringueiras e estradas de seringa. A colocação Depósito, localizada no médio curso do igarapé São João⁹ é exemplo de uma colocação de centro. Nas margens do Juruá a base da renda familiar são produtos agrícolas, principalmente o feijão e o tabaco; planta-se também milho, amendoim, gergelim, batatas, abóboras, frutas como mamão, banana e ananás, além da criação de porcos, gado e galinhas em pequena escala.

⁹São sete os afluentes do Juruá na área da REAJ. Na margem direita, baixando o rio Juruá, à partir, da fronteira com o Peru: Breu, Caipora, São João do Breu, Acuriá e Tejo. Abaixo do Tejo e na margem esquerda aparecem o rio Arara e o rio Amonêa.

Na margem do Juruá aparecem as grandes fazendas, antigas sedes de seringal, desapropriadas com a criação da Reserva e em processo final de indenização.¹⁰ São elas: Fazenda Natal, próxima a foz do Caipora, Fazenda Bandeirantes, na foz do São João, Fazenda do Edmundo, no Juruá, abaixo do São João, Fazenda do Manuel Patinho, foz do Acuriá, Fazenda Jardim da Palma, acima da Foz do Tejo. No Juruá, podemos ver um padrão na ocupação de fazendas e vilas; todas ficam nas bocas dos rios e igarapés afluentes do Juruá, sendo que a Foz do Breu e a Fazenda Bandeirantes também funcionaram como entrepostos comerciais de seringal ou barracão.

A Foz do Breu: um lugar que foi deixado fora do mapa

Minha primeira viagem a Foz do Breu contou com uma pitada de curiosidade acerca da peculiar organização política e social da vila. Sabíamos, por exemplo, que a Foz do Breu vinha sendo ocupada e utilizada como entreposto comercial, desde o final do século XIX. Mas, o mapa feito no laboratório do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), hoje Instituto Sócio Ambiental (ISA), sob coordenação do prof. Mauro de Almeida e Alícia Rolla, continha apenas o número de casas da vila à época (15) e nenhuma outra informação adicional.

¹⁰Na região dos seringais amazônicos, madeireiros e pecuaristas aliam-se ao poder público, empresas nacionais e estrangeiras e militares para “salvar” os seringais, comercializando a madeira e criando pasto no lugar da floresta. A solução acarreta mais problemas. Ver, Cardoso, Fernando Henrique e Müller, Geraído em Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1977.

A origem desse mapa foi o processo de cadastramento de moradores realizado em 1991, cujo técnico responsável pela vila Foz do Breu fora Raimundo Cardoso, técnico na época ligado ao Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Segundo Cardoso, os moradores haviam se negado a dar informações e muitos fugiram levando sacos de milho e feijão, paneiros ou cestas de farinha, arrastando filhos, porcos e galinhas para a mata. Outros ainda não abriram suas portas. Apenas uma moradora contribuíra com os dados requeridos, Dona Ernestina Ferreira Batista.

Para Cardoso, havia a contra-informação, disseminada por antigos patrões, inimigos da criação da Reserva Extrativista, de que o cadastro serviria para a desapropriação das famílias moradoras. Segundo outras versões¹¹, Cardoso, que era ex-funcionário do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), teria se utilizado de métodos autoritários para fazer o cadastro (quando um morador mudou de opinião e ofereceu-se para registro, ele teria dito: "Agora quem vai se prejudicar é você, que vai ser privado de direitos"); e procurava gastar o mínimo de tempo com a tarefa cansativa da pesquisa; em nenhuma outra das nove zonas em que foi realizada a pesquisa ocorreu um nível tão baixo de cadastramento.

O fato é que, de uma forma ou de outra, os moradores da Foz do Breu haviam se excluído do primeiro mapa da região... Em novembro de 1994, por coincidência ou não, acabo por me hospedar na casa do filho de Dona Ernestina (a única cadastrada por Cardoso em 1991).

¹¹Essa é a versão do prof. Mauro de Almeida, em conversa informal.

Naqueles primeiros dias de vila chamaram minha atenção uma espécie local de clientelismo - a assistência - as relações de trabalho que envolviam indígenas e moradores e as trocas de serviços por assistência. Seguem trechos dos dois primeiros dias de campo na vila (a única intervenção posterior são as que vêm entre colchetes). A intensão é atentar para os pré conceitos, percebendo que a etnografia ganha com a familiaridade e confiabilidade duramente construídas. Até onde ir e o que não perguntar, só se aprende com sensibilidade de escavar no "indizível" o "invisível".

16.10.94... Primeiro dia no Rio Breu, fronteira Perú e Brasil. Casa de Zé Ida e Íris de Fátima... Fui à tarde para dentro do [rio] Breu, pegar macaxeira e mamão para a Íris [dona da casa em que eu me hospedara]. Fui mais o "Tatu" , primo legítimo de Zé [marido da Íris]. Tatu é funcionário da subprefeitura, um faz-tudo para a vila, mas, parece funcionário da Íris; até a lenha da casa dela, ele é quem racha...O roçado deles [Íris e Zé] é atrás da casa de Seu Manuel Kampa [de família Ashaninka]. Lá vivem Manuel, a esposa, o pai dele e mais quatro ou cinco crianças.

Manuel Kampa trabalha para o Zé, botando e zelando roçados de roça, ajudando nos roçados de feijão. Zé paga com roupas usadas, um pouco de estiva, chumbo, espoleta e pólvora. Vi Íris anotando os dias de trabalho de Manuel em um caderninho, que serve também como registro dos gastos que eles tem com Manuel. Zé com isso, tem um homem adulto à seu serviço. A troca de dia entre trabalhadores

é substituída por mercadoria. Ainda existe o lucro sobre a mercadoria, representado por dias de trabalho que Manuel deve a ele...

17.10.94 ... Foz do Breu ! Como eu disse, fim do Brasil. Aqui dá-se o puro Bye Bye Brasil ou será o faroeste caboclo. Políticos curraleiros. Delegado com óculos ray-ban... O exército peruano morrendo de fome no posto [da fronteira peruana], atravessando o rio para mendigar macaxeira. As pessoas do lugar usam camisetas do exército, botas, cintos, fruto das trocas por comida e cachaça com os soldados do Peru.

Na narrativa da pesquisadora percebemos um discurso homogenizador achatando as diferenças, imprimindo ao outro-desconhecido, o selo do exótico, do estranho e repreensível. Na medida em que escrevo, alinhavo sentidos, agendo datas, decodifico elementos e me dou conta da complexidade do assunto com o passar dos anos. O quão tola me parece agora essa visão; essa primeira versão do fato observado.

Surpreendeu-me perceber na fala “os delegados de óculos ray ban” como símbolos de diferença. Objetos e personagens comuns ao cotidiano da pesquisadora, pareceram novidades sem sentido estando “fora de contexto”. A etnografia recorrente auxilia o pesquisador a fugir de seu círculo, obrigando-o a revisitar constantemente as próprias opiniões e conclusões.

Alguns termos que usei naquele momento, comuns em uma certa literatura épica criada para legitimar a soberania brasileira sobre as terras amazônicas, como “fim do Brasil”, “asselvajado”, “fim das selvas”, associações com o filme *Bye, Bye, Brasil*, de Hector Babenco, nos remetem às aterrorizantes imagens da selva - floresta; perigosa, lúgubre e desejosa de grandes conquistadores.

Essas imagens me faziam desejar a Foz do Breu, atraída pela possibilidade de “ir aonde ninguém foi”, como o personagem Kurtz em *O Coração das Trevas*, do escritor inglês Joseph Conrad¹², e não estamos mais na época das descobertas. Tal motivação, o desconhecido espaço desejoso de intervenção heróica e civilizadora, já permeara outros imaginários. O imaginário dos colonizadores europeus responsáveis pelas grandes navegações e colonização das chamadas Índias Orientais e Ocidentais possuíam idéias semelhantes. O imaginário dos “nossos” comerciantes desbravando a floresta para ocuparem espaço reunindo riquezas e matando índios. Diria o historiador Nicolau Sevcenko:

"Nesse sentido se pode, dentro do processo de colonização, avaliar duas formas de percepção mais ou menos peculiares dos europeus....a primeira é o impulso desejante...e que é o desejo pelo desconhecido, a vontade de conquistar, de penetrar naquilo que é virgem e indevassável, intocado..."

¹²Conrad, Joseph *O Coração das Trevas*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.

A outra forma de percepção européia é a prática propriamente agressiva do ato ou da intervenção colonizadora, e que implica no contato direto, físico, com esse meio... E, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais paisagem, o que ele tem diante de si é a mata ou o sertão bravio - e a ênfase aí vai na expressão bravio, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o do desbravamento..." (Sevcenko, 1989: 110)¹³

As imagens que ressoavam em meus sentidos eram, sem dúvida, de espécie semelhante em romantismo, às imagens que critico. Tendo a crer que as minhas primeiras visões sobre a Foz do Breu eram fundamentalmente baseadas em uma percepção etnocêntrica da realidade. Horror ! Horror ! como disse Kurtz ...

¹³Nicolau Sevcenko. "O Front Brasileiro na Guerra Verde: Vegetais, Colonialismo e Cultura". Revista da USP - Dossiê Brasil dos Viajantes, vol. 1, n. 30, março - maio de 1989, pg. 110.

2.2. *Antecedentes do Alto Juruá: registros [visão de historiadores]*

*“...Que grandeza não havia partido na vazante daquele rio rumo aos mistérios de
uma terra desconhecida !*

Sonhos humanos, sementes de comunidades econômicas, germes de impérios...”

Joseph Conrad¹⁴

A área atualmente conhecida como Reserva Extrativista do Alto Juruá ¹⁵ (ou REAJ) foi ocupada secularmente por dezenas de etnias indígenas, objeto do conflito entre inúmeros grupos humanos e também entre os dois países. Disputada em pequenas guerras, conhecidas como correrias de caboclos, preparada para vir a ser uma das maiores produtoras de borracha natural do mundo, a região era alvo de exploração de seus recursos naturais desde a segunda metade do século XIX. Houveram explorações científicas e aventureiras para o mapeamento da desconhecida extensão e ocupação do Amazonas e seus afluentes

¹⁴Conrad, Joseph *O Coração das Trevas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 11.

¹⁵A REAJ cobre uma área de 506.186 hectares. Sobre os limites oficiais da REAJ consultar o Decreto Presidencial, número 98.863, de 23 de janeiro de 1990. Ver também "Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá". Brasília, IBAMA, 1995.

Reconhecendo o rio Juruá

As primeiras expedições oficiais de exploração do rio Juruá são descritas pelo advogado e jornalista paraense Leandro Tocantins, em *Formação Histórica do Acre*¹⁶. Segundo o autor, a primeira expedição oficial foi a do prático Romão José de Oliveira em 1852, conhecido por atrair e pacificar índios.

É seguida pela expedição de João da Cunha Correia que em 1854, nomeado “diretor dos índios do Juruá”, sobe o rio até alcançar o Juruá - Mirim, Tarauacá, Envira e daí segue por terra até o Purus, sendo reconhecido como o desbravador oficial da região. Ambas as viagens são a mando do Presidente da Província do Amazonas, no primeiro caso, Tenreiro Aranha e no segundo, João Pedro Dias Vieira.

Entretanto, Tocantins cita fontes, como o padre Constantino Tavestin e o viajante francês Castelnau, que dão conta de expedições comerciais anteriores (possivelmente em 1847 e 1850) feitas por brasileiros e portugueses, onde trocavam-se produtos locais por produtos europeus. O escambo e o comércio entre locais e estrangeiros formam uma base para as vindouras relações de *assistência*, prática local dos patrões que consiste em prover seus trabalhadores com os bens indispensáveis para sua reprodução social. O patrão também pode praticar a assistência em casos de partos, doenças e/ou situações difíceis, arcando com remédios, transporte e despesas em geral. Para Tocantins:

"...essa primeira fase de devassamento do Purus e do Juruá é essencialmente geográfica, tendendo, contudo, para um sentido mercantil, representado pelo comércio de drogas do sertão. A segunda fase vai ser a do predomínio do extrativismo industrial da borracha, à conta de que o povoamento tomará vulto surpreendente..." (1961: 97).

Para o historiador Craveiro Costa, em O Fim da Epopéia¹⁷, a exploração do Rio Juruá iniciou-se por volta de 1860, com investidas de aventureiros e comerciantes em busca das chamadas “drogas do sertão”: plantas medicinais, especiarias e corantes como a canela, o pau rosa, a baunilha, a salsaparrilha, o cacau, a copaíba, a quina – quina, o pau brasil, o urucum e o genipapo.

A primeira exploração científica do Juruá teria sido obra do geógrafo inglês William Chandless em 1866. Os objetivos da expedição de Chandless eram a realização de medições astronômicas e de um mapa cartográfico do rio Juruá, finalizado em 1869. Chandless não chega nem perto das cabeceiras do rio Juruá e pára próximo do riozinho da Liberdade; os moradores da região não aprovaram a visita:.

“... recuou à flecha hervada do indígena desconfiado, os Náwas, dominantes daquelas paragens... (Costa, 1925: 41)”.

¹⁶Tocantins, Lenandro Formação Histórica do Acre. Rio de Janeiro, Conquista, 1961, vol.1.

Em 1870, os viajantes Augusto Hilliges e Lopes Neto vão até a Foz do Breu e só depois de vinte e um anos (1891) haveriam comerciantes brasileiros estabelecidos na Foz do Breu, segundo Costa. Os peruanos, sobretudo caucheiros, “aparecem” na Foz do Breu, como por encanto, apenas em 1896 (Costa, 1925:167).

Inscriver o comércio brasileiro como pioneiro na história da região parece uma artimanha de autor interessado em defender a soberania brasileira sobre aquele território. Só assim podemos entender que a Foz do Breu tenha permanecido vazia por tantos anos na narrativa de Costa. Nesse tempo em que germinam fronteiras, a Foz do Breu consolida-se como entreposto comercial, atributo que carrega até hoje.

A Foz do Breu reaparece em *Reconhecimento do Rio Juruá*¹⁸, do general Belarmino Mendonça. A expedição do militar Belarmino Mendonça (assim como a de Euclides da Cunha no rio Purus) visava determinar, pelo lado brasileiro, os limites da ocupação humana visando ajustes das fronteiras entre o Brasil, de um lado, e a Bolívia e o Peru por outro.

Os tratados definitivos com o Peru só foram concluídos em 1909, e a partir de 1904 instaura-se com Thaumaturgo de Azevedo uma administração brasileira cuja jurisdição vai de Cruzeiro do Sul até a Foz do Breu¹⁹. Mendonça fala da colonização do rio Juruá, do rio Moa ao rio Breu, como tendo se iniciado em 1894. Contraria a

¹⁷Costa, Craveiro *O Fim da Epopéia*. Maceió, Tipografia Fernandes, 1925.

¹⁸Mendonça, Belarmino *Reconhecimento do Rio Juruá*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1989.

¹⁹Almeida, comunicação pessoal.

informação de Craveiro Costa cuja ocupação brasileira na Foz do Breu dataria de 1891. Em 1905, Mendonça passa pelo rio Breu e observa:

“...Nas duas margens do Breu, procede-se a extracção da gomma elástica. Do Breu para cima é a hevea [seringa] muito escassa e chega a desaparecer. Há porém um resto de caucho, que é objeto da exclusiva exploração dos peruanos...”(Mendonça, 1989: 140).

Um dos argumentos clássicos para legitimar a soberania brasileira sobre aquela região, citado por vários historiadores como Euclides da Cunha, Samuel Benchimol, Leandro Tocantins, era exatamente a grande mobilidade inerente à prática do caucheiro peruano, em contraste, com a fixação gerada pelo extrativismo de borracha, em sua maioria exercida por brasileiros. O general Mendonça nem se dá ao trabalho de adjetivar os “homens solteiros” que habitavam a Foz do Breu em 1900. Eram peruanos, brasileiros, mestiços? Não se sabe, fica a dúvida. Já em 1905, a região conhecida até hoje como Foz do Breu, a boca do rio Breu, está tomada por

“...caucheiros peruanos que exploram a região neutralizada no alto Juruá e habitam em tres caserios situados na bocca do Breu. Na margem esquerda do Juruá, pouco acima do Breu, estão estabelecidos em agrupamentos independentes,

os Comissariados administrativos e fiscaes, por parte do Brasil e do Peru..."
(Mendonça, 1989: 236).

Podemos notar que a história segue narrando interesses de grupos particulares. As histórias narradas através da escrita e da oralidade, apresentam dissonantes versões dos fatos; cada narrador uma disputa, cada disputa uma versão cujos objetivos podem estar nas entrelinhas... Isso vale para todos, todos os que constroem uma versão da história; inclusive nesse exato momento.

Terras de ninguém

"...Entretanto, a terra precisava ser conquistada ao gentio agressivo. Era necessário organizar, integrar e dirigir as energias do homem branco, associadas ao homem indígena, no sentido da formação de uma sociedade apta a manter a posse da terra, e dela tirar os recursos para a sua permanência efetiva..."

Leandro Tocantins²⁰

Desde sua boca até as cabeceiras, o Juruá passa a ser descoberto por segundos donos, apoiados em armas e pareceres favoráveis do presidente da província, efetuando a conquista da "terra de ninguém". O termo é utilizado por generais e

²⁰Tocantins, Leandro *Amazônia - Natureza, Homem e Tempo - Uma planificação ecológica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Biblioteca do Exército, 1982, p.11.

planos de governo²¹ para designar as terras amazônicas de outrora. Há no termo, um desejo de posse e domínio e a dissimulação do fato de tais terras já estarem visivelmente ocupadas pelas nações indígenas, ameaçadas pelos novos ocupadores e seus objetivos políticos, mais do que comerciais.

Juntamente com o estabelecimento de um comércio de exportação de especiarias, a intenção parece ser conquistar as estratégicas terras de ninguém. Os Jaminawá, Kashinawá, Ashaninka, Arara, Amoaca, Santa Rosina²², tornam-se alvo de incontáveis e violentos ataques de caçadores de almas, carne de caça, peles e drogas do sertão, desbravadores, comerciantes, em busca de riqueza e em nome da expansão do território brasileiro.

Tanto seringueiros novatos como índios em guerra são descritos como *brabos*. Já os seringueiros veteranos acostumados ao trabalho e os grupos indígenas que alinham-se aos ocupadores "brancos" são tratados como *mansos*. As narrativas das correrias são como mitos de criação da "nação" seringueira revestindo de sentido as atrocidades cometidas em nome da consolidação e ampliação do território nacional brasileiro. Em contraste, histórias de conflitos com os caucheiros peruanos são ausentes. Mas são ouvidas em outra vila, a antiga vila Thaumaturgo, hoje sede de município, rio abaixo.

²¹O historiador Alcir Lenharo fala disso em Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste, Campinas, Edunicamp, 1986. Lenharo trata principalmente dos projetos de colonização gestados pelo Estado Novo durante a década de 30.

²²Sobre populações indígenas que ocupavam a região em 1870, cf. Castelo Branco, J. M. Brandão (1950) situação atual das populações indígenas Ashaninka do rio Amonêa, em Mendes, Margarete Etnografia Preliminar dos Ashaninka da Amazônia Brasileira, 1991. Tese de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP. Uma etnografia dos Kashinawá do Rio Jordão, em Aquino e Iglesias (1995).

2.3. *As Correrias de Caboclos [visões locais]*²³

As histórias de correrias de caboclo são cruéis relatos de faxinas interétnicas, seguidas de vinganças que as imitam e repetem. As correrias de caboclo eram expedições para amansar, escravizar e/ou matar e exterminar grupos indígenas²⁴.

É sabido, através da história oral local, que tais expedições tinham como objetivo central espantar os moradores veteranos das terras acreanas, os *brasileiros legítimos*, abrindo espaço para a entrada dos novos ocupadores, os futuros *acreanos legítimos*.

Além do lucro representado pelo comércio de seres humanos, as correrias foram grandes responsáveis pela constituição étnica dos seringueiros atuais. Durante as correrias era comum matarem-se todos os velhos e homens adultos das malocas, entretanto, se resguardavam as mulheres e crianças fêmeas, e em raros casos, meninos pequenos.²⁵

No início desse século, dentro dos seringais acreanos, mulher era coisa rara e cara; chegavam a valer uma espingarda ou uma caixa de balas. Muitas vezes eram

²³“...Entretanto, como em todos os momentos das genealogias de clãs e de famílias, da história de indivíduos perpetuamente reencarnados, as histórias de cada família e de cada clã, de suas alianças, de suas vinganças, de suas migrações, estão, no fundo, suficientemente registradas, e comparando-se todas essas histórias, pode-se deduzir qualquer coisa do gênero do que o historiador reconstitui com a ajuda de documentos escritos. Pode-se deduzir ao menos uma parte, cem anos ou mais, da história jurídica, política...(Mauss: 1979, 202)” Mauss, Marcel *Marcel Mauss: Antropologia*. São Paulo, Ática, 1979.

²⁴Relatos de correrias em Ribeiro, Darcy *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970 (42-47). Sobre a violência na ocupação da Amazônia, Hemming, Jhon *Amazon Frontier*, Londres, MacMillan, 1987 (303-306).

disputadas pelos fazedores de correrias representando ajuda em casa e a única possibilidade de afeto e reprodução para centenas de trabalhadores solteiros que houveram de tentar a sorte no Acre. Dessa mistura, entre as brasileiras legítimas e os arigós de fora, resultou grande parte da população atual dos seringais, poderíamos dizer até, dos acreanos legítimos

História curta

Iuchi

Deca e Dequinha foram caçar e por lá toparam um bocado de caboclo. E de perversidade foram matar os caboclos... Mataram oito e no nono caboclo encontraram um bichão todo gordão, todo caboclo. Atiraram nele e ele não caiu, batia com as mãos no peito e falava: - iuchi iuchi, (eu sou homem, eu sou gente) e avançava, iuchi iuchi dizia o caboclo. Cada tiro que o pessoal dava nele, ele dava uma passada no rumo da espingarda. Deu 8 tiros, até que o caboclo pegou no cano da espingarda. Aí o companheiro deu um tiro na cabeça dele e o caboclo aí morreu mesmo.²⁶

²⁵Sobre raptos de mulheres e crianças, nas frentes de expansão, ver o trabalho de Martins, José de Souza Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano -. São Paulo, HUCITEC/USP, 1997.

²⁶Na maioria das narrativas suprimi as perguntas e editei minimamente as explicações dos colaboradores.

Essa é uma história contada por Antônio Barbosa de Melo, 25 anos, morador da colocação Pilão, rio Juruá. A história narra as aventuras de dois tios de Roxo e inicia como as narrativas locais de caçadas: "Deka e Dequinha foram caçar e por lá toparam...".

Entetanto, segue a narrativa e se nota que eles não estão rastejando pacas, nem antas, não se trata de uma caçada de bichos e, sim, de uma caçada de gente. Uma história em que homens recém-chegados matam homens donos das terras ao serviço da abertura das fronteiras.

Roxo traduziu o termo *iuchi* como "eu sou homem", "eu sou gente". Supõem-se pela narrativa, que os dois caçadores de caboclo compreendiam perfeitamente a fala do caboclo, e este, afirmava sua humanidade com vistas na clemência do algoz. Uma constante nas histórias de correrias, a narrativa tem notas sobrenaturais; o índio baleado inúmera vezes, vai em direção a espingarda e a agarra. Dotes místicos aparecem nos relatos dos poderes de pajés indígenas, arigós e outros especialistas em correrias. O toque sobrenatural à imagem de "homens magníficos", "homens valentes", investe os atores de uma aura mítica. Aos poderes extra- sensoriais se unem a destreza, força física e perspicácia, criando figuras lendárias; verdadeiros Aquiles da floresta.

Caboclo: brasileiro legítimo

No começo o Brasil só tinha caboclo, nem brasileiro tinha. O Brasil chamava-se pau braza, por conta do pau brasil. Os caboclo viviam por aí tudo e os portugueses vieram em quantidade e quando eles viram os índios gritaram:

- Brasil ! Brasil ! Brasil !

Até que Pedro Álvares fez a República. Colocaram todos os índios pro canto...

Para seu João Amâncio, 75 anos, curador e seringueiro aposentado, morador do igarapé São João do Breu, a história do descobrimento do Brasil é quase um mito de criação. Em uma época primordial ("No começo"), quando o Brasil ainda ostentava seu nome orgânico ("pau brasil"), os indígenas locais, legítimos veteranos das terras brasileiras recebem a visita de portugueses, pessoas estrangeiras.

Nessa versão de redescobrimento do Brasil, os caboclos antecederam brasileiros e portugueses na ocupação e Seu João deixa claro que os caboclos são diferentes de seus sucessores brasileiros. Seres míticos nacionais são apenas nomes, apenas Pedros Álvares, grandes acontecimentos nacionais (a proclamação da República, por exemplo) são detalhes descontextualizados e despersonalizados. O processo colonizador chega em uma cápsula, desrespeitando os donos legítimos da terra, postos para o canto do país, postos de lado para darem passagem ao outro. A terra é redescoberta, ganha um novo nome, é rebatizada por uma corruptela. Novos nomes,

novos donos. Outra história de Brasil na versão de seu João Aranha, 40 anos, colocação Cafezal, em 25 de agosto de 1994:

...Vou contar a história dos caboclo, os brasileiros legítimos que viviam por toda a terra, do Acre e do Brasil. Os portugueses quando chegavam colocavam um monte de homens com armas para fazer correria, um jeito de espantar índios com tiro, matando em quantidade. Diz que muita gente acha errado os caboclos terem as suas reservas. Eu acho muito certo porque jogaram eles todos para as fronteiras do Peru, tudo para os cantos, para as beiras do Peru. Eu acho até que devia ser uma margem do Juruá para os caboclo e outra para os acreanos. Os índios são pessoas espertas e sabem coisa que ninguém sabe, de remédio, de mata e de outras coisas...

Para João Aranha, os caboclos são brasileiros legítimos, ancestrais dessa nação brasileira. Diferentemente de João Amâncio avalia os indígenas como os primeiros brasileiros e os primeiros donos da terra brasileira eram maioria, "viviam por toda a terra". A ocupação portuguesa feita à força de espingardas tem como objetivo matar e espantar os brasileiros legítimos. João Aranha propõe até um ressarcimento aos indígenas; deveriam receber uma margem do rio Juruá só eles, os acreanos ficariam com a outra. É interessante notar como distingue os caboclos dos acreanos, ambos brasileiros em suas palavras. A cultura aparece como distintivo entre os dois grupos, embora o território os una: terra brasileira, gente brasileira.

E se é verdade que no "princípio", a terra brasileira só era habitada por indígenas; como aparece a população conhecida atualmente como acreana, cariú, o acreano legítimo ? A ascendência indígena da população acreana, por vezes, escondida nas falas e clara nas fisionomias, pode ser considerada quase um legado exclusivamente feminino. Durante a ocupação "branca" fazia-se questão de acabar com os homens, enquanto as mulheres, por serem raras, serviam como mercadoria de luxo.

As mulheres indígenas quando pegas, em correrias contra as malocas, eram trocadas por espingardas. As pequenas índias eram criadas para servirem as casas dos seringueiros e quando tornavam-se adultas podiam ser agregadas à família por algum filho solteiro do chefe da casa, ou mesmo, casam-se com o chefe viúvo ou separado. Falaremos com mais detalhe sobre isso na sequência do texto. Quanto ao segmento masculino da população acreana, as primeiras gerações são quase exclusivamente oriundas do Ceará, mas, migraram também maranhenses, paraenses, amazonenses e até gaúchos.

Segundo o amazonista Samuel Benchimol²⁷, uma longa seca no Nordeste em 1870 gerou imenso contingente de desempregados sem perspectiva, migrantes em potencial, habilmente cooptados para as "heróicas" frentes de expansão. Os migrantes, sobretudo homens e rapazes cearenses, seguem para a Amazônia com o

²⁷Benchimol, Samuel O Cearense na Amazônia. Rio de Janeiro, Epigraf, 1965.

intuito de enriquecer, melhorar de vida e abrir as fronteiras amazônicas, expandindo e criando, no caso, o território acreano.

Era o que diziam as propagandas dos agenciadores de migrantes e a propaganda boca à boca feita entre os homens: "No Acre, se junta dinheiro com gambito". Para quem não sabe, gambito ou cambito é uma ferramenta rústica para apanhar feijão e consiste em um galho de pau quebrado em forma de letra L. Cortar seringa era uma atividade vendida como fácil e altamente rentosa.

Levados com promessas de enriquecimento, os futuros seringueiros chegam aos seringais endividados pelo custo da viagem. É certo que os patrões forneciam mercadoria e assistência²⁸ para os novos trabalhadores da floresta. Em troca, monopolizavam a compra da borracha e a venda de mercadoria em seus seringais, condições essenciais para a reprodução social do seringueiro. Por volta de 1938, outra migração em massa novamente de nordestinos para a Amazônia. O motivo foi outra grande seca somada ao início da II Guerra Mundial, que impulsiona novamente o mercado internacional de borracha natural.

Hoje, muitos seringueiros moradores aposentados na REAJ com idade aproximada de 70 a 80 anos são trabalhadores dessa segunda leva, conhecidos como "soldados da borracha". O narrador anterior seu João Amâncio de 75 anos, e o que

²⁸A assistência é pensada como parte de um sistema de trocas, e não como uma forma de clientelismo clássico. Sobre tais conceitos ver a dissertação de doutorado de Almeida, Mauro William Barbosa de The Making of a Forest Peasantry: Rubber Tappers of the Upper Jurua River, Acre. Ph.D. Dissertation, University of Cambridge, 1992.

vem a seguir, seu Valdomiro Ferreira de Sousa de 87 anos, começam a cortar seringa nesse período e ambos tinham pais cearenses ou *arigós*.

Os cearenses brabo; os arigó

Para seu José Rubens Pinheiro, 68 anos, soldado da borracha:

Nesse tempo chamava arigó porque quando vinham do Ceará chegavam aqui eram arigó na mata, matuto, chamavam arigó mesmo. Hoje em dia ainda chamam, quando vem um cearense do Ceará é arigó, quando vem um do Maranhão; os que vem de fora chega aqui é os arigó.

Os arigós eram os que vinham de fora, os que ainda não compreendiam o "jeito" da floresta e passariam, necessariamente, por um processo de adaptação e negociação à bala, virando cearenses mansos. Seu Valdomiro relembra o que seu pai lhe contava sobre aquela época. A entrevista foi feita na casa de seu Valdomiro, na colocação Lago da Tapaúna, Volta Grande do Juruá. Os trechos entre chaves são intervenções da autora. Conta seu Valdomiro:

Diziam que aqui no Acre era muito bom, vinha muito brabo para cá cortar seringa. Os patrões diziam que era muito bom, ganhava dinheiro com facilidade. No

Ceará não tinha trabalho, tinha a tal da seca lá. No tempo da seca não havia nada, muitos vinham para cá para escapar... No Ceará, meu pai dizia que carregava água com três horas de viagem para lavar as coisas, botar comida no fogo. Plantavam algodão e fiavam para fazer roupa. Ele contava a história do Juazeiro, o único pau do sertão que fica verde mesmo na maior das secas...Tinha quem trabalhava aqui depois juntava dinheiro para voltar para lá. O pessoal era tudo cearense...

Imaginem o que significava para um cearense retirante da seca, aportar em uma colocação nas cabeceiras de um afluente do rio Amazonas. Acostumados com um ambiente, uma paisagem radicalmente oposta. Os seringueiros descritos por Samuel Benchimol²⁹ por exemplo, são seres saudosistas do horizonte, das serras e até da seca, do enxuto da terra do agreste, do "sem lama e sem mosquito". Saudosistas a ponto de nomear suas colocações com os nomes da lembrança: Nova Olinda, Crato, Lago Ceará.

A fala de seu "Domiro" lembra que seus antigos cearenses plantavam algodão e fiavam as próprias roupas. No seringal a roupa é comprada, ou melhor, transformada em dívida, para que o seringueiro pague em borracha. Havia um período de adaptação dos novos moradores, ignorantes daquela realidade. Os arigós eram *brabo*. Desconhecedores da cultura e natureza local, mas, assim como os indígenas podiam ser *amansandos*.

²⁹Benchimol, Samuel O Cearense na Amazônia. Rio de Janeiro, Epigraf, 1965.

Eles eram brabo, os que vinham para o Acre cortar [seringa]. O brabo não conhece o trabalho, não sabiam cortar seringa, não sabiam fazer nada. Botavam as estopas [saco para carga] às avessas, mas, vão aprendendo: os mais manso, os que conhecem o trabalho, vão ensinando os outros. Os brabo faziam saco para carregar o leite [da seringueira] e em vez de botarem o leite do lado defumado botavam do lado do tecido...O cariú é o cearense manso, o arigó é brabo chega de canga e corda, tem jeito para lutar. Os arigó não sabem de nada, tem que ensinar eles. Só brocam com foice não sabiam brocar com terçado. Queriam fazer do jeito que eles tinham costume.

Os arigós tiveram uma cruel função no processo colonizador; matar e perseguir os indígenas, amansar ou domesticar os indígenas *brabos* chefiando as correrias de caboclos. Além disso fazem o comércio das correrias, trocando indígenas por estiva, munição e espingardas. São conhecidas histórias de arigós que viviam com inúmeras índias, conhecidos por suas estratégias e artes mágicas e místicas. Escutei até uma história sobre um arigó que teria virado *kuraka* ou cacique em uma maloca indígena, contada a seguir.

Antônio Barbosa de Melo, o "Roxo", 24 anos, morador da colocação Pilão no rio Juruá, conta sobre um arigó famoso, seu avô materno Toqueiro, pai de sua mãe, Esmeralda Barbosa. Esmeralda é filha da índia mansa Rita (da etnia que ela chamava

Tchaminawá) e do arigó Antônio Luis Toqueiro. O velho Toqueiro, avô de Roxo, encontra Rita vinda da mata, fugida de uma correria. Toqueiro teria criado Rita, pêga ainda menina e, posteriormente, se casa com ela. Do casamento nasce Esmeralda, que por sua vez casa-se com Francisco Barbosa de Melo e têm o caçula Roxo. E é ele que nos conta:

No tempo de antigamente se juntavam de cinquenta a trezentos homens que entravam na mata para fazer correria na maloca dos caboclo; para acabar com as malocas. Esses arigós, esse pessoal de antigamente eram chefes de correrias de caboclo. Os acreanos tomavam parte das correrias, agora, os arigós eram os chefes porque sabiam de muita coisa. Sabiam de oração para entrarem nas malocas sem os caboclos verem eles, desarmavam os caboclos e depois chamavam o pessoal. Primeiro ia só o chefe... O velho Toqueiro, podia se esconder atrás da lapiseira [caneta esferográfica] que ninguém via ele. Ele botava o chapéu na cabeça e o cabra podia pegar no revólver e encostar bala nele; a bala não varava seu couro e acabava no chapéu. Diz a mãe [velha Esmeralda] que um tempo queriam matar ele a traição, ele nem sabia. Aí, ouviu o tiro, ouviu o tiro e tirou a bala do chapéu. Morreu de doença...

Zeca [seu tio materno] pegava o rastro dos caboclo cheirando as folhas e seguia o rastro. Demorou dois meses e foi dar nas cabeceiras do Juruá, encontraram outro rio largo que não sabiam bem aonde era. Procurou até

encontrar um monte de rastro de bicho, de gado, de mulher e menino; a maloca era muito grande. Era Zéca mais Miguel de Brito que era arigó [Zéca é acreano]. Zéca entrou invisível para dentro da maloca e o tuxau [curaca, cacique] dessa maloca era arigó e sabia mais do que o Zéca. Bateu no ombro dele e falou para ele sair, sair antes que ele falasse para os caboclos dele. Os arigós ganhavam a mata. Do mesmo jeito que os índios se entregavam aos brancos, os arigós se entregavam aos índios. Viviam prisioneiros e se misturavam com os índios.

Aqui aparece uma consideração importante para a discussão da fronteira que vai se criando e da fronteira que se criou efetivamente na Foz do Breu, por exemplo, a necessária adaptabilidade do ocupador frente a realidade, gentes e costumes diversos. Inclusive uma certa tendência em misturar-se ao outro a ponto de "virar" ou confundir-se com outro; uma indigenização dos colonizadores. Mais adiante, nesse mesmo capítulo, veremos como os moradores da Foz do Breu são "acusados" de serem caboclos por possuírem hábitos e costumes indígenas, quando sem dúvida, este é dos mais importantes atributos de um colonizador de fronteira.

Adaptabilidade que no início da colonização convivia com uma espécie de genocídio interétnico; as ditas correrias e as retaliações das correrias. É claro, que os indígenas não suportavam calados a invasão de seu território e casas, o sequestro e/ou a morte de mulheres, filhos e parentes. Eles se vingavam...

O caboclo brabo e o manso

No leva-e-trás, nas rodas de fuxico da REAJ, diz-se hoje que entre os moradores da vila Foz do Breu "todos têm parte com os caboclos", termo local que designa as populações indígenas; se misturam aos índios, comem e falam como e com eles, "faltam andar pelados como os caboclos brabos".

As categorias brabo e manso situam diferenças e servem para plantas, animais e gentes. Nos alimentos pode significar presença de veneno (mandioca braba) ou fruteiras e plantas comestíveis nascidas na mata, não plantadas (goiaba braba, maracujá brabo). Também vimos sua aplicação no caso do termo "arigó", o "fora de contexto", "o desacostumado". Chamar os moradores da Foz do Breu de brabos, no sentido local do termo, é quase desmentir a história da ocupação. Se foram as primeiras gerações de moradores da Foz do Breu os responsáveis pelo espantamento das etnias ditas brabas como os Amoka, os Jaminawá, porque chamá-los de brabos ?

Talvez porque manter a fronteira, mesmo depois da criação da mesma, significava que os habitantes da vila deveriam manter comunicação com os vizinhos, manter relações sociais intensas com os vizinhos, relações de comércio, contra prestações, redes de dádivas - dívidas .

A frase "todos tem parte com caboclo" serviria muito bem para falarmos da constituição étnica de toda a população da Reserva, quiçá do Acre, mas na instância local, servia como indicador de diferença; caboclo brabo é também o termo para o

indígena não amansado, que recusa e combate o processo colonizador. Vamos perseguir o tema ? Inquiri seu Valdomiro Ferreira sobre o assunto:

- Seu Domiro, o que é caboclo brabo ?

Sendo brabo o bicho é quadrado. Hoje está tudo civilizado. Já tem andado caboclo aqui, guarda livro, enfermeiro...Vinha cearense para cá e os caboclos não queriam o cearense aqui, faziam fogo matavam os cariú. O pessoal matando caboclo prá morar aqui nesses altos. Tanto morreu cariú como morreu caboclo...

Os caboclo carregavam machados e rifles, tampavam o caminho com paus, entornavam os vasos de leite. Aí amarravam dois paus, um grudado no outro com envira e deixavam no meio da estrada: era sinal de que eles me queriam para trabalhar mais eles, eu tinha 14 anos [por volta de 1925]. Os caboclo vestiam genipapo e envira enrolada no saco. Os Amoaca eram os mais brabo e valente, os Jaminawá eram valentes também e os Kashinawá eram brabos mais calmos.

Nesta fala, seu Valdomiro não diferencia cearense de cariú: “Vinha cearense para cá (...) os caboclos (...) faziam fogo matavam os cariús”; o cearense manso, acostumado, é o próprio cariú. Os índios brabo, como já foi dito, recusavam-se e combatiam a ocupação "de fora". Ou melhor, recusam e combatem, pois, em julho desse ano do senhor de 1998, houve mais um registro de embate entre seringueiros e

"índios brabos" no Alto Rio Jordão, fato comum ainda hoje na região³⁰. Os brabos eram tidos como valentes e pagavam na mesma moeda as pesadas perdas que sofriam durante as correrias

As correrias de caboclo na Foz do Breu

Seu José Rubens Pinheiro, 66 anos, seringueiro e mateiro aposentado, morador da colocação Foz do Caipora, rio Juruá, conta como eram as relações entre patrões, índios brabo e índios manso na Foz do Breu, por volta de 1940:

Os patrões que eu conheci da Foz do Breu foram o Thaumaturgo Ferreira, o Cândido "Ferreirão" e Julio Perez [peruano]. O Ferreirão só trabalhava com índio Kampa [Ashaninka]. Os Campa matavam os Amoaca e quando os Amoaca matavam, o Thaumaturgo mandava os Campa fazer correria. Felizardo Cerqueira era gerente do Thaumaturgo, fazia correria para o Alto Juruá, para o Alto Breu, para todo o canto, junto com um bocado de Campa. Felizardo matava índio, mariscava e caçava... Para amansar, eles pegavam os caboclos brabos e amarravam e faziam passar tempo preso dentro de um quarto, até amansar. Os que não amansavam, eles matavam. Nas cabeceiras do Breu, na colocação Bernal tem

³⁰Atualmente, os moradores do rio Breu costumam deixar víveres, terçados e machados, fora de casa e à mão de um índio brabo de passagem, evitando a aproximação.

buraco velho cheio de osso de caboclo. Depois de amansar, eles botavam para trabalhar e os caboclos tinham medo de fugir; Thaumaturgo mandava ir atrás ...

Caçavam prá cima do Breu traziam muito é cabocla. Traziam mulheres para eles mesmos, vendiam por rifle, trocavam por caixa de bala e por rifle. O Felizardo dava os caboclos para os outros, espalhou muita cabocla para dentro do Tejo, pelos seringais. Nesse tempo era difícil mulher, né! Quando eles traziam mulher eles vendiam para os seringueiros mesmo..."

José Rubens cita três personagens importantes da Foz do Breu em sua fala, os patrões Cândido Ferreira Rodrigues, o "Ferreirão", seu filho Thaumaturgo Ferreira e o gerente do barracão Felizardo Cerqueira. Os Ferreira Batista, o velho Cândido e seus dois filhos, Dulcílio e Thaumaturgo, chegam na Foz do Breu por volta de 1930 para administrar o barracão e o comércio da Foz Breu. Segundo relatos orais de Ernestina Ferreira Batista, nora de "Ferreirão", seu sogro é antecedido por um patrão chamado Bonifácio e também por uma patrã peruana citada mais a frente durante o relato sobre Ernestina (capítulo cinco).

Os Ferreira Batista são os ocupadores "modernos" da Foz do Breu, sendo Ernestina Rodrigues da Silva, esposa de Dulcídio, nora do velho Ferreirão, a mulher responsável pela extensa descendência das duas famílias, a sua Rodrigues da Silva e a do seu esposo Ferreira Batista, pelas margens da fronteira. Ernestina, após casar-se com Dulcílio, chama dois de seus irmãos, Roseno e Raimundo Rodrigues para

viverem na Foz do Breu. Roseno e Raimundo também se casam e passam a residir na área do barracão trabalhando para o sogro da irmã. A "era" Ferreira Batista é o tempo do comércio de seres humanos, o tempo de abrir fronteira com espingarda e mercadoria, mas, é também o período em que se assentam futuras grandes famílias no local.

Existem figuras nessa história com tons épicos, que são lembrados pela selvageria e eficiência... Felizardo Cerqueira, o gerente do barracão, é uma dessas personagens míticas citadas com horror ou ardor conforme se posiciona o narrador. Fazia comércio e criava vínculos com os habitantes locais amansados, dizem que teve perto de cem filhos com índias Kashinawá e Ashaninca, filhos que recebiam sua marca (FC) a ferro no braço; uma descendência com caráter de propriedade privada.

Viveu por muitos anos na Foz do Breu como empregado que virava chefe durante as correrias, era bom rasteador de índios, conhecia os caminhos alternativos usados para as fugas dos indígenas e diziam que conhecia a etnia pelo cheiro de seu rastro ou de sua urina. Por esse atributos era constantemente convidado para participar de correrias no rio Jordão, no Peru, e chegou a ser dono de um seringal nas cabeceiras do rio Jordão, onde vivia com várias esposas e empregados indígenas.

Um tipo de Fitzcarraldo do seringal, versado em várias línguas indígenas que se apropriou de hábitos e costumes indígenas no decorrer da vida. A adoção de práticas indígenas como a bebida *ayahuasca* poderiam explicar as narrativas sobre o poder mágico desses praticantes de correrias. A invisibilidade, por exemplo, citada

na história de Roxo sobre arigós de correria, e atribuída a Felizardo, é uma das faculdades atribuídas aos bebedores e pajés da *ayahwasca*. Era exímio amansador de índios e o fazia trancando vinte, trinta indígenas em quartos pequenos, fornecendo-lhes comida aos poucos, "presos até amansar", segundo José Rubens.

Muitos membros das etnias Kashinawá e Ashaninca foram amansados dessa ou amansaram aliando-se aos "de fora" evitando sua possível extinção e conquistando posteriormente áreas em seu nome (Área Indígena Ashaninca/Kashinawá do Rio Breu). Os Ashaninca, por exemplo, apropriaram-se da ira externa para solucionar questões com seus inimigos, os Amoaca. Muitos Ashaninca foram escravizados e vendidos e ainda hoje são mão-de-obra temporária na Foz do Breu. Até a criação da REAJ (1991) existiam pessoas na Foz do Breu que possuíam mais de quarenta trabalhadores indígenas, entre Kashinawás e Ashanincas, aos seus serviços.

Segue uma narrativa em que Ernestina Ferreira Batista fala sobre os inimigos dos moradores da Foz do Breu, os caboclo brabo Amoaca e Jaminawá, e sobre os amigos manso ou amansados, como os Ashaninca, os Piro e os Santa Rosina, falantes de *quéchua* e extintos em uma epidemia de sarampo. Pela narrativa de Ernestina sobre os Amoaca, por exemplo, podemos perceber que aqueles que não se dignavam a aceitar a nova ocupação não só eram considerados inimigos, como eram alvo de um ódio exterminador sustentado por um discurso civilizador: o outro é o

animal, o selvagem sem cultura e civilidade, o "não gente" e se não quer encontrar o caminho "dos benditos em espanhol" merece ser dizimado.

Além disso, se notam estratégias das etnias vizinhas aos ocupadores para não se misturarem aos vizinhos, o caso dos Piro, e no caso dos Amoaka, verdadeiras estratégias de guerra, visto como protegiam suas malocas do ataque dos brancos. Aos Ashaninca se reserva o título de guerreiros valentes que trabalhavam para os recém chegados e o fato de servirem aos ocupadores se revela com nova estratégia, dessa vez de sobrevivência; ao se aliarem livravam-se de seus inimigos declarados, os Amoaca, mantendo suas próprias instituições e seus "patrões" nativos, os *curaca*. Conta velha Ernestina:

Amoaca não é gente; eles são brabo. Ninguém podia entrar no [rio] Breu, eles faziam um buraco na sacupemba dos paus para ver quem chegava. As malocas amoaca eram fechadas com murmurú e peito de jaboti para não varar [atravessar] bala. Os Amoaca envenenavam espeque [paus com ponta afiada] e punham no caminho dos seringueiros, tinham medo dos brasileiros; eles iam até o marco do Brasil, batiam nele com um pau e saíam correndo...

Os Campa amansavam os Amoaca; os Campa eram guerreiros valentes, tratavam de prender os Amoaka, trabalhavam para os cariús. Os Campa também tinham os chefes, os patrões deles chamados curacas. Eu ouvi falar de muitos deles: Maricoxo, Sebastião, Gregório, Maianingo, Panguiriri... Os índios Campa cantavam

benditos em espanhol com a mulher do Thaumaturgo, voz grossa com voz fina. De noite, se juntava aquela kamparia toda, a mulher do Thaumaturgo no violão, bandolim ou sanfona e eles cantando: Jesus ! Jesus ! Jesus!

Na Pedra Pintada [colocação rio abaixo] vivia os caboclos Santa Rosina, uns caboclos bonitos, bem alvos [claros]. Tinha também os caboclo Piro, que faziam muitas obras de barro, caboclos muito bonitos e vegetarianos. Não aceitavam comida de nós, não comiam caça nem banha. As mulheres deles comiam do nosso escondidas. Mandavam que a gente tampasse a cozinha com lona, para que os maridos não vissem elas comendo quando voltassem da mata, para não levarem peia [apanhassem]...

A borracha deu dinheiro, mas, deu dinheiro para os patrões e não para o seringueiro. O seringueiro era arriscado morrer com os caboclos brabos... Em frente da nossa casa no igarapé Caipora, na outra margem, os caboclos plantaram uma carreira [fileira] de banana baé e quebravam as palhas [folhas] só para guardar eles e as flechas. Ficavam só cuidando o movimento; eles mandavam flecha e os de cá respondiam com bala. Os caboclos matavam para roubar...

Cada narrador uma versão da história e quem conta um conto aumenta um ponto... Havia um enfrentamento armado na região financiado pelos patrões e suas respectivas casas financiadoras, comandado por arigós e empreendida por cearenses

e acreanos ou cariús em parceria com os Ashaninka do rio Breu. Seguindo a lógica do "quem ocupou primeiro", as populações indígenas teriam direito de se defenderem do rapto de mulheres e crianças, das ofensas e do furto de suas terras e provavelmente daí começam as retaliações. O retorno de uma caçada pode trazer a terrível visão da maloca estilhaçada por uma correria e a vingança pode servir de compensação, a capacidade de retaliar a dor, infligindo ao causador dor semelhante. Quem não se defende, se vinga. E daí sucedem vinganças sobre vinganças...Conta José Rubens Pinheiro:

A mãe da dona Nêga, mulher do seu Roseno [irmão de Ernestina], foi morta com nove flechadas dentro de casa. Nêga subia nas coxas da mãe para arrancar as flechas. Foi dentro do Caipora, seringal Fortaleza. Juntaram muitos homens e fizeram uma correria para o Alto Juruá, acima do Breu, chegaram na maloca com ajuda dos Campa. Mataram 40 índios e índias, o igarapé ficou vermelho, ficou com o nome de igarapé Vermelho. Diz que os índios que estavam fora quando voltaram e viram a destruição, choravam e gritavam que nem boi e levantavam as mãos para o céu...

Retaliações

Seu Zé Rubens lembra bem do tempo em que fazia vigília para evitar ataque de índio brabo. No começo dos seringais se criava limite no tiro em uma espécie de jogo de paciência e estratégias movimentado por uma rede de vingança. Os indígenas imitavam animais para se comunicarem, confundindo e amedrontando, faziam camuflagens, armadilhas envenenadas, ataques fulminantes e a posterior construção de cenários pavorosos aos olhos de seus inimigos; mulheres grávidas retalhadas postas na porta de casa à espera do marido. No horror da ocupação branca da região, o feitiço vira contra o feiticeiro...A narrativa é de seu José Rubens:

Quando eu era pequeno, na colocação Purgatório, alto São João, eu lembro de dormir com meu pai na porta da sala, minha irmã na porta do fundo e minha mãe fumando na rede. Todos de vigília com as espingardas, sem dormir. Os caboclos faziam cerco, espionando o trabalho dos seringueiros, arremedando [imitando] macaco prego e tucano...

A primeira esposa do Ginú Velho³¹ foi morta em casa, com a barriga retalhada. O filho que estava para nascer, eles tinham saído para buscar a parteira, foi tirado e posto em seus braços, na escada da casa e foi assim que a encontraram...

As memórias das correrias estão repletas de características de genocídio étnico: infanticídios com toques de sadismo, indígenas tendo seus sacos escrotais cortados e postos na boca. São imagens de extermínio, onde garante-se, ao depositar o banco do sêmen na boca morta, o fim da "espécie" indígena não aliada.

Ernestina Ferreira é quem conta:

Os caboclos matavam. Em Nova Olinda³² [atualmente um lugar santo e tido como milagroso] mataram duas mulheres buchudas [grávidas], abriram a barriga, cortaram as cabeças e enfiaram as cabeças em um pau, assim mesmo olhando para o varadouro [caminhos entre as colocações], do lado em que os homens voltavam

³¹ Francisco Barbosa de Melo, o velho Ginú, é pai do ex-presidente da ASAREAJ, Francisco Barbosa de Melo, o Chico Ginú. Depois da morte da primeira esposa, casou-se com Esmeralda, filha da índia mansa Rita e do velho Toqueiro.

³² Nova Olinda é uma colocação entre os igarapés Caipora e Machadinho. Lugar de peregrinação religiosa que atrai devotos até do Ceará. Uma versão do mito de Nova Olinda, narrado por Dona Maria Garcia de Medeiros, 77 anos. Pergunta: A senhora conhece a história de Nova Olinda ?

Dona Liosa: *A Nova Olinda tem no Ceará também. É uma colocação de cearenses que os caboclos mataram: Vicente Barroso e Francisco Barroso, de Quixadá, Ceará; um lugar santo. Foram trabalhar os dois irmãos estavam roçando a estrada. Um entrou para o igarapé e deixou o outro prá cima. Veio quando ouviu o tiro dos caboclo; os caboclo faziam muito roubo de arma para os centros, ele foi e abarcou o irmão e eles meteram fogo. Cinco dias e nada desses homens chegarem. Quando acharam, um deles estava coradinho, o outro, o bicho tinha comido. O repiquete [a enchente] passa e não desmancha, a água passa de um lado para o outro e não desmancha as covas. Trouxeram do Ceará o Cruzeiro de ferro, penitentes vieram pagar promessas. Os caboclos fazem promessa também. Fizeram caboclo de pano com caboclinho nos braços....*

para casa...Vige, eu tinha muito medo. Rezava todo dia para ir embora e ainda deixei dois filhos meus lá, de impaludismo [malária].

Zé de Barro uma vez [arigó] vingando a morte de uma mulher foi atrás de Jaminawá para dentro do Caipora. Matou nove caboclo em um tapiri de tocaia [tapiri é um abrigo para tempo de caçadas]. Cortou as bagagens [pênis] e pôs dentro da boca dos caboclos, de consolo para descansar...Os arigós que faziam correria jogavam os caboclinhos para cima, eles se rindo alegrinhos, e aí enterravam as peixeiras até o cabo... (Seu Zé Rubens)

Revi essa mesma imagem recentemente, a da pequena vítima sendo morta à ponta de faca, em um documentário sobre memória e oralidade do cangaço. A selvageria expressionista da imagem soa como uma fábula, um mito sobre a posse, um mito do conflito latente; mudam as personagens, ficam os papéis...³³

Notas para conclusão

³³“...We are continually hearing the same story - or recognizabel local variants of it - told by different people in different parts of the country and referring to differet points of time: stock incidents which might be better understood in relation to narrativity than to some empiricist notion of truth...(1994: 10)” Samuel, Raphael e Thompson, Paul (org.) The Myths We Live By. Nova Yorque, Routledge, 1994.

O capítulo narra a ocupação de um território de fronteira a partir de um núcleo administrativo-militar federal, onde famílias de imigrantes se aliam a etnia Ashaninka, oriundas das margens do Ucayali, numa base para fazer uma “faxina étnica” contra índios locais e onde curiosamente os inimigos não são os peruanos (caucheiros), mas, os habitantes da mata que já viviam lá.

Em uma guerra por espaço, os limites são criados por redes de aliança entre novos ocupadores e etnias “amigas” contra etnias inimigas. As etnias que se alinham ao ocupador de fora, passam a trocar força de trabalho e serviços com os recém chegados (como a execução de correrias); uma estratégia para assegurar espaço e condições de vida. As etnias que não se alinham ao novo programa de ocupação são dizimadas ou espantadas das terras à bala.

O capítulo também mostra três qualidades de história; em cada narrador uma “moral da história”. A idéia era confrontar três versões da mesma história para checar as intenções e pretensões por detrás das narrativas. A história do encontro antropológico -a estranheza do clima de Bye-Bye Brasil de uma fronteira curiosa: as fotos dão uma impressão de calma absoluta...com o exército peruano à curta distância. A história escrita da demarcação das fronteiras ocupadas por brasileiros e por caucheiros. Os narradores oficiais; chefes de governo, exploradores e membros do exército dissimulam, através das imagens de vazio populacional, o fato de que tais terras já estavam ocupadas. O “vazio” cheio de culturas e povos desconhecidos categorizados como incultos, não-civilizados e primitivos, deveria ser ocupado

satisfazendo as pretensões territoriais e econômicas do governo federal e seus parceiros.

A terceira história é contada através das narrativas locais sobre as expulsões de tribos inimigas, amansamento de tribos “amigas” e casos de retaliações ou vinganças. A memória oral permite avaliarmos o impacto da ocupação no imaginário local e as categorias e fórmulas usadas na explicação da ocupação acreana do território. O discurso legitimador dos oficiais de fronteira combinam-se as narrativas luxuriantes da floresta-roda da fortuna e aderem ao imaginário local. Desta maneira, a ocupação violenta se transveste de valor e sentido, passando de uma memória infeliz, para uma memória de glória; motivo de orgulho para descendentes de seringueiros veteranos.



188

Capítulo III. Formas de olhar o espaço: Reserva, Colocação, Vila

3.1. As Reservas Extrativistas

Nos primórdios da organização sindical na floresta, moradores e lideranças perceberam que suas reivindicações locais poderiam ser globais, visto o interesse mundial na preservação de florestas tropicais. Sindicalistas como Chico Mendes, e assessores do movimento dos seringueiros como Mary Allegretti, verificaram que a ocupação dita tradicional era compatível com a preservação ambiental; os moradores precisavam da floresta em pé e funcionando para poderem viver bem ³⁴. É importante ressaltar que o extrativismo, ou seja, as técnicas de extração tradicional utilizadas pelos moradores para a fruição da natureza, tornou-se um argumento fundamental na proposta de reforma agrária dos seringueiros.

Durante este período foi elaborada a proposta de “Reserva Extrativista - A Reforma Agrária do Seringueiro”; a idéia era garantir o direito dos seringueiros à terra que ocupavam e conservavam há pelo menos cem anos. Os modelos de lotes do Estatuto da Terra de 25 a 40 hectares não funcionavam para os padrões de ocupação e propriedade locais. Um seringal, por exemplo, constituído por inúmeras

colocações³⁵ tem um tamanho ideal de 400 hectares e pode possuir dezenas de estradas de seringa. Na região existem ainda pacotes de propriedade que funcionam concomitantemente, orquestrando propriedades e direitos privados e coletivos.

Exemplo disto são os lagos-coletivos e os roçados - privados e/ou coletivos (ver ítem “Colocações”). As formas ditas tradicionais locais de propriedade formam a base de um “novo” modelo de ocupação: as reservas extrativistas.

Segundo o professor Mauro Almeida:

“...os seringueiros apoiaram-se no precedente das terras indígenas, cujo usufruto é permanentemente concedido aos moradores locais...” (Almeida, 1995: 163)³⁶

Ainda segundo Almeida, a proposta combina diferentes fórmulas de apropriação da terra: propriedade pública, concessão de uso associativa e apropriação familiar. Dos modelos à prática existe uma grande passagem e nesta passagem reside o dilema da proposta e do modelo reserva extrativista: alinhar a ocupação tradicional baseada no extrativismo vegetal e animal, autogerenciamento

³⁴Existe uma extensa bibliografia sobre o movimento dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas, na Amazônia e no Acre. Cito Allegretti (1989, 1990).

³⁵ A colocação é o espaço habitacional dos moradores dos seringais. Pode conter uma ou até duas dezenas de casas, ligadas ou não por laços de parentesco, compadrio e/ou afinidade. As colocações são organizadas de tal forma que todos os moradores têm acesso equitativo aos inúmeros recursos naturais disponíveis nas colocações. Isto quer dizer que se uma colocação possui uma estrada de seringa, provavelmente só vai ter um chefe(a) de família vivendo nela. No tempo dos patrões, as colocações serviam como unidades de controle patronal da exploração da floresta.

dos recursos naturais, formas de representação democráticas, qualidade de vida e conservação dos recursos naturais. A criação de reservas extrativistas, sob a responsabilidade do IBAMA, foi regulamentada pelo Decreto Lei n. 98897, de 30 de janeiro de 1990, sendo definidos como:

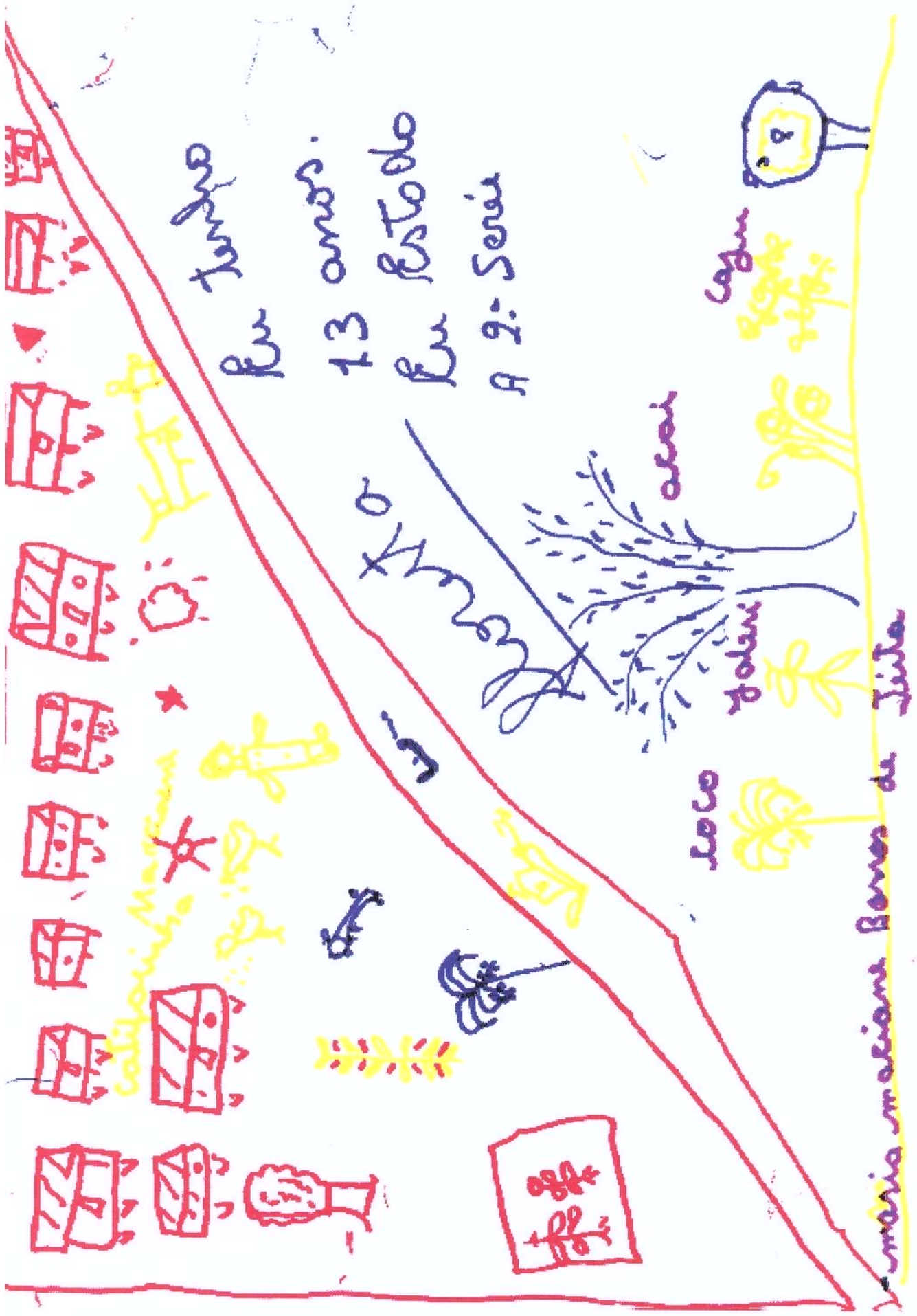
“...espaços territoriais pertencentes à União, destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista...” (Projeto RESEX, 1994: 9)³⁷

O Decreto n. 98863, de 23 de janeiro de 1990 regulariza a Reserva Extrativista do Alto Juruá, que passa a ser administrada pelos moradores através da Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ).³⁸

³⁶Almeida, Mauro W. B de "O Estatuto Da Terra e as Reservas Extrativistas". *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 25, n. 1, janeiro - abril/1995, (p.153-167).

³⁷IBAMA/CNPT Subprograma de Manejo de Recursos Naturais e Unidades de Conservação. Brasília, IBAMA, 1994.

³⁸Há um histórico da noção de Parques Nacionais e uma breve discussão sobre a inserção do movimento social dos seringueiros na cena internacional em Diegues (1994) Sobre o movimento social dos seringueiros Cf. Pereira et all. (1989), Allegretti (1990, 1989). Sobre a REAJ, Cf. Brown et all. (1992), CNPT et all.(1994), Costa (1998) e Franco (1997)



tempo
R\$ 13 anos.
R\$ Estado
A 2ª Série

Maria Maliana Barros da Silva

3.2. Colocação

Segundo survey realizado pelo projeto de monitoramento sócio ambiental, a REAJ conta com uma área de 500.000 hectares, onde vivem aproximadamente novecentas famílias, em um total de 6.000 pessoas. A densidade populacional da área é de 1,2 km² ou cerca de 555 hectares por família. A floresta é explorada por seus moradores em unidades, colocações, nas quais vivem em média 3,4 famílias.

Uma colocação é um agrupamento com número variável de casas que aparecem cercadas por um terreiro, um campo e um território de floresta dotado de estradas de seringa. Os limites da colocação correspondem à área percorrida pelas estradas de seringa, territórios de roçados, piques de caça, ou ainda, aos limites dados pelas boas relações de vizinhança e/ou parentesco.

As colocações, portanto, têm limites dados pelo uso contudo não são limites vistos em si mesmo, na forma de fronteiras autônomas. Sinalizam propriedade e ocupação, entretanto, se houver imposição de limites impraticáveis para os moradores vizinhos, provavelmente irão ocorrer questões ou brigas na linguagem local. As colocações distribuem-se ao longo de margens de rios, igarapés grandes e pequenos, podendo abranger territórios de ambos os lados desses cursos de água e, não se vêem fronteiras físicas do tipo cercas e muros separando vizinhos.

As colocações atravessam ciclos de crescimento. Elas podem abrigar diversas famílias, ligadas muitas vezes, por laços de parentesco e compadrio, convivendo em uma área arranjada de tal forma que todos os chefes de família (cada um dono de

uma casa) tenham direito de uso sobre os recursos naturais dispostos em zonas. Isso significa que ao longo dos ciclos de crescimento, as colocações ocupam territórios móveis, em expansão. Colocações ocupam zonas que podemos organizar segundo o uso dado a essas zonas e termos utilizados pelos moradores. As zonas de uso principal são:

- (1) Roçados; áreas brocadas ou limpas de mata, onde se cultivam feijão, macaxeira, cana de açúcar, arroz, milho, tabaco, banana, mamão, arroz, amendoim, etc...Os roçados podem ser individuais ou coletivos. Roçados coletivos são comuns entre mães-chefes de família (viúvas ou separadas) e seus filhos-chefes, coabitando áreas contíguas.
- (2) praias são faixas de areia e terra férteis, formadas na beira de rios e igarapés, durante o período de seca ou *verão* (abril-outubro). As praias são conhecidas como roçados de mulher e costumam ser de propriedade dos moradores mais antigos da colocação. Este regime, privado-familiar, causa conflitos em colocações que dispõem de poucas praias. Para diminuir a tensão, as mulheres donas de praias convidam vizinhas “sem praia” para o plantio, dividindo a produção e/ou o terreno, em *meias*, *terças* ou *quartas* partes. Planta-se melancia, feijão de praia, gerimum, batata doce, milho, gergelim e *mudubinho* ou amendoim.

- (3) zonas de marisco formadas por remansos, partes profundas de rios e igarapés, e lagos. Essas zonas particularmente piscosas são sujeitas a arranjos que restringem seu uso a grupos domésticos ou a colocações;
- (4) estradas de seringa atribuídas individualmente a chefes de grupos domésticos ou homens solteiros. Estrada de seringa é um caminho, aberto pelo seringueiro, que segue os *paus de seringa* ou as *seringueiras* dentro da mata. Em colocações com estradas de seringa, a quantidade de chefes de família deve ser equivalente ao número de estradas de seringa disponíveis. Cada chefe deve possuir ao menos uma estrada de seringa para seu uso e de sua família, caso contrário, poderão haver conflitos ou *questões*.
- (5) piques de caça ou caminhos na floresta utilizados para caça. Podem ou não ter dono. Se uma pessoa abre um pique é o dono dele, entretanto, o pique pode ser usado por outras pessoas mesmo sem permissão do dono
- (6) campo são terrenos desmatados, com pasto, usados por grupos de casas.

A apropriação desses recursos e seu uso pelos moradores, como já indicado, obedecem à diferentes regras. Não há escassez de terra para roçados ou campos, nem de floresta para caça, e de modo geral não há escassez de colocações para a população atual. Todavia, a ocupação efetiva cria direitos. Assim, quem abriu um campo é seu dono, o que vale também para piques de caça e para roçados. O caso

das praias e lagos é mais complexo, já que os usuários não residem necessariamente em uma área contígua a eles. Nesses casos, o acesso ao lago ou à praia pode depender das relações de parentesco com o dono ou dona da praia. O caso das estradas de seringa era regulado no passado pelo patrão, mas, gera no presente muitos conflitos.

Além do problema de controlar esses recursos, as colocações precisam organizar as atividades de trabalho, que frequentemente envolvem equipes para abrir roçados, para pesca ou mariscos (tinguizadas e embicheiro), para caça. Assim, a composição da colocação como um grupo de pessoas e seu tamanho e localização espacial, refletem estratégias de grande importância econômica. Para uma otimização da relação pessoas - natureza é fundamental que os moradores conheçam intimamente a realidade que os circunda. A ocupação do espaço, seu manejo e zoneamento dependem da experiência e conhecimento sobre a natureza e paisagem; a cultura vive e depende da natureza e vice e versa³⁹.

A colocação Depósito

A colocação Depósito localiza-se na região central do igarapé São João do Breu, um dos afluentes da margem direita do Juruá, para quem o desce na área da

³⁹Cf. Almeida, Mauro William Barbosa de "As Colocações como Forma Social, Sistema Tecnológico e Unidade de Recursos Naturais." *Terra Indígena*, Ano 7, n. 54, (p. 29-39). Cf. também Almeida, M. W.

REAJ. O São João é formado por dois outros igarapés menores, o Rossêga e o Boa Sorte, ambos muito habitados, "na época que a seringa dava dinheiro", como dizem os moradores. O seringal São João foi dos maiores produtores de seringa do Alto Juruá, sendo até pouco tempo gerenciado pela família de Calilah Sarah, comerciante e fazendeiro local, atualmente em processo de indenização.

Em dezembro de 1994, o seringueiro aposentado Valdemar Maximiniano do Rosário, resolve sair do São João e se instala com sua família na boca desse rio, na margem do Juruá. A colocação de seu Valdemar era a última colocação ocupada do São João, as Duas Bocas, localizada no ponto em que os dois igarapés menores, Russega e Boa Sorte, formam o igarapé chefe, o São João. Seu Valdemar e a esposa Raimundinha sentem falta do sossego dos centros, mas, com a idade preferiram viver perto das margens pela facilidade de transporte. A falta de mercadoria nos altos dos rios e o baixo valor de mercado da borracha e produtos agrícolas, como tabaco e feijão, também motivam tais saídas.

A colocação Depósito se localiza na região central do igarapé São João. Os moradores indicam algumas referências espaciais que servem como limites da colocação, o igarapé Píaba, ao sul e, o o igarapé Quatorze ao norte (o nome do igarapé vem das quatorze curvas do São João contadas à partir da boca). Os limites físicos não restringem a propriedade nas e entre as colocações, não funcionam como cercas, mas, permitem uma pauta básica para ordenação do território. Sobre a pauta

Barbosa de The Making of a Forest Peasantry: Rubber Tapers of the Upper Juruá River, Acre. Phd D. Dissertation, University of Cambridge, 1992, capítulo 7, (p. 178 ss.)



básica brincam as mais sutis e complexas armações sociais sobre o espaço. As fronteiras físicas da colocação Depósito são redefinidas e ampliadas pelas áreas ocupadas pelos roçados, áreas manejadas como capoeiras velhas e novas, estradas de seringa e piques de caça, ocupadas pelos moradores do Depósito em áreas tecnicamente pertencentes à outras colocações fronteiriças, como as Águas Belas, Cafezal e Limeira.

Os roçados pertencentes a moradores da colocação Depósito se estendem rio acima, cinco voltas depois do igarapé Píaba (tido como marco do Depósito), chegando ao igarapé Felipe, marco da colocação Cafezal. Rio abaixo, a área de roçados do Depósito vai até duas voltas abaixo do igarapé Quatorze, no igarapé Araçá, área da colocação vizinha Limeira. As áreas ocupadas por roçados, mesmo que distantes da colocação de seus donos, são consideradas parte das áreas gestadas pelos donos e/ou sua família.

Me parece que os moradores arranjam e distribuem entre si os recursos e paisagens disponíveis, de maneira que todos tenham acesso equitativo aos bens naturais existentes. As estradas de seringa têm um sistema de propriedade particular que também sinaliza e delimita espaços entre as colocações e seus moradores. Cada colocação deve comportar um número de chefes de famílias seringueiros equivalentes ao número de estradas de seringa disponíveis pela colocação. Se há estradas de seringa de mais ou de menos, provavelmente haverá questões sobre

quem corta qual estrada e, quem é o dono da estrada *vadiando*; a que não está sendo cortada .

As estradas de seringa definem o tamanho de uma colocação e o número de chefes de família que podem ali viver amigavelmente; no mínimo cada chefe de família deve possuir uma estrada de seringa para seu uso pessoal, a menos que esteja aposentado e sem filhos seringueiros por perto. A quantidade de recursos disponíveis regula a ocupação dos moradores que monitoram a apropriação dos recursos ambientais. Existem verdadeiros contratos informais de uso familiar combinado, dito zonemaento tradicional, bastante complexos. Os esquemas de limites individuais e coletivos se sobrepõem e se justapõem nos mapas e contratos mentais de recursos.

Para aumentar a complexidade dos arranjos locais, cada recurso ambiental disponível dentro de uma colocação, seja um campo, um roçado, um lago, uma estrada de seringa, um remanso de rio, um açail, possui um sistema particular de propriedade. Todos esses sistemas aparecem combinados nas formulações finais sobre o tamanho ocupado por uma colocação e o zoneamento aplicado localmente pelos moradores.

Se uma colocação estiver cheia o suficiente, se não houverem mais estradas de seringa livres, por exemplo, existindo vários jovens aptos ao casamento é comum funcionarem mecanismos de "expulsão" de futuros chefes de família, como casamentos em colocações distantes, ou ainda, arranjos intracolocações, onde se

cedem estradas de seringa vadiando aos jovens seringueiros recém casados, filhos de colocações vizinhas.

Em torno da colocação Depósito

A colocação Depósito é passagem obrigatória para pelo menos dezoito família que viviam, em agosto de 1994, igarapé acima, nas colocações Cafezal, Palheira, Cachoeira dos Guimarães, Boa Vista e Duas Bocas. Na época, o posto de saúde do São João ficava na colocação Palheira, a quatro horas de marcha da colocação Depósito. Atualmente o agente de saúde Altemir, reside em uma colocação próxima a boca do São João.

O movimento de moradores subindo e descendo o igarapé (*de pés* ou de canoa durante as águas) é intenso, seja para buscar um remédio, visitas, caçadas ou festas. Ou mesmo para fazer farinhada; no Depósito está assentada a casa de farinha comunitária do igarapé São João, com motor e aviamentos cedidos pela prefeitura municipal de Marechal Thaumaturgo. Os motores e aviamentos de casa de farinha, como, a *bola* ou *caititu* para *cevar* ou ralar macaxeira e o forno para torrar a massa, são frequentemente objeto de trocas entre os políticos regionais e seus eleitores.

A casa de farinha localizada no Depósito atende às seguintes colocações e respectivas famílias: acima do Depósito, as colocações Cafezal, Palheira e Cachoeira dos Guimarães. Abaixo do Depósito, as colocações Águas Belas e Limeira. Os

moradores de colocações distantes, como Palheira, chegam a andar quatro horas para pegar o motor, alguns resolvem o problema da distância brocando um roçado junto com um amigo ou parente que vive próximo da casa de farinha.

É o caso de um dos filhos da matriarca Mazília, Francisco que mora no Cafezal e tem um roçado de roça com a mãe no Depósito.

Características ambientais

Observando uma imagem de satélite e combinando-a com as categorias utilizadas pelos moradores para descreverem as paisagens em que vivem, chegamos a várias informações importantes sobre a utilização da floresta nessa colocação. Na margem esquerda para quem desce o rio, predomina a restinga, uma "mata aberta que não tem taboca". A cor da restinga na imagem é o verde acinzentado.

Na margem direita de quem desce o São João "dá muito tabocal, até as cabeceiras do igarapé". O tabocal e a taboca, espécie de bambu com espinhos, aparecem na foto com um tom amarelado contínuo e as capoeiras de roçados aparecem com uma cor semelhante ao tabocal, porém com a cor menos definida. Em ambos os ecossistemas aparecem espécies vegetais comuns, como o ofê, a mutamba e a embaúba.

Nas imagens, só se percebe a diferença entre tabocal e capoeiras, através dos agrupamento dos pontos de cor; no tabocal os pontos são mais coesos, unidos, enquanto nas capoeiras, delineadas pela mão do homem, os pontos são mais

espaçados e parecem desenhados. quanto mais velha a capoeira, mais os tons de laranja e marrom se sobressaem.

Os roçados mais recentes e/ou recém plantados aparecem em azul claro, o que caracteriza também áreas úmidas como leitos de rios, por exemplo. Roçados de banana adquirem na imagem uma cor amarelada devido à copa verde da planta. Os campos de criação, a área das casas e as praias de igarapés, aparecem com a cor branca (essa foto foi tirada em agosto de 1992, época de seca) devido à pouca umidade do solo e a vegetação rala.

Os palheirais, agrupamentos de espécies conhecidas como palheiras, utilizadas na cobertura de casas como, o jaci e o aricuri, e também palheiras utilizadas como alimento, como o açai, o buriti, a bacaba e o patoá aparecem em manchas de vermelho. As *terras grandes*, elevações da planície amazônica com até duzentos metros, divisoras de águas de rios e igarapés, aparecem escuras (sombras de terras), em um fenômeno conhecido como efeito topográfico de sombreamento.



3.3. Vila

Uma vila na foz de um rio

Já a foz do Breu localiza-se no Alto Juruá⁴⁰, ou melhor, próximo as cabeceiras do Juruá, localizadas no Peru. A foz de um rio é o local onde um afluente deságua em um rio principal, isto dentro do que se chama bacia hidrográfica. Do mesmo modo, os moradores da REAJ tratam localmente estas categorias por igarapés ou afluentes e rio chefe. Segundo essas categorias hierárquicas, o afluente é o Breu e o chefe é o Juruá, e o Breu seria um igarapé. Contudo não é assim que acontece.

O Breu é mais frequentemente chamado de rio pelos moradores, o que parece estar diretamente associado a sua navegabilidade em boa parte do ano. Para alguns seringueiros, a distinção entre rio e igarapé grande é dada pela navegabilidade e pelo porte das embarcações navegadoras. Igarapés, mesmo grandes, não são navegáveis no verão, e no inverno, não sobem os batelões que são barcos de cinco a vinte toneladas. Os igarapés maiores, assim como os rios, possuem barrancos e praias, sendo as praias de igarapés menores, estreitas e em menos quantidade do que as de rios. As praias, igarapés, curvas e remansos, partes mais profundas, de cursos d'água são também indicadores de posição e de distâncias, dentro do emaranhado formado por rios e igarapés na região.

⁴⁰ Toda a área da Reserva está no chamado Alto Juruá, assim como os municípios de Marechal Thaumaturgo, de Porto Valter e de Cruzeiro do Sul que localizam-se rio abaixo, todos no Alto Juruá, em território acreano.

A vila situa-se em um campo⁴¹ aberto do lado esquerdo de quem sobe o Rio Breu, exatamente no ponto em que o Breu - afluente, bota água no Juruá - chefe, ou seja, Foz do Breu, Alto Juruá. Tal campo foi aberto pela família dos primeiros proprietários formais do lugar, a família de Cândido Ferreira Batista, um dos primeiros arrendatários do seringal do Breu e atualmente pertence à família da nora de Cândido, Ernestina Ferreira Batista⁴². A Foz do Breu era lugar de moradia dos donos e gerentes e entreposto comercial ou *barracão* do seringal do Breu; um ponto de abastecimento para seringueiros e caucheiros que trabalhavam no Alto Rio Breu e Peru.

As colocações vizinhas - Vista Alegre, baixando o Juruá, e a Seringueira, subindo o Juruá (depois que este faz um cotovelo e se afasta momentaneamente da fronteira antes de entrar novamente no Peru passando pelo posto de fronteira da Polícia Nacional do Peru) são parte da área da vila, segundo o subprefeito Zé Ida. Abaixo da Vista Alegre, no Juruá, aparecem as colocações Helena e Pedra Pintada que já não fazem parte da área da vila. Entre a Pintada e a Foz do Breu existe um campo de pouso para pequenos aviões e helicópteros.

Em 1994, a vila tinha 13 casas dentro do campo considerado de propriedade de Dona Ernestina. A colocação Vista Alegre, abaixo do campo da vila, tinha três

⁴¹O campo consiste em uma área onde a mata é derrubada e *brocada* ou *carpida* para o plantio de pasto. Os moradores acham campo bonito e, gostam de colocar a casa em um campo.

⁴²Apesar do fim da propriedade privada da terra após a criação da REAJ, Ernestina costuma dizer: "Este campo é meu", baseando-se na regra local de quem chegar primeiro e ocupar é dono. A vila Foz do Breu tem como seu limite mais visível o campo que circunda as casas, o que nos permite supor que Ernestina ainda se considera, com toda propriedade, dona da Foz do Breu.

casas, e a Seringueira, acima, contava com três casas. Ao todo eram dezenove casas consideradas como pertencentes à área da vila Breu. O tamanho das colocações é típico para a região. E se as localidades têm de duas a três casas, é natural que uma vila tenha treze casas. Em 1995 houveram rearranjos de casas e a vila tinha crescido, haviam então vinte e uma casas no campo.

Subindo o rio Juruá, chegamos ao Peru com dez minutos de motor. O posto militar Tipisca fica a duas horas de motor, já em território peruano. A margem esquerda de quem desce o Breu é território peruano; a margem direita é território brasileiro e as colocações são as seguintes (dados de 1996): 1. colocação de Miguel Kampa, 2. Pedra Branca, 3. Seringueira, 4. Alto do Bode, 5. Pau do Diabo, 6. Cara Preta, 7. colocação de Edson, 8. Fazenda São Francisco e 9. Ofê .

Com boa água no Breu, gasta-se um dia e meio de motor para percorrer esse trecho e com mais duas horas chega-se à circunvizinha Área Indígena Ashaninka/Kashinawá do Rio Breu, com 23.840 hectares. As cabeceiras do Breu e as cabeceiras do rio Jordão fazem o limite da Área Indígena Kashinawá do Rio Jordão, no município de Tarauacá.

Não existem moradores no lado peruano do rio Breu. Os moradores da vila e do Breu costumam fazer acordos com a Policia Nacional del Peru, para plantarem roçados de feijão do lado peruano, contanto que não os reutilizem. Evita-se assim que o uso continuado, do território peruano por agricultores brasileiros, caracterize

posse da terra. Os responsáveis por essa informação foram agricultores da vila e do rio Breu.

Vista do alto; os recortes remoto - administrativos

Vista do alto, ou através de imagens de satélite, a vila Breu apresenta uma grande faixa de capoeiras de roçados circundando um campo de criação de gado com aproximadamente 15 hectares. À primeira vista, elas são a cicatriz de um impacto humano sobre o ambiente resultante de técnicas agrícolas que usam o fogo. Mas, as capoeiras são mais do que isso. As capoeiras, áreas onde a mata está se recuperando de um roçado, são acompanhadas pelos moradores em seu ciclo de desenvolvimento durante décadas.

Seu crescimento é monitorado e quando necessário são reaproveitadas. Uma explicação típica para a reutilização de capoeiras é a de que brocar ou abrir capoeira dá menos trabalho do que brocar mata bruta, tarefa que exige muitos homens, machados e dias de trabalho. Assim, as capoeiras não são apenas uma floresta degradada. Elas são um bem precioso. O tempo de pousio das capoeiras depende do cultígeno a ser plantado, do tipo e quantidade de solo e sua disponibilidade, e ainda, das estratégias e planos do agricultor ou da agricultora. Os anos de pousio variam. Segundo Zé Ida, o tempo mínimo para um roçado antigo ser reutilizado é de três a quatro anos.

No lado do rio Juruá em que se concentra a vila, só existem capoeiras para mais um ou dois anos de roçado, quando novamente terão de abrir roçados de mata bruta, principalmente para macaxeira e feijão. Muitas das capoeiras usadas nos últimos plantios, foram feitas há mais de vinte anos. Na margem esquerda de quem desce o Juruá existem ainda muitas capoeiras para serem reaproveitadas.

A Foz do Breu, essa área tão bem disposta no papel da imagem remota é alvo de inúmeros recortes administrativos federais, estaduais e municipais: é subprefeitura, subdelegacia, fronteira internacional, fronteira estadual, reserva extrativista. Digna de um *record* em quantidade de limites impostos "de fora".

Subprefeitura e subdelegacia de Marechal Thaumaturgo

Em 1995, dia 28 de janeiro, tive uma pequena conversa com José Ida Ferreira Batista, sobre os limites da vila. Zé Ida acumula os encargos de subprefeito, fiscal colaborador do IBAMA e subdelegado da subprefeitura. considerou como área de responsabilidade da subprefeitura o trecho que vai da colocação Pedra Pintada até a casa de Dona Carmina, colocação Seringueira, última moradora do Brasil nesta região fronteiriça com o Peru.

Os encargos da subprefeitura incluem recepção e hospedagem de visitantes e convidados do prefeito de Marechal Thaumaturgo que fica rio abaixo, na foz do rio

Amônia, no extremo norte da Reserva e já fora de seus limites, sendo capital do município. Os encargos do prefeito também incluem a organização de festas e comícios de deputados, vereadores e outros políticos locais. Além disso, o prefeito deve providenciar reparo de motor, de luz e gerador e zelar pelas benfeitorias com ajuda de um empregado.

A prefeitura fornece o óleo diesel e peças de reposição para o motor de luz da vila, mas, o subprefeito deve ir até a sede do município buscar. Em 1997, os moradores da vila receberam da prefeitura municipal uma baleeira para transporte de produtos agrícolas e passageiros. A votação expressiva do candidato do PMDB na vila garantiu o benefício. Assim, é o papel do subprefeito angariar votos.

Além de subprefeitura, a vila é também sede da subdelegacia municipal, cujo delegado responsável em 1995 era Renato Mota, que vive atualmente no município de Thaumaturgo. Zé Ida, recentemente, assumira o posto de delegado temporariamente, no lugar de Renato. A área de atuação da subdelegacia tem como limites a fazenda de Pedro Paraguá, próxima a boca do igarapé São João, e vai até a fronteira com o Peru. O trabalho consiste em apurar qualquer crime que ocorra nessa área.

Fronteira Internacional

A fronteira Brasil - Peru, a outra margem do rio, é uma área de total liberdade para entrada e saída de brasileiros e peruanos, mesmo sem visto de entrada e/ou

passaporte. A polícia federal brasileira não possui nenhum posto na fronteira. É comum que moradores do Breu circulem pelo posto militar do Tipisca, que fica a duas horas de motor da vila e também que viajem para Pucalpa e Lima.

Até 1995, a vila não possuía agente de saúde da ASAREAJ. Quem atendia era Renato Mota, misto de delegado, médico leigo, sertanista, patrão e naturalista e Rosenildo Matias da Silva, "Papéu", rezador. A base do Tipixca, em território peruano, sempre foi referência para casos mais graves da Foz do Breu e também para obtenção de remédios. Desde 1996, Papéu é o agente de saúde oficial da vila, reconhecido por seu trabalho como rezador e curador.

O acesso a remédios e outras coisas da cidade, trazidos pelos militares do Tipisca ou do posto da fronteira, são retribuídos pelos moradores da vila. Recebem os peruanos de passagem, fornecem farinha, macaxeira, banana, vizinham carne de caça, fazem festas e os convidam, todos bebem kaissuma, fermentado de macaxeira e dançam à peruana (sozinhos) ou juntos como é costume do seringal. Trocas, amizades, namoros e negócios possibilitam o acesso de moradores do Breu às mochilas, canivetes, botas, fardas, bonés, cinturões e cantis da Polícia Nacional peruana.

Os moradores da vila e até de colocações abaixo entram no Peru para caçarem com cachorro, prática abolida da Reserva pelo plano de utilização formulado e

votado em assembléia de moradores. Entram para o igarapé Bel, afluente do Juruá, abaixo do Tipisca, onde moram índios Jaminawá.

Em troca do privilégio de matar várias antas num só dia, os caçadores brasileiros deixam uma parte da carne com os vizinhos do posto de fronteira peruano. Ouvi dizer, que costumam enganar os peruanos matando uma caça como a capivara, salgando-a e vizinhando-a como carne de anta salgada, de qualidade superior. Esse tipo de atitude tem causado certo desconforto entre os moradores. A caça é farta para quem tem cachorro ou para quem vizinha com este. A floresta inabitada do lado peruano é um refúgio de caça, áreas aonde os animais vão descansar e procriar.

*3.3. Paisagens e categorias difusas; sensores à flor da pele*⁴³

Descreveremos alguns ecossistemas identificados pelos moradores para criarmos uma floresta experienciada. Os ecossistemas serão aqui chamados de paisagens, ou seja, um espaço de terreno que se abrange num lance de vista⁴⁴. A categoria ampla "paisagem" permite que não nos apressemos em criar um esquema

⁴³Da minha aldeia vejo quando da terra se pode ver no [Universo... / Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra [qualquer / Porque eu sou do tamanho do que vejo / E não do tamanho da minha altura... Nas cidades a vida é mais pequena / Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro / Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave, / Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para [longe de todo o céu, / Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos [olhos nos podem dar, / E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver. (Pessoa, 1993: 23),

⁴⁴Cf. ver descrição do termo paisagem no Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (1997).

classificatório "seringueiro", ou melhor, nos esquivamos de fazê-lo em miseráveis linhas. Tratado aqui superficialmente, o tema poderia resultar em uma dissertação inteira e os nomes dados às paisagens já constituem um estudo à parte.

Exemplos de paisagens citadas geralmente pelos moradores: mata bruta ou virgem de terra firme ou de várzea, mata cerrada, tabocal, capoeira fina, capoeira grossa, várzea ou baixo de pau fino e de pau grosso, praia, restinga, babocal, cipoal, palheiral (açail, jarinal, murmuruzal, jacizal, paxiúbal), mata de piaçava, mata de cumarú, sororocal, mata de baixio, baixo de buriti, baixo de apuí, campo, campestre, campina.

A essa altura, poderíamos ser tentados a conferir uma estrutura a essa lista. Por exemplo, a maioria das paisagens da lista se referem a mata acrescido de um qualificativo. Os qualificativos referem-se ou a tipos de vegetação (bruta ou virgem, cerrada ou restinga, fina ou grossa, capoeira, campo) e de árvore (açai, jarina, murmurú, jaci, paxiúba) ou a relevo, solo e drenagem (terra firme, várzea, campina, baixo). Nessa direção tenderíamos a enxergar um conhecimento muito próximo ao conhecimento de geomorfólogos e botânicos, já que a análise estrutural tende a organizar as categorias de modo a por em relevo essas analogias.

Para efeito de compreensão da diferença entre como os moradores falam das paisagens e a classificação científica, esclareço que um morador, ao ser inquirido sobre os tipos de mata que conhece, não os explica por critérios homogêneos: aqui a vegetação, noutro contexto o relevo, noutro o tipo de solo. Nas narrativas seguintes

notamos que explicar uma qualidade de mata significa dar conta segundo o contexto de diferentes tipos de barro, formações morfológicas, cursos d'águas, hábitos de animais, vegetação.

Para clarear o assunto conto com três colaboradores experts no assunto: José Rubens Pinheiro, 60 anos, seringueiro e mateiro aposentado atualmente morando em Cruzeiro do Sul; José Ida Ferreira Batista, 38 anos, agricultor e sub prefeito da vila Foz do Breu e Antônio Barbosa de Mello, “Roxo”, 25 anos, agricultor e monitor sócio ambiental da colocação Pilão, rio Juruá. Vamos ler um trecho de entrevista com José Ida Ferreira Batista em 26 de janeiro de 1996, realizada por mim, onde procuro esclarecimentos acerca das paisagens que envolvem a Foz do Breu.

Andréa: Zé, quais as qualidades da mata aqui da Foz do Breu ?

Zé Ida: Do lado [direito] de quem desce o rio Juruá é capoeira mais mata virgem cerrada mais taboca mais restinga. Aqui atrás [indica os fundos da casa] tem muita capoeira, algumas com mais de vinte anos. Saíndo da capoeira já tá na mata bruta, na mata cerrada. Da capoeira para a terra firme, é quinze minutos. Passa da taboca já é a restinga ... [Restinga é] Adonde a taboca já morreu. Porque a restinga já é uma mata limpa, né. Chega na mata que tem taboca, passa da taboca e aí é só restinga. Com uma hora de pés de mata adentro dá na restinga. É o rumo do nascente.

Vamos prestar atenção no relato de Zé Ida. Inúmeras informações se inter cruzam para a explicação que lhe peço. As paisagens são categorias relacionais, e são difusas e não oposicionais: as categorias, além disto, aparecem combinadas em sistemas ou todos. Há também dois outros aspectos: primeiro, os tipos são dispostos ao longo do rio ("...quem desce o rio Juruá") ou ao longo de um caminho imaginado da margem do rio para o interior ("da capoeira para a terra firme", "aqui atrás", "o rumo do nascente"); em segundo lugar as noções são associadas ao tempo de anos ("com mais de vinte anos") e de caminhar ("é quinze minutos" [de caminhada], "com uma hora de pés"). Essa disposição em espaços do rio (Juruá rio abaixo, "rumo do nascente") coincide mais ou menos com uma área de uso da Foz do Breu, mas o interessante é o modo como essa área é indicada de modo espacial mais centrada em ações e processo de modo "difuso". Seguem trechos que explicam restinga, mata bruta e tabocal, algumas das paisagens anteriormente observadas por Zé Ida. Na voz de Antônio Barbosa de Mello, restinga e mata virgem ou mata bruta:

Restinga é uma mata aberta onde não tem taboca. A mata do Tejo [mata vizinha a sua colocação] é uma mata dessas. A mata do Tejo é uma mata muito bonita de se andar, muito, muito bonita. Tem muita terra firme, ninguém vê baboca nela. É uma mata limpa; não tem baixo sabe, a gente anda despreocupado, subindo as terras. Quando o cara não quer subir as terras, a gente anda por cima das terras, pela quebrada das terras, pelas beiras dos igarapés e os paus que tem é tudo árvore

alta e tem também palha e sororoca e tem canto que tem taboca e tem canto que não tem, é limpa

Em vez de uma taxonomia estática na forma de uma lista de "tipos" de mata, o morador descreve uma estrutura e ao mesmo tempo os processos que dão forma a ela. Há outros aspectos da descrição que ganham relevo na fala de Roxo.

Primeiro, Antônio Barbosa de Melo, o "Roxo", associa imediatamente um tipo ("restinga") a uma "mata" concreta que o exemplifica. Além disso, há um juízo de excelência e de beleza ("é uma mata muito bonita de se andar, muito, muito bonita"). O uso humano é constantemente indicado ("a gente anda despreocupado"). Ora, no caso trata-se do relevo (um traço morfológico) que torna a mata "bonita de se andar". Por quê ? Porque é "terra firme" (sem áreas inundadas), porque tem colinas ("terras"), mas, quando não se quer subir e descer essas colinas, pode-se caminhar acompanhando o cume delas, isto é, seguindo divisores de água ("a gente anda por cima das terras, pela quebrada das terras"); e porque é uma mata limpa.

Os hábitos alimentares e de moradia dos animais são lembrados caracterizando e facilitando a compreensão de quem escuta e aprende. Possíveis limites fluídos para categorias difusas são citados e ganham especificidade quando entramos na discussão detalhada de cada paisagem. A mata é uma estrutura difusa em processo (uma categoria se funde na outra), e assim, se tem uma linguagem para descrever os tipos de mata mais próxima das categorias "geomorfológicas" da

ciência. Por outro lado, os tipos de mata são discriminados segundo uma apreciação estética: certas matas são "muito, muito bonitas" para as pessoas (é bonita para as pessoas andarem). Fala Antônio Barbosa:

Nessa mata anda todo tipo de bicho também, anda porco, anda veado, anda cotia, anda tatu, anda tucano, macaco, anda muita guariba [tipo de macaco]. E anda todo o tipo de macaco e quatipuru [esquilo] anda muito, nessa mata aqui anda mais embiara, nambu, quatipuru, macaco, coisa assim.

Também anda muita caça, mas, não anda caça assim como anda na mata cerrada, que tem igapó, baboca, porque na mata limpa é mais fácil da gente ver uma caça, eles [os animais] não pretendem andar na mata limpa como nós chamamos aqui. Já na mata cerrada é uma mata que além de ser pequena, tem canto para eles se esconderem, a gente passa por cima e não vê e quando a gente espanta não foi por falta de ver, porque quando chega esse meio de mato, o bicho corre, vai embora.

A mata do Mato Grosso [também vizinha à sua colocação] é um pouco cerrada também, agora é mais difícil de embiara e tem muito cipó e muita taboca, muita moita, tem mais pouca árvore alta é uma mata que as pessoas andam mais abaixadas, abaixadas no meio da taboca e dos cipós. É uma mata que é muito, mas, muito ruim de andar caçando, a pessoa

Agora, as matas são distinguidas como locais para os animais andarem: como local de caça. Na passagem, o essencial é que "nessa mata aqui anda mais embiara", "mas não anda caça assim como anda na mata cerrada". Lembremos que é uma "mata limpa", e não uma mata cerrada. Isso é muito significativo pelo seguinte. Quando Roxo diz que a mata é "muito bonita", ele faz um juízo apreciativo sobre a beleza de uma mata que logo adiante diz que não é ideal para caça (e sim para embiara). Em outras palavras, a visão de Roxo não é simplesmente um reflexo do fato de uma ser boa para caça: ela aponta para o prazer de andar na mata caçando (embora nem haja muita caça nela). Já a mata "ruim" é "muito ruim de andar caçando, a pessoa".

Atentem para a explicação a seguir, a morte de um tabocal narrada por José Rubens Pinheiro, em entrevista concedida ao geólogo Henrique Roig e a mim, em agosto de 1994:

Quando a restinga mistura com taboca e cipoal, a gente diz trameado. Quando a taboca adquire dez anos começa a crescer e invadir. Após florar, morre e cai e das sementes cobre a terra de taboquinhas. Normalmente à partir das sementes nasce um monte de taboquinhas de até um metro, meio metro. Quando os cipós nascem queimam a taboquinha e fica só uma ou outra, com mais de quinze metros de distância.

Mesmo quando o tabocal falhado flora, a taboquinha nasce e morre porque não tem luz suficiente, mas, permanece uma ou outra. Após uns dez anos a taboquinha dá brolha, dá um fio que nem arroz. Com cinco anos, já tem cinco a dez pés ao redor e com dez anos já tem um rebolado aqui outro acolá, o que representa o tabocal falhado. A partir de quinze anos, o tabocal começa a juntar formando o tabocal verdadeiro. Tabocal é um lugar frio... Após o balseiro, quando morre chama balseiro ou bamburral, nasce cipó, ingazeira, pente de macaco, jurubeba e melica".

Durante o mês de outubro de 1994, período em que acompanhei o geólogo Henrique Roig em um de seus campos na REAJ, surpreendíamo-nos com as entrevistas e desenhos concedidos por José Rubens Pinheiro, à época, morador da colocação Foz do Caipora, rio Juruá. Nessa descrição de um tabocal José Rubens, as categorias aparecem aqui no modo difuso ("restinga mistura com taboca e cipoal, a gente diz trameado"), e como peças de um processo de longo prazo ("quinze anos"): o tabocal tem um ciclo longo, e esse ciclo é marcado por detalhes.

Cabe notar que essa descrição, que evidencia uma enorme e atenta observação sobre uma vegetação aparentemente sem uso imediato: os moradores não se utilizam da taboca nem para venda nem para uso direto, e sua presença torna a caminhada difícil. A descrição do tabocal poderia estar em uma publicação científica. Mas ela também evoca um estilo de ciência recente, talvez "pós-moderno", como aqueles associados à visão da terra como Gaia, um organismo vivo e integrado. A morte de

um tabocal, que ocorrem a intervalos de trinta anos segundo os moradores, por exemplo, serve também para demarcar a passagem do tempo. Sobre os riscos em enquadrar as categorias "seringueiras" em um sistema classificatório hierarquizado, típico do sistema cartesiano formal, escreveu Henrique Roig, em versão ainda não publicada:

“....Não foi percebido, na maioria dos entrevistados a preocupação em ordenar as categorias de forma hierárquica, mas sim, em demonstrar a relação existente entre elas, seja espacial ou temporal e relatar, na medida do possível, a dinâmica do ambiente. O que observamos é que a forma de ordenação das categorias de paisagem, não são fechadas e bem definidas em muitos casos. Apresenta inúmeras variações, incertezas e superposições (ambiguidades ?), semelhantes à lógicas mais sofisticadas, como por exemplo, a lógica fuzzy (deve-se constatar melhor esse fato). Isto pode ser exemplificado pelo termo "terra firme", que pode tanto representar todas as áreas não inundáveis, representando uma macro-categoria, como um único morro...(Roig: 1996, p.1, mimeo.)”⁴⁵

⁴⁵ Essa é uma versão mimeografada de Roig, Henrique “As Paisagens da Reserva Extrativista do Alto Juruá”, in *Enciclopédia da Floresta* (no prelo). São Paulo, Cia das Letras, 1998.



3.4. Avaliando os recortes espaciais

Limites espaciais podem ser entendidos como formas de olhar, construir, nomear e ordenar o espaço. Inúmeros limites dão forma e orientam a ocupação do espaço na vila Foz do Breu: limites dados por fatores político – administrativos, fatores ecológicos e fatores sociais. Os limites “oficiais” ou político - administrativos, intencionam organizar e gerir formalmente o espaço: vila, município, reserva extrativista, subprefeitura, subdelegacia, fronteira internacional. Pacotes de limites oficiais ou “de fora” são permeados pelos pacotes de limites locais, orientados por fatores ecológicos e/ou sociais.

Os limites ecológicos; tipos ou qualidades de paisagem, compreendem sistemas locais de cognição, propriedade e usufruto do ambiente. A mata aparece como uma estrutura difusa em processo (uma categoria ou qualidade de mata se funde na outra) e, por outro lado, os tipos de mata são discriminados localmente segundo aspectos de seu uso humano: o colaborador ao descrever um tipo de mata, transcende o utilitarismo refletindo sobre a beleza de uma mata que não é ideal para caçadas. Existem também os limites sociais constituídos por redes de parentesco, afinidade, tempo de ocupação, herança e propriedade que serão tratados no capítulo terceiro.

Os pontos de referência “oficiais” como centro, margem, interior, exterior, alto, baixo muitas vezes não corroboram com a lógica local. Propositamente tais

limites foram descritos de maneira difusa ou vaga. Acredito que tais limites são mesmo fluídos, sendo gerenciados e articulados cotidianamente pelos moradores e outros agentes da ocupação. Os limites podem (ou não) serem acionados ao sabor da conjuntura e estratégias locais e globais, individuais e coletivas.

Um parecer antropológico, uma etnografia sobre agricultores da floresta, podem ser o fundamento de orientações para políticas públicas nacionais e internacionais que atingem diretamente a vida das populações pesquisadas. Os pareceres, na maioria das vezes, têm atributo de verdade científica; verdade que deve ser continuamente reconsiderada. Comparar costumes etnocentricamente descritos como mais ou menos atrasados são práticas comuns entre teóricos do evolucionismo, técnicos, políticos e planejadores públicos. O ofício etnográfico, em especial, deve conciliar inúmeras visões e versões de mundo, por vezes conflitantes.

Em nome de supostas populações atrasadas, varias entidades e pesquisadores promovem um discurso integracionista das economias "marginais" às metáforas lineares-etnocêntricas, exemplo disso é o conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável, não foge à regra, é muitas vezes um modelo etnocêntrico.

O papel do antropólogo e do trabalho de campo, nesse caso, é elaborar visões alternativas resultantes de um diálogo etnográfico, alternativas ao discurso do poder instituído. Desse tipo de encontro entre alteridades nasce uma questão: não basta que os etnógrafos e antropólogos, pondo-se a pensar, infiram do empírico, do visível, do

dito e do não dito, que as sociedades "simples" possuem uma realidade funcional, com regras, jogos, políticas, mitos e tudo o mais. Pois, nesse caso estamos a circunscrevê-los, transformando sua realidade em algo que nominamos totalidade, construída por nós mesmos. O único meio de evitar julgamentos precoces foi relativizar minha versão inicial do modo de vida dos seringueiros através de inúmeros períodos no campo, estadas em locais diferentes na Reserva e o revisitar contínuo de indagações e avaliações.

Estamos em um momento em que os próprios "primitivos" emergem com seus projetos, planos, governos. E precisamos relativizar nossas "construções", questionando nossas certezas mais profundas. Passemos, pois, para outro ponto de atenção cujo mérito é ampliar e sacudir os limites e formas espaciais, impostos ou não, à Foz do Breu e ao Depósito. Falo das estruturas sociais e das redes de ligações e laços humanos que, como veremos, constroem os limites e fronteiras. Um retrato das pessoas organizando e distribuindo as atividades cotidianas da região, direitos e obrigações domésticos e extra domésticos. Antecipamos que, na floresta, uma família grande, com muitos filhos é uma espécie de garantia de boa vida futura para os pais e sinônimo de fartura, desde que todos trabalhem intensa e combinadamente. Ter filhos de diferentes idades e sexos permite que os chefes de casa diminuam suas inúmeras funções ou sejam auxiliados nelas.



Capítulo IV. Formas de olhar pessoas

4.1. Categorias de gênero e idade

Trabalho todo o dia, mesmo o dia santo. A mulher trabalha mais que o homem. A mulher tem que fazer todo o serviço da casa todo o dia, se parar um dia vira bagunça. O homem só vai no roçado se quiser. O trabalho de mulher é todo o trabalho da casa, mais o trabalho do roçado e o marisco. O trabalho do homem é caçar, mariscar e trabalhar em roçado e às vezes ajuda a mulher; têm obrigação de ajudar um ao outro...Evilane de Albuquerque, 14 anos, 1994.

Falaremos sobre os domínios do masculino e do feminino ao discutir as categorias locais demarcadoras dos estádios da existência pessoal. O tema das relações de gênero merece um tratamento mais amplo, o que não será possível nesse texto. Entretanto e, na medida do possível, as relações de gênero são um portal de passagem para o capítulo a seguir que trata de casamentos e das redes de relações familiares que criam limites e agem como fronteiras autônomas.

Como afirmei na introdução, nesse terceiro capítulo observaremos estruturas e morfologias locais para posteriormente discutirmos as ações humanas e os processos que imprimem movimento às estruturas. Para demarcar direitos, deveres e status dentro do universo local, aparecem categorias relacionais que atribuem sentido às diferenças existentes entre os domínios masculinos e femininos.

As categorias de pessoa feminina: menina, moça, mulher (solteira e casada), mulher velha, orientam a "vocação" feminina para atividades relacionadas às casas, terreiros, plantio de roçados e hortas, cuidados com os filhos. As mulheres detêm a memória das comunidades, sabem detalhes da vida e ascendência de seus vizinhos e parentes, o que as torna verdadeiros bancos vivos de dados servindo na resolução de conflitos. As mulheres detêm as informações sobre a produção agrícola das casas, datas de nascimento e idades, histórias de vida e trajetórias e longas explicações sobre as maravilhas da experiência humana.

Os domínios espaciais da mulher são a casa e, principalmente a cozinha, o terreiro em torno das casas, onde elas criam animais domésticos e plantam hortas suspensas, plantas *de remédio* e *de boniteza*; os igarapés e cacimbas, onde mariscam, conversam e banham os pequenos. As cacimbas são praticamente um domínio exclusivamente feminino enquanto o banho nos rios é preferência entre os homens.

Na cacimba, um poço sobre uma nascente ou olho d' água, se reúnem mulheres, moças e meninas para banhar, lavar roupas e utensílios domésticos e conversar. Um lugar privilegiado para percepção de alianças e conflitos entre as mulheres e entre grupos domésticos⁴⁶. As mulheres são responsáveis pelas inúmeras técnicas de carnear, destripar, desossar e aproveitar cada parte do alimento resultante

⁴⁶Na colocação Depósito, por exemplo, havia uma cacimba para as seis casas da colocação e esta ficava exatamente na metade do caminho entre as casas das duas matriarcas, Mazília e Lucíola. A cacimba servia como demarcador de espaço, e ali as atividades eram individualizadas; nunca vi uma mulher convidar outra para lavarem roupa juntas. Na Foz do Breu, havia quase uma cacimba por casa e, no entanto, formavam-se grandes reuniões de mulheres; mulheres falando de sexualidade, afetividade, botando em dia o noticiário da "rádio cipó", o sistema de telecomunicações locais boca a boca.

das caçadas masculinas. Ainda devem repartir com ciência e parcimônia as carnes entre as casas, nas *vizinhanças* de carne. Durante as refeições calculam em minúcias o quanto cada um pode e deve comer, para que não falte comida e esta seja distribuída equitativamente. São as economistas das casas e grupos domésticos.

Dentro da floresta, a mata é domínio quase absoluto dos homens, entretanto as mulheres podem ter seus próprios roçados e podem caçar pequenos animais de roçado, pacas e cotias, manejando bem um terçado ou facão. Entretanto, as atribuições femininas e masculinas não estão dadas nem são exclusividades dadas pelo gênero; algumas situações como a viuvez, obriga o cônjuge a executar funções do outro sexo. A morte do pai para um menino primogênito, pode significar a perda do status e dever "de menino" para obtenção do status de chefe da casa, ou seja, o menino vira homem antes do tempo. Isso pode acontecer também com as meninas, no caso de primogenitura e perda da mãe; esses pequenos trabalhadores do pesado são chamados de *pequenos grandes* ou *meninos velhos*.

Os meninos e meninas da floresta são educados desde pequenos a executar tarefas próprias de seu sexo e tornam-se ajudantes dos pais por volta dos sete anos, em tarefas como carregar água, juntar lenha, dar de comer a criação, descascar macaxeira nas farinhadas. Muitas das brincadeiras infantis "de menino" tratam de imitar atividades dos adultos como cortar seringa, abrir roçado, caçar e montar armadilhas para pequenos animais, *mariscar* ou pescar e flechar *bichos de pena* na mata.

As meninas brincam de mulher construindo casinhas e fazendo comida de verdade em pequenas panelas feitas de lata. Cuidam de seus irmãos pequenos e os transformam em filhos, montando casinhas no terreiro com fogão e roupas para lavar. As meninas aprendem a acompanhar suas mães nas atividades cotidianas como lavar roupa e passar pano na casa.

Provavelmente os filhos primogênitos irão trabalhar mais e mais cedo do que os filhos caçulas. Dificilmente se vê um homem executando trabalhos femininos (a não ser em casos de viúvez masculina); é mais fácil ver uma mulher "pegando no pesado". O chamado trabalho pesado da floresta são aqueles que exigem perícia com instrumentos de corte e intenso esforço físico, como brocar ou abrir roçados, derrubar paus grandes com machado, atear fogo e encoivarar (retirar tocos e raízes da terra queimada) roçados, construir embarcações, casas e instalações.

Os trabalhos pesados são tidos como trabalhos masculinos, assim como, as caçadas e as técnicas de espera, tocaia e armadilhas para animais, os mariscos de tarrafa e embicheiro (marisco de mergulho profundo) e a colheita de cocos para vinhos, que exigem grande esforço para subir nas *palheiras* ou palmeiras, de até vinte metros como o açai. Algumas mulheres viúvas, *deixadas* e solteiras ou temporariamente sem marido, chegam a executar algumas dessas tarefas como brocar roçados e caçar. As derrubadas com machado, as construções em geral e a feitura de canoas e a técnica de marisco de embicheiro são exclusividades

masculinas. As categorias de pessoa masculina que iremos tratar são o menino, o menino velho, o rapaz, o homem feito, o homem solteiro e o velho.

Velhice

O trabalho da mulher é trabalhando mesmo. Negócio de roçado, tabaco e feijão é mais as mulheres, o difícil é o sol. Tem mulher que planta e limpa, mas, eu faço é brocar roçado. Uma pessoa só não dá para ajuntar tudo aquilo [refere-se a seu companheiro]. Eu já estou com cinquenta e quatro anos, não aguento mais nada. Estou cheia de reumatismo, dói a espinha e eu tirava e carregava lenha, carregava paneiro de farinha. A idade já chegou, a pessoa com 54 anos não é mais novo, já sou avó e tenho mais de dezesseis netos. Minha maior tristeza é que todos meus filhos foram embora, as meninas todas fugiram. Só ficou a caçula...

Aldenir Pinheiro, 58 anos.

Podemos dizer antecipadamente que a idade cronológica é o que menos importa para a demarcação local da velhice, por exemplo. A perda da capacidade de trabalho, ou mesmo, os cabelos brancos e a cara *enrrilhada* ou enrugada são tidos como sinais de velhice, assim como, o início de uma terceira geração, o nascimento de netos. A demarcação da velhice e idade está diretamente ligada à questão

produtiva para o homem, e a questão reprodutiva, para as mulheres. Para dona Aldenir Pinheiro, 54 anos, moradora da Foz do Caipora, existem pessoas que mesmo novos na idade, parecem velhos na aparência; são pessoas com o *calibre ruim*:

Às vezes a pessoa é novo na idade, a idade é pouca, mas, com quarenta anos já tá com cabelo branco e a cara pregueada; trabalhou muito no sol. O pessoal tem costume de dizer: fulano tem calibre ruim, já tá com cabelo branco. Agora tem gente que é velho, mas, está com a feição boa, não está velho, não tem o cabelo branco, tem o calibre bom... Chamam a mulher de velha fulana porque ela já está velha, já tem neto, já tem filho casado, aí o pessoal chama assim. Tendo trinta anos e já tendo neto já chamam velho, para cá é assim. Para cá, de trinta anos para frente já é velho.

Sua filha Erisone, de 14 anos, comenta:

*Com trinta anos já se é velha para casar, até com vinte anos o pessoal já diz:
- Ih ! aquela bicha velha não casa mais...*

A velha é a mulher que tem netos, independente de sua idade cronológica. As atividades de uma velha são as mesmas atividades de uma mulher com o diferencial decorrente do grande acúmulo de conhecimentos que as velhas possuem; são exímias parteiras, benzedadeiras e conhecem os remédios da mata. A pessoa que teve seu

umbigo cortado por uma parteira é *afilhado de umbigo* desta, devendo para sua *mãe velha* ou *madrinha de umbigo* favores e saudações associadas aos padrinhos, madrinhas e parentes mais velhos, como “pedir a bênção”. Fala Evilane, 14 anos:

Mãe velha são as parteiras, as mais velhas são as que mais sabem dessas coisas. Mulher nova não sabe nada. Meu parto quem assistiu com minha mãe foi minha vó, minha mãe velha. Para a mãe velha tenho que pedir a bênção. Mãe velha tem que ter o mesmo respeito do que por uma avó. Se perder mãe e avó, a mãe velha tem obrigação de criar.

A passagem de homem adulto para velho não é tão clara quanto a da mulher para a velha. Não se dá, por exemplo, com o aparecimento dos netos. Ao inquirir homens que eu julgara “velhos” notei que ser velho para um homem do seringal significava deter marcas físicas da velhice como cabelos brancos e perda do *calibre*. O termo está relacionado com a perda da capacidade produtiva e da virilidade. A perda da capacidade de trabalho para um homem na floresta significa que ele precisará de ajuda para caçar, pescar e logo não poderá cortar seringa ou abrir um roçado sózinho, ou seja, dependerá em alguma medida de um filho, parente ou vizinhos. Seu Valdomiro Ferreira de Souza, 87 anos, conta sua experiência como trabalhador do seringal e sua esposa Maria Garcia de Medeiros, 77 anos, comenta-a:

Eu já sofri muito, nesses centros é muito difícil. Já tirei borracha e uma vez quase morro debaixo de chuva, peguei uma resfriadagem medonha, quase morro. Só

cortava de noite, estrada grande, saía de noite para chegar mais cedo. Trabalhei durante sessenta e seis anos em todo o seringal aqui para cima. Do [rio] Envira para cá cortei em todo o canto. Comecei a cortar com doze anos, aprendi com o meu padrasto; já trabalhava no trabalho pesado mesmo e ainda ajudava no roçado. O trabalho no roçado é o mais pesado, trabalhei até o 75 anos...

Dona Liosa:

Até aqueles dias tirou lenha de um mulateiro...[mulateiro é uma madeira boa de fogo e extremamente dura]

Seu Valdomiro:

Se não fosse esse cansaço [asma] eu ainda fazia muita coisa na agricultura. Na seringa não, puxa muito. Subindo terra, descendo terra, na carreira...

Velhos; campeões em serviços prestados

Os velhos acumulam muita experiência de vida em sessenta ou setenta anos de vida na mata. Conhecem remédios, ciências, rezas, tratamentos para quase todos os males. As velhas são parteiras e velhos e velhas são rezadores e curadores. Para os moradores quanto mais velha a pessoa maior sua credibilidade adquirida da experiência acumulada. Disso decorre que os velhos prestam muitos serviços em

seus locais de morada, como, cuidar das crianças quando os pais precisam viajar para a cidade, repartir carne de caça e farinha, adotar orfãos e pessoas sem paradeiro.

Os velhos, comumente veteranos na ocupação, agregam em em torno de si parentes, sejam eles consanguíneos, afins ou simbólicos garantindo redes sólidas de partilha, afeto e boa vizinhança. O conhecimento e experiência acumulados convertem os veteranos e veteranas, chefes de grandes redes de famílias, cidadãos respeitados e procurados para conselhos nas decisão de conflitos ou questões (além dos casos de doença ou parto). Os veteranos, moradores responsáveis pela abertura de uma colocação, têm legitimidade para decidir se um novo morador pode ou não iniciar a abertura de um terreiro ou se um vizinho pode brocar um roçado em sua colocação.

Os velhos fazem poupança de relações de afeto e reciprocidade para garantir boas condições de vida futura para si e os seus: casamentos entre primos e parentes de sangue, manutenção das famílias dos filhos na mesma colocação, criação ou adoção de netos, sobrinhos, adoção de pessoas de fora da família, repartição de bens de consumo e produção, práticas de cooperação nas atividades. As filhas "mulher solteira" com filhos são comumente acolhidas pelos pais e/ou parentes mais velhos e, se o pai fora contra, as mães estando viúvas trazem as filhas para casa.

Alguns velhos se encarregam de criar netos adotando-os como filhos, os *netos de criação*, que servem como companhia e ajudam em todas as tarefas domésticas e

extra domésticas, poupança de afeto e relações de reciprocidade futuras. Isso acontece na Foz do Breu e no Depósito (veremos tais casos em detalhe no cap. 4) e em várias outras colocações. É o caso da colocação Belford, no Juruá, onde Regina e José Luis Pinto Pereira estão envolvidos por nove casas de filhos e mais ou menos trinta e cinco netos, sendo pais adotivos de cinco netos.

Na colocação Pedra Alta, rio Juruá, velha Eliza e seu Raimundo contabilizam dez filhos e respectivas famílias repartindo a colocação e têm três netos em casa. Tal fato repete-se em um sem número de colocações com mais ou menos casas como Pilão, Sacada, estirão da Foz do Tejo, Cantagalo, Volta Grande, Helena e Santo Antônio, Pedra Pintada no Juruá, Prainha no Tejo, Caponga do igarapé Manteiga, Depósito do igarapé São João, Saboeiro do rio Amonêa, Seringueirinha do rio Bagé. Pelo menos um dos filhos costuma viver com os pais idosos não existindo asilos na floresta. A responsabilidade de prover os pais na velhice não é tratada como um fardo pelos filhos, antes como uma obrigação moral e ética. É comum se ouvirem relatos sobre essa espécie de dívida emocional dos filhos para com os pais:

Não vou embora porque ele me criou...Evanildo Tavares, 23 anos.

Eu trabalhei tanto para cuidar de vocês sofri tanto para dar a luz, agora vocês tem que trabalhar para mim....Íris de Fátima, 35 anos.

Muitos filhos largam os pais já velhos e vão se embora. Eu só não parto porque sou o filho homem mais velho e não acho direito largar os velhos que já não aguentam mais nada. Quando eu era pequeno, tinha uns dez anos, carreguei meu irmão doente até perto do igarapé Manteiga mais a minha mãe. Dois dias e meio de marcha de homem para levar para o rezador. Minha mãe carregava até cansar e depois a gente trocava o menino de costas. Agora ele foi embora, largou os pais já velhos e nem se lembra disso... José Maximiniano, 36 anos.

Margarida Linhares da colocação Depósito falou-me uma coisa interessante. Quando se procura identificar uma pessoa dentro dos seringais, usa-se a filiação e/ou a ascendência familiar da pessoa para localizá-la. O parentesco funciona como um localizador, assim como os nomes e sobrenomes de pais ou veteranos importantes e conhecidos: Raimundo da Zila, José da Lucíola, Potoro da Nazaré.

O nome dos pais facilita a identificação em meio a tantos nomes e sobrenomes idênticos. Os nomes de familiares são adensados aos apelidos, dando imediatamente informações sobre a localização espacial das pessoas, sua memória familiar, informações sobre o caráter dessa família “os fulanos são todos meio acabocladados”, os ciclanos são ladrões, os beltranos “valentes e casam com primos primeiros”. Histórias e casos importantes envolvendo pessoas da família, informações sobre atividades econômicas e opções e estratégias familiares. Todas

essas informações podem ser obtidas com o acréscimo do nome dos pais ao nome da pessoa .

Com o problema da falta e dos altos preços das mercadorias (safra de todos na mesma época, tipos invíaveis de produtos) a mercadoria comprada com o dinheiro das aposentadorias (FUNRURAL), um salário mínimo para agricultores e dois para soldados da borracha é no mínimo interessante. A maioria dos velhos e velhas aposentados repartem com os filhos e, muitas vezes, com vizinhos, a mercadoria e os bens de consumo que conseguem comprar com o salário recebido.

Isso acontecia na família de dona Zila, uma das velhas do Depósito que há cada dois meses repartia entre sua casa e a de seus dois filhos, o sabão, o óleo de soja, o sal, o querosene, o açúcar e o café, os dois últimos considerados luxo. Os aposentados garantem a compra de bens de consumo importados de várias casas e, em alguns casos, fazem comércio com a mercadoria ou *marretagem*. Na Foz do Breu, os irmãos veteranos e aposentados Ernestina, Roseno e Raimundo Rodrigues têm um capital de giro mínimo que mantém a circulação e o abastecimento de mercadorias no local, mesmo em épocas de difícil navegação, durante as secas de verão.

A forma como as mercadorias são guardadas ou distribuídas denotam o valor atribuído às mesmas. Caixas são escondidas, malas trancadas a cadeado. Todos os gêneros alimentícios e barras de sabão, por exemplo são estudadamente distribuídos

pelos velhos que repartem a estiva com os filhos, genros e noras. Para isso levam em conta o gasto médio mensal das casas receptoras que varia de acordo com o número e a idade das pessoas que lá vivem. Se é uma casa com muitas crianças diminui-se o café e se aumenta o açúcar e o combustível para lamparinas. Sendo uma casa com muitos adultos homens irá receber mais café e munição e cartuchos do que as outras. Para a economia doméstica das famílias é fundamental ter um aposentado parente por perto ou mesmo amigo, pois, no caso de uma urgência ou carestia não faltará o básico

Dizem no Alto que "os velhos dormem pouco" e por isso costumam saber de tudo: "são o cipó da rádio cipó". Funcionam como legisladores de um direito baseado na memória e também como juizes de conflitos ou questões reunindo as partes conflitantes, pedindo as versões dos fatos, aconselhando as partes e promovendo a resolução da maioria dos casos.

No Depósito do São João, as velhas veteranas Mazília Alves e Lucíola Barbosa repartem a área considerada boa de roçado entre as casas da colocação, cujos chefes de família são seus filhos. Na falta de espaço para todos, as veteranas ajeitam roçados coletivos entre os moradores do Depósito e outros filhos e parentes que vivem igarapé acima ou abaixo. Na Foz do Breu, José Ida Ferreira, neto de um dos primeiros patrões da Foz do Breu, pode por exemplo, exigir de um novo ocupador um tanto de mata derrubada equivalente ao terreno tirado pelo novato. A família de José Ida abriu o campo em que se localiza a vila atual, o que lhe dá o

direito de reivindicar um retorno em terra de quem ocupar o espaço de campo criado por sua família

Um caso de Ernestina parteira, 76 anos, Foz do Breu, rio Juruá

No dia 21 de outubro de 1994, Maria Jacira Rodrigues estava prestes a dar à luz ao seu décimo terceiro filho de parto normal. Chegou na Foz do Breu às 20:30 hs vinda do baixo rio Breu onde vive na colocação Pedra Branca. Sofria e tinha contrações desde a noite anterior, no entanto, lavou roupa, limpou a casa, passou pano e arrumou todas as suas coisas para descer para a vila Foz do Breu onde reside Ernestina. Trouxe lençóis, panos, roupas para ela e o bebê, cueiros, combustol ou querosene para as lamparinas, tabaco, manteiga, frango, pimenta, etc...

Ao chegar na casa de Íris de Fátima, nora de Ernestina, local escolhido para o parto, esquentou uma jantinha que ofereceu a todos e a casa foi se enchendo de mulheres. Colocaram dois colchões na sala, onde deitaram quatro expectadoras e ajudantes gerais, eu era uma delas. As deitadas não paravam de comentar casos de partos difíceis, mortes de parturientes para “atenuar a tensão” e provavelmente espantar desgraças.⁴⁷

⁴⁷ A parturiente não queria dar trabalho a ninguém. Garantia bom atendimento trazendo comida, café e o material para o parto. O costume de falar de desgraças de parto, durante os partos, parece um desafio ao

As parteiras responsáveis por assistir a parturiente eram dona Ernestina, 74 anos, e dona Maria com 50 anos na época (1994). A parteira mais jovem, dona Maria, executava os pedidos de Dona Ernestina, veterana em partos que já não enxerga muito bem e se locomove com certa dificuldade. Dona Maria estende sobre uma cama de casal um lençol de napa que pareceu-me feito sob medida para a ocasião. Sobre a napa arruma uma colcha e dobra um monte de panos em forma de travesseiro.

A parturiente de camisola, meias e sem calça é encorajada a andar por dona Ernestina. Ninguém a proíbe de beber café e fumar. Dormi cerca de duas horas e acordo com a *buchuda* Maria Jacira em trabalho de parto ou *sofrendo* no quarto preparado ao lado da sala; não escuto um único gemido. Dona Ernestina me chama e pede para que eu faça um caldo com farinha de mandioca, água, manteiga e pimenta.

Eu ainda engrossava o caldo quando ouvi um barulho e o choro do bebê. Corri para olhar, o quarto estava bem escuro, Maria Jacira tinha um pano tampando o púbis e a vagina e o bebê já estava limpo. A placenta demorava a sair e todas estavam calmas, menos eu. Dona Ernestina pôs a mão na cabeça de Jacira e mandou ela repetir três vezes uma reza para desocupar ou sair a placenta:

- *Minha Santa Margarida, não estou prenha nem estou parida, Tiraí essa carne podre da minha barriga*

Velha Ernestina, depois de rezar, puxa delicadamente a placenta para fora através do cordão umbilical, com extrema calma. Só então passa a tesoura para dona Maria, sua parteira assistente, dando-lhe a honra de cortar o umbigo do rebento tornando-se sua mãe velha ou madrinha de umbigo. Dona Maria corta o cordão um palmo acima do futuro umbigo da criança e o amarra com três fios de barbante de um palmo dando um laço. Limparam o bebê e a mãe sem lavá-las, apenas um banho de gato com pano embebido em água morna, e vestiram o bebê. Dona Ernestina rezou novamente e abençoou-os. Seguiu-se um estouro de fogos e depois dois tiros de espingarda para o alto, dados por Íris, avisando a todos que era menino. Nos preparamos para dormir e, no decorrer da madrugada, Jacira me acordou porque o bebê não conseguia respirar direito; havia muco em suas narinas. Eu suguei o nariz do bebê, esfreguei-lhe as ventas e nada, Jacira me pede para acordar Ernestina. Chovia e eu atravessei o campo rumo à casa da velha que não gostou de ser acordada:

- Tanta gente com saúde e vêm acordar logo uma mulher velha e doente.

Levantou-se e fez um chá de erva doce com azeite doce ou de oliva para o nenê provocar ou vomitar "a baba do peito". Quando cheguei em casa, Jacira já havia solucionado o problema dando alho amassado para o recém nascido aspirar.

Como parteira, Ernestina pode cuidar de Jacira o tempo que for necessário e deve orientá-la sobre dietas e tabus mesmo depois do parto. A parteira cuida da mulher e do pequeno e sendo uma gestante de longe, a parteira é responsável por acolhê-la em sua casa, fazer seu caldo e seu pirão, tudo com pouco sal e muita manteiga. Se a parturiente é vizinha, a parteira a visita todos os dias. Dona Ernestina faz uma comparação entre o parto das mulheres Ashaninka e os partos seringueiros:

- As índias Kampa têm os filhos sós e às vezes assistidas. Costumam ter os filhos na mata, cobrem o chão com um pano e dão à luz acocadas. Enroloam o umbigo e aquecem as mãos no fogo para esquentar o umbigo e a barriga da criança. O marido e a mulher cumprem resguardo e só comem macaxeira assada. O marido não ajuda a mulher no parto. A criança bebe kaissuma [fermentado de macaxeira] desde que nasce em uma cuia só para ela, a mãe dá a kaissuma no dedo para o pequeno. Hoje as mulheres Kampa guardam resguardo do mesmo jeito que as brasileiras acreanas.

A Velha Lucíola Barbosa da Silva no igarapé São João

Minha avó materna chamava Maria Gomes Barbosa casada com Antônio Barbosa da Silva, eles eram nascidos aqui no Acre e moravam na Foz do Tejo. Minha avó por parte de pai foi Alzira Barbosa da Silva, meu avô eu já não lembro, eles moravam aqui mesmo no São João.

Eu tive quatorze irmãos, duas mulheres falecidas. Lorivaldo, o mais velho, mora acima da Foz do Tejo. Valcildo já falecido, morava no Jardim da Palma, com Pedro e Sebastião todos casados. Francisco mora na Foz do tejo. Antônio casou e foi para Cruzeiro, onde moram Raimundo, casado, e José que é solteiro. Edilson mora no Remanso da Extrema. Maria mora em Thaumaturgo e Margarene sumiu com o marido. Manuel mora no Acuriá...

Velha Lucíola é a matriarca da família Barbosa da Silva, colocação Depósito do igarapé São João e, parece que foi deixada de vez pelo marido Zé Cordeiro. Ela agora tem que dar conta de suas quatro filhas, uma neta de criação, um filho, uma nora e um genro; são ela e mais oito visto que os dois homens da casa, José e Zamundo, ainda são jovens e não dão conta do trabalho pesado.

Os filhos ajudam nos roçados e também o genro e a nora. Mesmo assim quem mais trabalha na casa é a velha. Está querendo casar as duas filhas solteiras para “arrumar mais um genro para trabalhar para mim”. Tenta convencer Roxo, um pesquisador local que me acompanhava, a se casar com uma das duas. O homem

quando é genro costuma ajudar a sogra e sogro em prestações de serviços gerais. O genro deve ajudar a família da mulher em tudo, principalmente, se dão se bem.

Aqui tudo que planta dá bom, a dificuldade da mercadoria é que o problema. O preço do produto não dá nada. No tempo que o seringal dava dinheiro aqui era cheio de gente. Depois que o preço da borracha baixou muita gente foi-se embora porque não tem mais mercadoria e o preço do produto não dá nada. Muita família aqui dentro tão em tempo de andar nú. Tem gente nesse seringal que está dormindo no chão. O produto só dá para fazer uma despesa: a viagem para Cruzeiro.

[A senhora gosta de morar na mata ?]

Aqui na mata, a senhora planta, tem as terras para plantar, tem os animais para se comer, é muito mais fácil que na cidade. Eu acho, né, que seja mais fácil. Entonces aqui para nós se planta a banana, se planta a cana, se planta o mamão, o milho, a macaxeira e muitas e muitas qualidades de frutas e alimento. Entonces, eu acho bom na mata por isso.

Mulher

A mulher não põe o marido no erro. Ela tem as idéias claras. O homem não sabe o nome dos filhos, nem a idade, nem quando nasceu...Eu acho muito

importante a pessoa trabalhar em roçado, pois, acho melhor, não sabe ? Trabalhar em roçado do que lutar em uma casa, porque o roçado é um trabalho só, se vai encoivara é só encoivarar, plantar é só plantar, brocar é só brocar. E os trabalhos de casa são muitos trabalhos porque se zela a casa, se lava prato, cuida em criação, cuida na comida, entences, é muito trabalho para uma [pessoa] lutar em casa, entences, eu acho muito melhor trabalhar no roçado do que em casa

[- E aqui tem muita mulher que trabalha na mata ?]

Aqui [no Depósito] são poucas as mulheres que trabalham na mata. Muitas trabalham mais em casa, mas, sempre tem delas que ajuda o marido, não sabe...

Luciola Barbosa da Silva, 50 anos, colocação Depósito.

Quando a moça começa a manter relações sexuais ela passa a ser considerada uma mulher feita. Consumado o fato, a mulher tem duas opções principais: manter relações sexuais sem ter marido, tornando-se mulher solteira, ou pode unir-se a um homem por casamento ou “roubo”. A distinção tem valor público e o que interessa é o reconhecimento público. Assim, pode-se ignorar o fato, conhecido em fofocas, de que uma moça não é mais moça, para efeitos de casamento.

Trabalho de mulher

As atividades de uma mulher casada são basicamente todas as atividades domésticas e ainda trabalham nos roçados, pescam e participam de diversas atividades relacionadas à *farinhada* (a fabricação de farinha de mandioca). São inúmeras e infindáveis as atividades de uma mulher da floresta; tarefas repetidas à exaustão cotidianamente como fazer o fogo, preparar comida, cozinhar feijão, descascar banana, pisar arroz, manter o fogo aceso, preparar café ou chá, comida para pequenos de colo.

Lavar a louça, varrer e passar esponja e pano na casa inteira. Lavar roupa no igarapé, rio ou cacimba e voltar carregando vários caminhos [baldes] de água. Lavar as crianças, fazer o jantar, costurar. Se está na época do plantio de roçados, as mulheres podem brocar, encoivarar, plantar, limpar, colher e bater feijão, ajeitar tabaco, debulhar arroz e ainda processar diversos subprodutos de alimentos como milho (canjicas, pamonhas, bebidas fermentadas), macaxeira (goma, farinha puba, tapioca, beijú), cana de açúcar (açúcar gramixó, rapadura, melaço ou mel de cana).

As mulheres são ainda as responsáveis pela divisão e preparação das carnes das caçadas e mariscos obtidos pelos homens. É comum que depois de uma longa tarde de tarefas, as mulheres sejam brindadas com um veado ainda quente para ser limpo e tratado para o jantar.

Mulher solteira

Mulher solteira é aquela que já dormiu com homem, mas, não está casada, mesmo que já tenha sido. Tem liberdade de gozar mais livremente sua sexualidade, escolher parceiros, definir os rumos dos relacionamentos. Mariazinha é uma mulher solteira da Foz do Breu. Tem três filhos e namora os jovens homens sexualmente ativos do Breu, ou melhor, os homens solteiros. Sabe detalhes pessoais de muitos rapazes...

Domingo não é dia de eu estar passando pano no chão, Andréa, domingo é dia de eu estar agarrando os meninos...

Uma mulher solteira pode constituir família e ter sua própria casa, nesse caso, pode ocorrer que tenha vários filhos sem pai reconhecido. As mulheres solteiras que permanecem em casa sob o “poder do pai”, como é o caso de Mariazinha, têm os mesmos encargos de uma mulher casada, com a diferença de não terem sua própria casa. É comum que elas residam com os pais ou outros parentes, podendo trabalhar como empregadas em casas de amigos e conhecidos da sua família. Conheci dois casos na REAJ, de mulheres solteiras que têm suas próprias casas.

Moça

Para passar a ser considerada uma moça, a menina precisa ter sua primeira menstruação. A categoria de moça só se aplica, contudo, àquelas que não tiveram relações sexuais. Assim, a pergunta: “Fulana é moça?” pode expressar tanto dúvida quanto à puberdade como quanto à virgindade. No seringal, as pessoas podem se casar e terem filhos muitas vezes antes dos quinze anos.

A moça pode manter relações sexuais disfarçadamente assegurando a continuidade de seu "estado" de moça, dando a entender que apenas namora. Pode concordar em ser carregada pelo futuro cônjuge para se casar futuramente no padre ou no juiz ou ainda, pode noivar através de pedidos formais aos pais. A moça assume grande parte do trabalho feminino realizado dentro das casas. Note-se que se há mais de uma moça, pode ocorrer uma divisão de trabalho: uma das moças pode tornar-se especializada no trabalho doméstico, enquanto as demais assumem as tarefas de roçado.

Uma moça pode chegar a carregar duzentos litros de água por dia. Faço o cálculo por Zone, filha de Aldenir. A moça de 14 anos carregava um mínimo de dez caminhos de água por dia em baldes de vinte litros. Segue um trecho de entrevista com uma "moça", de apelido "Moça", Evilane Maria Pereira de Albuquerque (nascida em 20 de agosto de 1980) :

A filha mais velha têm muita coisa para lutar. Arrumar a casa, lavar louça e roupa, fazer almoço, cuidar dos mais novos, carregar água. Não gosto de lavar roupa e o mais ruim é arrumar a casa. A caçula não tem que fazer nada, mas, ajuda.

[Por que a filha mais velha trabalha mais ?]

Nasceu primeiro tem que fazer mais coisa. A mais nova é caçula, tem que trabalhar menos, mas, quando a pessoa têm mais idade é mais melhor, pensa mais. Meus irmãos tem que obedecer. Diu e Ediane [irmãs] me chamam de mãe, os mais pequenos gostam de chamar. Porque eu cuido mais delas...Com oito anos eu fazia todo o trabalho pesado da casa, com cinco anos já comecei a trabalhar um pouco, cuidava dos menores e com dez anos eu já ajudava no roçado...

[Quer se casar ?]

É ruim sair da casa da mãe, deixar os irmãos; depois se arrepende não dá mais jeito. Casamento é ruim, enche de filho, trabalha mais do que na casa do pai, no roçado é muito ruim.Tenho vontade de ter outra vida...

Menino velho ou pequeno grande

As crianças, meninos ou meninas, têm tarefas a cumprir em suas casas desde bem pequenas, até com menos de sete anos. Cuidar dos irmãos menores, limpar a

casa, lavar a louça da família, assim como, prover a casa de um pedaço de lenha e de peixes para jantar são algumas das atividades respectivamente de meninas e meninos. Pequena grande foi uma categoria utilizada por Ernestina Ferreira para explicar que em sua infância trabalhava como uma adulta:

Eu era dessas pequena grande que lutava com menino, cozinhava, batia roupa, cuidava da casa, fazia de tudo.

Pequeno grande ou menino velho é como ela categoriza seu filho de criação (adotado inicialmente por sua filha Amélia). Roxo, de 14 anos, franzino e trabalhador é quase um rapaz e faz tudo que um homem da sua idade e uma moça fariam: lava louça, varre casa e terreiro, carrega água, passa pano na casa e cuida dos dois filhos de Chica, uma sobrinha - agregada de Ernestina. As crianças que cuidam das casas e irmãos, principalmente os primogênitos, que sabem fazer de tudo na casa e no roçado ganham o distintivo de menino velho. Ernestina diz que também foi uma menina velha, filha mais velha de um casal com oito filhos. Um menino velho que perde o pai cedo transforma-se no homem da casa muito cedo com pesadas atribuições como caçar, pescar, tirar lenha e cortar seringa.

Os meninos da floresta

"Menino não sabe de nada", "menino pequeno não pensa" são algumas das frases ouvidas em relação aos futuros homens, como se a juventude fosse motivo de mais suma ignorância. Toda a educação de um menino se volta para contrariar essa frase; não saber pensar na floresta pode significar morte súbita. Desde pequenos, os meninos da floresta aprendem a executar inúmeras das artes e trabalhos de um agricultor, seringueiro, mateiro, pescador, engenheiro ou caçador que futuramente hão de ser. Para um trabalhador da floresta, o pior que pode lhe acontecer é ser preguiçoso.

Menino da floresta aprende a ser homem adulto brincando de homem adulto: fazem borracha, andam de canoa, pescam, colhem frutas, cuidam dos animais domésticos, praticam arco e flecha, bodoque, estilingue, azagaia, arpão e zarabatana. Os meninos costumam iniciar algum tipo de ajuda em casa desde bem pequeno. Carregar água, raspar uma batata de macaxeira na farinhada, colher feijão e carregar lenha são o início da atividade produtiva de muitos meninos com quatro ou cinco anos.

Uma vez, estando em visita a colocação Depósito do São João, vi "Dédi" com quatro anos e sua mãe Margarida (nora da velha Mazília) no roçado de roça rapando macaxeira para fazer farinhada. Dédi chorava porque não queria trabalhar e, ainda raspou mandioca por duas horas. Dona Lucíola, em um roçado novo ao lado,

mangava dele chamando-o de preguiçoso. Apesar de chorar quando obrigado a trabalhar, Dédi vive imitando o trabalho do pai. Corta seringa e está fazendo uma mini bola de borracha para comprar a minha gaita de boca e também está ajeitando um mole de tabaco para a venda. Ele e o primo vizinho Bebinha de sete anos, têm um roçadinho nos fundos da casa da avó Mazília; o facão que usam no serviço é mais alto do que eles mesmos.

As meninas da mata

A menina é a categoria inicial do ciclo de vida de uma pessoa do gênero feminino e se estende até a primeira menstruação. O trabalho de uma menina dentro de seu grupo doméstico varia conforme sua posição no grupo. Se tem irmãs mais novas ou velhas que ela, irá trabalhar mais ou menos respectivamente.

Uma menina trabalha ajudando a mãe e, sendo a filha mais velha provavelmente trabalhará o dobro que as outras filhas. Silvane, irmã de Dédi é uma menina de sete anos. Ela não gosta de carregar água e chora baixinho, como seu irmão Dédi ao descascar macaxeira. Silvane carrega de quatro a cinco caminhos d'água por dia, em baldes de dez litros, subindo e descendo o caminho que leva ao porto de sua casa. Quando vou buscar água com ela, sua mãe Margarida costuma me

dar um balde que é pelo menos a metade do balde de Silvane. Margarida argumenta que eu não estou acostumada a carregar peso e, além do mais, sou uma visita.

Margarida leva Silvane para o roçado de banana e a menina ajuda na limpeza das touceiras de banana. É raro que se ouçam reclamações; todos sabem desde pequenos a importância do trabalho para que possam comer e viver com relativa fartura; filhos significam bocas para comer e mãos para ajudar. São educados a permanecerem próximos dos pais, amparando-os na velhice e muito difícil ver um velho abandonado a própria sorte. Vemos as mães construindo círculos de filhos em volta de si; filhos significam ajuda, proteção, força de trabalho, afeto e companhia.

As meninas também imitam as mães e o ambiente das casas em suas brincadeiras. Fazem fogão de barro com chapa de óleo de cozinha e comida de verdade: arroz, feijão e carne, em panelinhas de lata de leite condensado com o aro recortado à moda de um cabo. Fazem casinhas cobertas de folha de paxiúba como as originais, só que em pequena escala.

Homem feito

Papel queimado é homem casado, papel bordado é criança, papel limpo é homem que não teve relação. Lucíola Barbosa

A partir de sua primeira relação sexual, um homem já pode ser considerado homem feito. Podemos notar que o início da vida adulta, tanto para os homens como para as mulheres do Juruá, coincide com a primeira relação sexual. As atividades de um homem sugerem que ele passa mais tempo na mata do que a mulher. Cuidar dos roçados, cortar seringa e produzir a borracha, caçar, pescar, construir casas ou canoas são trabalhos que desenrolam-se na floresta ou redondezas. Para constituir sua própria família, basta que ele carregue uma moça, se junte a ela ou peça aos pais dela consentimento para desposá-la.

Durante as festas fica clara a distinção entre homens e mulheres. As damas ficam sentadas junto da parede em pequenos grupos e os homens andam de um lado para o outro, sozinhos ou em pequenos grupos. Eles guardam garrafas de bebida alcoólica em esconderijos fora da casa da festa. Fazem armações e brincadeiras entre si e chamam para beber os amigos mais chegados e as autoridades da festa, como o dono da casa e os visitantes. O álcool é o início e o fim dos conflitos. Um companheiro chama o outro para beber e se vão para o lugar onde está escondida a bebida ou para algum canto mais escuro e por lá fazem conxavos ou iniciam arengas e brigas. Fatos antigos podem ser postos em discussão, antigas rusgas podem ser resolvidas em malhas fluídas de amizades e/ou inimizades. O amigo pode virar inimigo e o homem, quanto mais prestigiado, mais é convidado para reunir-se ao bebedores acompanhando as decisões de conflitos

Homem solteiro

Um exemplo de homem solteiro é Ivanildo Tavares da Foz do Breu. Sua mãe Zélia sai de casa acusada pelo marido de adultério ficando os cinco filhos homens ao lado do pai. Ivanildo costuma dizer que não perdoa o que ela fez, mas, também é acusado de fazer amor com várias mulheres casadas da vila. O pai de Ivanildo, o velho "Duca" não pretende se casar de novo: - Homem velho com mulher nova não presta ! Entretanto a vila inteira tenta casá-lo com a viúva Dona Carmina, moradora de uma colocação acima da vila.

A atual mulher da casa é Fátima, nora do velho Duca casada com "Béba" de 22 anos. Béba depois de se juntar com Fátima traz a esposa para a casa do pai até construir sua própria casa, o que demorou mais ou menos um ano e meio. Fátima como a mulher da casa, procura tomar conta de todos. Ivanildo, o filho do meio dos cinco, está consciente de seus deveres e obrigações para com o pai e os dois irmãos mais novos; tem jeito e funções de homem e as mãos marcadas pelo trabalho pesado. O sol já deixou rugas em seu rosto e os calos são os de um agricultor velho. Fala Evanildo Tavares:

Eu nasci dia 18 de fevereiro de 1975, no seringal Revisão, nas cabeceiras do rio Jordão... Comecei a trabalhar em roçado com 12 anos, brocava, derrubava pau fino, encoivarava, queimava. Com doze anos carregava dez caminhos de água por

dia e até hoje ainda carrego; quando vou tomar banho carrego um caminho d' água. Com doze anos entrei na primeira série e sai formado [na primeira série primária] com 16 anos, na escola da colocação Jacobina, no rio Breu [atualmente área indígena].

Meu pai cortava na época, cortou seringa dos dez aos sessenta anos e nunca faltou nada em casa. Ele acordava a meia noite para cortar, ficou ruim da vista por causa da poronga. É um trabalho meio chato o cara se acordar de madrugada para ir para a estrada é meio duro, eu não vou. Se tivesse que viver da seringa, eu não vivia. Procurava outro meio, mas, não ia cortar seringa: o preço é baixo e o trabalho é muito, não ia querer acordar no meio da noite para cortar

[Pergunto : - E se a seringa melhorasse de preço ?]

Tampouco. Eu tenho vontade de sair daqui, eu já estou abusado da vida daqui. E eu não posso, sair não posso deixar o meu pai, os meus irmãos mais velhos já tem um casado e o outro vive empregado por aí...

Rapaz

Para o menino, a transição para a condição de rapaz é marcada pelo fato de que ele exerce alguma atividade geradora de recursos alimentares ou de renda: já corta seringa, e trás um bichinho para o jantar. Um menino pode tornar-se rapaz mais cedo, se sua mãe enviuvou ou foi abandonada pelo pai. Ao manter sua primeira relação sexual, o rapaz torna-se um homem feito.

Jaílton tem 19 anos e mora com uma irmã grávida com três filhos, outra cunhada com sete filhos, cujo marido, seu irmão "Pitanga", aleijou-se na derrubada de um pau e espera a aposentadoria há mais de um ano em Cruzeiro do Sul. A casa em que vivem é da matriarca da família, velha Nova, deixada pelo marido juntamente com dois filhos pequenos do casal, também sob os cuidados de Jaílton..

Jaílton está alimentando a família do irmão há um ano e os filhos da irmã há dois anos. Passa o dia caçando e mariscando e quase não come, pois, o que ele mata mal dá para os meninos. Velha Nova precisa fazer uma viagem para a cidade e pede um tambor de feijão para o filho que se nega dizendo que não pretende alimentar o quarto filho da irmã solteira. Mãe e filho brigam e Jaílton sai de casa, seu sobrinho de 14 anos assume o posto e as tarefas. Um acidente com arma de fogo, mata seu sobrinho muito estimado. Jaílton durante o funeral é acometido por uma crise histérica e acusa seu irmão e familiares de sobrecarga de trabalho. Depois de algum tempo passa a fazer comércio ou marretar para o alto Caipora e Machadinho; o que aumentou seus ganhos e diminuiu seu trabalho.

4.2. *Casamento*

Festas: a moral do claro-escuro

A vida sexual dos jovens habitantes da região do Juruá é intensa, apesar de imperceptível de início. Em um primeiro momento cheguei a pensar na ausência de afeto e de erotismo e em uma sexualidade morna como o calor do clima acreano. Foi difícil perceber que eu estava enganada. No claro, durante o dia, existe uma formalidade rígida que regula os contatos e a manifestação de afeto. Ao se posicionarem para fotos, por exemplo, os moradores juntam pernas e braços e, muito sérios, adquirem posturas de exército.

Mostrar-se é um ato privado; as mulheres e homens raramente tomam banhos completamente nus. Não estão muito acostumados aos abraços e, é meio sem jeito que dão beijos, em seus amigos da cidade. Durante à noite ou no escuro, na rede com a lamparina apagada, as pessoas se amam -- nos quartos sem janelas das casas de seringal ou na mata em silêncio discreto—

Essa relação entre o escuro - privado e o claro - público e a dita formalidade das relações públicas torna-se visível nas festas de seringal. Os cavaleiros para um lado, saindo de vez em quando para beber álcool Zulu “temperado” com água, ganhando coragem para tirar as damas. As mulheres, de outro lado, rindo e observando os casais durante as partes (danças).

A formalidade é manifesta no comportamento durante a dança. Quando a música se inicia, a dama chamada por um gesto imperceptível com o dedo, vai ao encontro do cavaleiro de cabeça baixa; quando a parte acaba, o casal separa sem comentário ou agradecimento. Isto é o que acontece com as luzes acesas . Por outro lado um piscar de olhos, um aperto de mão durante uma parte podem sinalizar o início de um namoro e essa troca de sinais orienta a saída dos enamorados da festa, buscando lugares escuros, fugindo das regras do claro. Os pequenos sinais e encontros furtivos podem ser o prelúdio de *carregar a moça*. O espaço do “escuro” pode abrigar também relações extra-conjugais.

A sociedade é bem consciente da tensão entre o claro e o escuro. Assim, o trabalho das mães e irmãs que acompanham as moças em festas (nunca sózinhas, assim como nas visitas ao roçado em que precisam passar pela mata e pelas capoeiras) é de *pastorear*, vigiar e cuidar para que não sumam. Esse trabalho é permanente, embora inglório. Afinal, é durante as festas que surgem as combinações que levam aos raptos de moça, *carregar a moça*.

Tipos de casamento no Alto Juruá

Chamamos aqui de casamento o processo pelo qual se constitui um grupo doméstico. É comum nessa região do Acre, iniciar-se uma união conjugal por rapto de esposa, o ato de carregar esposa e tratemos o rapto como uma forma legítima de

casamento. Para que esse casamento "informal" ganhe status de casamento formal é importante, mas, não imprescindível que o casal receba o sacramento de um padre católico e a benção dos pais dos recém casados, o chamado *casamento no padre*. O casamento no civil ou *no juiz* não é uma prática comum, sendo que grande parte dos casados por rapto importam-se unicamente em receber as benções da Igreja excusando-se do casamento civil.

Para os moradores da região a distinção importante é aquela entre ser “junto”, amancebado ou ser “casado” (“no padre” ou “no juiz”). O casal pode “juntar-se” através do rapto, entretanto, tais casamentos na "Igreja Verde" não são considerados casamentos formais, como os casamentos no padre ou no juiz. A maneira ortodoxa de realizar o casamento, requer o pedido da futura esposa, feito pelo pretendente.

No caso do casamento no padre, pode haver o pedido prévio da pretendida ao seu pai, iniciando-se então um período de noivado, durante o qual é obrigação do noivo providenciar recursos para a instalação do futuro casal, já que o homem (se era solteiro e vivia na casa paterna) trabalhava até então “para o pai”. A maior parte dos casamentos é “no padre”.

Em censo realizado em 1991, em um total de 857 domicílios, 66% dos chefes de casa declararam casamentos apenas no religioso (“no padre”), 23% declararam uniões consensuais não religiosas (“junto”, ou “na igreja verde” segundo alguns), e

apenas 3% declararam casamentos civis (“no juiz”). Entre os casados no civil, cerca de metade eram também casados no religioso.⁴⁸ Esses dados foram confirmados em survey de que participei em janeiro de 1995. Embora se considere correto o casamento “no padre”, os dados indicam uma proporção alta de casais “juntos”.

Porque se juntar informalmente ?

Uma primeira razão é de ordem econômica. Casar no padre envolve não poucas despesas. É preciso pagar pelo sacramento, ter um bom terno (calça e camisa de manga para homens, e saia e blusa para mulher). Há os custos de uma festa. E durante o período de noivado que precede o casamento o noivo, após o pedido, deverá trabalhar duro para suprir sua futura casa, ao mesmo tempo que ainda estará trabalhando para o pai.

Há outra ordem de dificuldades. Os casamentos “no padre”⁴⁹ se dão durante as desobrigas e novenários. As desobrigas são as visitas anuais do padre para realizar casamentos e batismos. Os novenários são festas religiosas -- em que se reza uma novena com a presença do padre - . Mas são sobretudo ocasiões de comércio e vida social para as quais afluem em grande número marreteiros (comerciantes),

⁴⁸Os dados restantes correspondem aos viúvos e separados (7%), chefes de casa solteiros (2%) e sem informação sobre estado conjugal (9%).

⁴⁹Os casamentos religiosos são “no padre”, e não “na igreja”. Não há igrejas na área. Mas embora os seringueiros façam viagens à cidade, nunca há casamentos “na igreja”.

regatões (barcos de comércio), e seringueiros visando se abastecerem de mercadoria com a venda da borracha.

Para encontrar o padre durante as desobrigas é preciso se deslocar, durante viagens de dias, por canoa, às vezes dias a pé, para encontrar o padre durante a visita à colocação mais próxima. Os novenários têm datas fixas, mas as desobrigas, embora geralmente anunciadas pelo rádio, são feitas rapidamente e há o risco de perder a viagem.

Talvez por essas razões, muitas pessoas declaram ser casadas na “Igreja Verde “. Além das razões já apontadas para o índice relativamente alto de “ajuntados”, há outros fatores. Dificilmente uniões de velhos e velhas viúvos, por exemplo, são seguidos de “casamento no padre”. E há também razões de ordem religiosa.

É difundido pela região a veneração ao Irmão José, um beato que percorreu a região e depois veio a estabelecer-se em Letícia onde fundou a “Irmandade da Cruz” entre os índios Tikuna. Algumas afirmam que segundo o Irmão José, os sacramentos como o casamento e o batismo não deviam ser pagos, e quando pagos não têm valor. Por outro lado, o o Irmão José criticava em suas pregações os “casais amancebados” que viviam fora do sacramento, e ele próprio realizava tais casamentos, sem receber pagamento.

Porque as pessoas se juntam ?

As mulheres casadas têm poder de decidir, juntamente com o marido, estratégias familiares para acúmulo de bens ou de capital. Conheço diversas mulheres na região que efetivamente decidem políticas familiares, como agregar trabalhadores a própria família ou mesmo dividir as tarefas da casa entre os moradores, para um melhor aproveitamento da força de trabalho do domicílio.

Também considero importante o fato de poderem vivenciar a própria sexualidade, mesmo que isto não tenha sido deixado claro em suas falas. Foram poucas as mulheres que me confessaram ter uma vida sexual, agradável ou não. O jovem homem ao se casar tem autonomia frente à sua família de origem em decisões pessoais várias. Como exemplo trabalhar a hora e como quiser, criar estratégias de produção e jornada de trabalho própria. O que não acontece quando o rapaz vive sob "o poder do pai".

A ampliação dos recursos econômicos provenientes da criação de uma nova casa também parece-nos relevante. Por exemplo: casando-se, o jovem chefe da casa é mais um dono de áreas de roçados e de seringa dentro da colocação, é um novo chefe de família. O que significa, do ponto de vista econômico, aumento de renda e possibilidade de adquirir bens de consumo e de produção.

Tensões e conflitos decorrentes do casamento

Quando o casamento é por “ajuntamento”, com o consentimento dos pais, haverá uma série de obrigações decorrentes pois se trata de um casamento - aliança . Haverá uma série de obrigações para com o casal de sogros que acolhe o jovem casal em seu território familiar. Consentir no casamento dos filhos pode ser uma operação familiar que assegura aliados (o termo “afim” seria mais apropriado a situação de acesso à terra dada pela relação de um indivíduo com os parentes de seu/sua cônjuge),⁵⁰ tanto na produção quanto em momentos de conflito. Por outro lado significa pesados encargos sociais para o jovem casal.

Quando os casamentos são por carregação, o pai fica irado. Mas o casal em teoria tem a chance de decidir com qual família irá se aliar. De fato, muitos pais depois da fuga costumam perdoar a filha tratando de mantê-la por perto, assim como seu raptor, agora afim.⁵¹ Podemos pensar numa “estratégia” dos pais para a formação de novos grupos solidários. O filho ou genro tornam-se vizinhos. A vizinhança envolve troca de carne de caça, e mesmo a troca de dia de trabalho. Grupos de

⁵⁰ Claude Meillassoux fala-nos disto em “Mulheres, celeiros & capitais” (pág. 64)

⁵¹ O sistema de casamentos no Juruá seria, portanto, uma “estrutura complexa do parentesco”, nas palavras de Lévi-Strauss: “...Reservamos o nome de estruturas complexas para os sistemas que se limitam a definir o círculo dos parentes e que deixam a outros mecanismos, econômicos ou psicológicos, a tarefa de proceder a determinação do cônjuge...(1982:19)” Lévi-Strauss, Claude As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis, Vozes, 1982. No entanto, os casamentos do Juruá invocam uma intencionalidade latente na limitação do círculo de parentes. Ver a sessão “Foz do Breu: território e teias sociais”(5.2). Ver também a opinião de Lévi-Strauss sobre as noções de regra e estratégia matrimonial, em Lévi-Strauss, Claude e Eribon, Didier (org.) De Perto e de Longe. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, p. 134.

parentes, compadres e vizinhos formam grupos solidários. Um exemplo desse tipo de grupo solidário acontece no igarapé São João do Breu, colocação Depósito.

Carregar

“Moça que vai no mato sozinha quer pitchá”

Moças dormem no quarto com crianças menores e/ou com os pais em um quarto sem janelas. Ir à cozinha (para beber água) ou sair de casa (para *obrar* no mato) pode ser uma justificativa para sair de casa à noite, o que de outra maneira não acontece. Por isso o rapto precisa ser planejado. A moça, talvez com cumplicidade de alguém, sairá de casa furtivamente para encontrar-se com o rapaz que a espera “no aceiro da mata”, na entrada da mata.

É comum na região o rapto de moças, o ato de *carregar* as futuras esposas. Carregar uma moça é um tipo de pré requisito simbólico para o procedimento de juntar-se ou constituir um novo grupo doméstico (ver os casamentos). O termo *carregar* pode ter origem nas correrias de caboclo quando era comum que os praticantes de correrias pegassem as índias à força, provavelmente colocando-as nas costas.

Atualmente as moças fogem de suas casas para serem carregadas. Entretanto é cada vez mais comum, ou mais visível para mim, as relações sexuais precederem os

raptos. Podemos ver pelo relato de Dona Lucíola Barbosa da Silva que há trinta anos atrás, as mulheres fugiam moças e, o rapto era o equivalente a uma noite de núpcias clássica, com noiva donzela:

História do rapto de Lucíola

Uma vez, eu fui morar no Peru, por dois anos. Quando eu fui, eu fui com meu marido. Eu fui fugida, não sabe? Fugi com dezesseis anos.

[e porque fugiu ?]

Porque às vezes, a senhora se engraça de um cara e o cara não quer pedir para o pai, né, porque tem vergonha ou porque tem medo. Outras porque o pai não quer, a mãe não quer. Aí não pede..

[no caso da senhora, como foi ?]

O meu caso foi assim: eu vim passear na casa de uma tia, no Palheira, eu morava na Foz do Tejo. Nesse tempo que eu vim para cá, nós nos encontramos aqui. Começamos a se gostar e ele quis me carregar, não sabe. Aí eu fui e disse que não; só ia se ele fosse na casa do meu pai. Mas, se eu fosse na casa do meu pai, ele [o pai] também não deixava.

E eu gostava dele [do futuro marido] e eu disse que sim, que ia mais ele. E aí, nós fomos, fomos de canoa uma estação e a outra fomos de pés. Fomos pelo Amonêa, até acima da boca e lá pegamos uma varação e andamos seis horas, andando rápido. Eu levei somente minha roupa e a dormida. Por lá nós passamos dois anos no Peru. Lá ele trabalhava em madeira, tirava madeira, não sabe.

Há uma sutileza no termo carregar; o que poderia parecer um furto ou roubo de moças indefesas é na verdade, um termo de compromisso baseado numa decisão comum do casal de enamorados. Lucíola, na época, realmente foge para se casar e demora dois anos para voltar para o Brasil. Diz que o motivo de sua escolha fora o afeto que a leva a ir contra a vontade do pai. Há vários pontos de vista sobre a questão do rapto de esposas e resumidamente os informarei.

Hipóteses e discussões sobre carregar

José César Gnaccarini⁵², por exemplo, acompanha raptos de mulheres em três municípios da região açucareira de Piracicaba, interior de São Paulo. O rapto de noiva é tratado como um mecanismo *"...de ajustamento de grupos, em termos de*

⁵²José Cesar Gnaccarini, "Organização do trabalho e da família em grupos marginais rurais do estado de São Paulo". Revista de Administração de Empresas, vol.11 n. 1, março de 1971, 75-93.

respostas defensivas contra condições opressivas de existência, dentro da dinâmica de classes (1971: 91)".

Seu objetivo é a reconstituição sociológica da organização social em bairros rurais situados em uma zona de agricultura do tipo plantation e as transformações decorrentes da industrialização da agricultura nessa região. Tendo em vista o alto percentual de casamentos por rapto na região, Gnaccarini formula as seguintes hipóteses:

1. A chamada modernização do setor agrícola inculcaria na vida social, de maneira uniforme, os princípios da eficiência da ordem industrial: divisão orgânica do trabalho, secularização, racionalização e individualização.

2. A instituição familiar adequar - se - ia funcionalmente à tal modernização e o aumento dos raptos de esposas indicaria secularização e individualização dentro da organização familiar, "relações eletivas versus prescritivas" (1971: 76)" e crise do modelo de família patriarcal.

Para o sociólogo, a retração econômica que acompanhou a modernização da região seria responsável pelo aumento de casamentos por rapto ou eletivos, frente as formas tradicionais ou prescritivas de oficializarem-se as bodas, com gastos altos para pais e padrinhos da noiva.

No caso em que tratamos, o rapto pode ser lido como uma decisão, em certo grau privada e pública e, uma espécie de formalização às avessas, do casamento.

Digo ser uma decisão privada e pública, pois, existem evidências de que as mulheres, matriarcas de famílias, conpirem em favor de casamentos e mesmo raptos, que ampliam favoravelmente suas relações.

Por outro lado pode ser uma reação do casal à negação do pedido da mão da noiva e também uma escolha baseada no afeto, ambas as decisões de caráter privado. Os indivíduos e grupos procuram ampliar suas teias de solidariedade através dos raptos, sem contudo, serem compelidos à essa atitude pelas imposições de uma crise econômica, por exemplo.

Concordo com Gnaccarini, quando diz que os gastos de um casamento formal são um ponto a favor do rapto, entretanto, no caso da vila Foz do Breu, sugiro que as decisões são conjunturais e refletem, principalmente, opções e estratégias dos futuros cônjugues. Em certa medida, podem funcionar as estratégias de futuras sogras em incentivar namoros, visitas e mesmo raptos das filhas por pretendentes preferenciais, filhos de comadres, jovens trabalhadores e com boa posição social ou mesmo primos distantes.

Alguns casamentos originados em raptos refletem uma decisão boa para a coletividade, solução para conflitos de terra ou inimizades familiares. Outros são expressamente "anti sociais" como roubar uma noiva proibida: uma *prima primeira* ou legítima. Há ainda os raptos em que os nubentes declaram o desejo de casar formalmente recebendo um aval negativo da família e, mesmo assim, se casam ou se raptam, sendo posteriormente agregados pelas famílias de seus pais e parentes até

que adquiram sua própria casa e condições de sobrevivência (um roçado de mandioca, por exemplo). Existem casos de rapto em que as famílias ostracizam e repudiam o jovem casal podendo ser deserdados pelos pais e famílias de origem. Os jovens podem levar surras homéricas de pais encolerizados.

O estudo de Klaas e Ellen Woortmann⁵³, compara o rapto em diversos estados brasileiros como Acre, Sergipe, Rio Grande do Sul e São Paulo. Para os autores, a vontade familiar está em segundo plano nas escolhas relativas ao casamento, sobretudo na chamada sociedade complexa. Seria um sinal de afirmação da escolha individual, eleição, frente à conduta imposta pelo grupo, prescrição. Contudo, nas sociedades rurais, o individualismo não matou a família camponesa, que empurra seus indivíduos à trocas matrimoniais prescritivas, impostas pela hierarquia familiar com vistas à reprodução social e a preservação do patrimônio.

A preservação da propriedade familiar (principalmente quando a terra é pouca) explicaria as inúmeras formas; celibato, emigração e/ou deserdamento, casamento arranjado, de incluir e excluir pessoas de um círculo familiar. O rapto passa a ser tratado como uma forma de encenação da vontade individual frente a uma vontade coletiva magnânima:

⁵³Woortmann, Klaas e Ellen "Fuga a Três Vozes", *Anuário Antropológico/91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, 89-137.

Sobre estratégias familiares rurais de reprodução social no Rio Grande do Sul e Sergipe, ver Woortmann, Ellen Herdeiros, Parentes e Compadre – Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo/ Brasília, Hucitec/Ednub, 1995.

“destinada a preservar a honra e a hierarquia, assim como uma estratégia para a solução de problemas "práticos" relativos seja ao dote, aos custos da cerimônia, à escassez de terras ou, como vimos acima, a escassez de filhos homens no sítio do pai da noiva (Woortmann: 1993, 108)”

Noto uma passagem do texto onde os autores afirmam que no Sergipe os casamentos entre primos, tidos como preferenciais, não podem acontecer dentro do mesmo sítio ou da mesma casa, originando o que chamaram

“...um espaço simbólico de interdições. Ninguém cogitaria de realizar uma fuga incestuosa (:116)”

Fuga incestuosa aqui significa perder terra por casamentos intrafamílias. No caso da Foz do Breu, o espaço ocupado pela vila atual é formado por teias de casamentos entre primos primeiros, segundos e terceiros, ou seja, com base em "fugas incestuosas". Levando em conta que terra na REAJ não é um problema, posso argumentar que as fugas ou raptos são jogos de obtenção de espaço em concordância com o que nos dizem os Woorthmann, visando uma melhoria da qualidade individual e coletiva de vida .

A qualidade de vida na floresta está baseada em uma reciprocidade intencional, portanto a fuga para ser bem aceita deve agradar indivíduos e coletivos; nada pior do que um vizinho descontente por haverem-lhe negado uma prima irmã. Iremos ver que as opções de casamentos locais podem refletir estratégias diferenciadas do zoneamento territorial intra famílias. Para introduzir o assunto casamentos, lembro de Pierre Bourdieu⁵⁴ quando afirma que “família” é antes de tudo uma palavra, uma construção verbal, sendo necessário desnudar a palavra, para identificarmos as representações sociais derivadas desta. Entretanto, o que me interessa em sua análise é a idéia de Família como sujeito coletivo forjado, sendo o campo das decisões familiares também uma arena de discursos, vontades e interesses individuais e coletivos em fusão e/ou fissão.

Carregar a futura esposa: o caso da floresta

Para iniciar um casamento na REAJ basta o pretendente pedir a mão da noiva, casar no padre ou no juiz ou simplesmente carregar a esposa e *juntar* consituindo um novo grupo doméstico: uma casa, um casal e filhos. Durante o rapto, como já foi dito, combinado previamente entre os futuros cônjuges, pode consumir-se a noite de núpcias. Depois da fuga, o jovem casal pode abrigar-se na casa de um parente e/ou dos próprios pais de um dos cônjuges até que construam sua própria casa,

⁵⁴Bourdieu, Pierre. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996.

caracterizando um novo grupo doméstico onde a casa é o epicentro. Mas há situações em que o pai da moça vai à procura dos cônjuges -- e às vezes muitos meses se passam antes que a união seja perdoada e aceita --

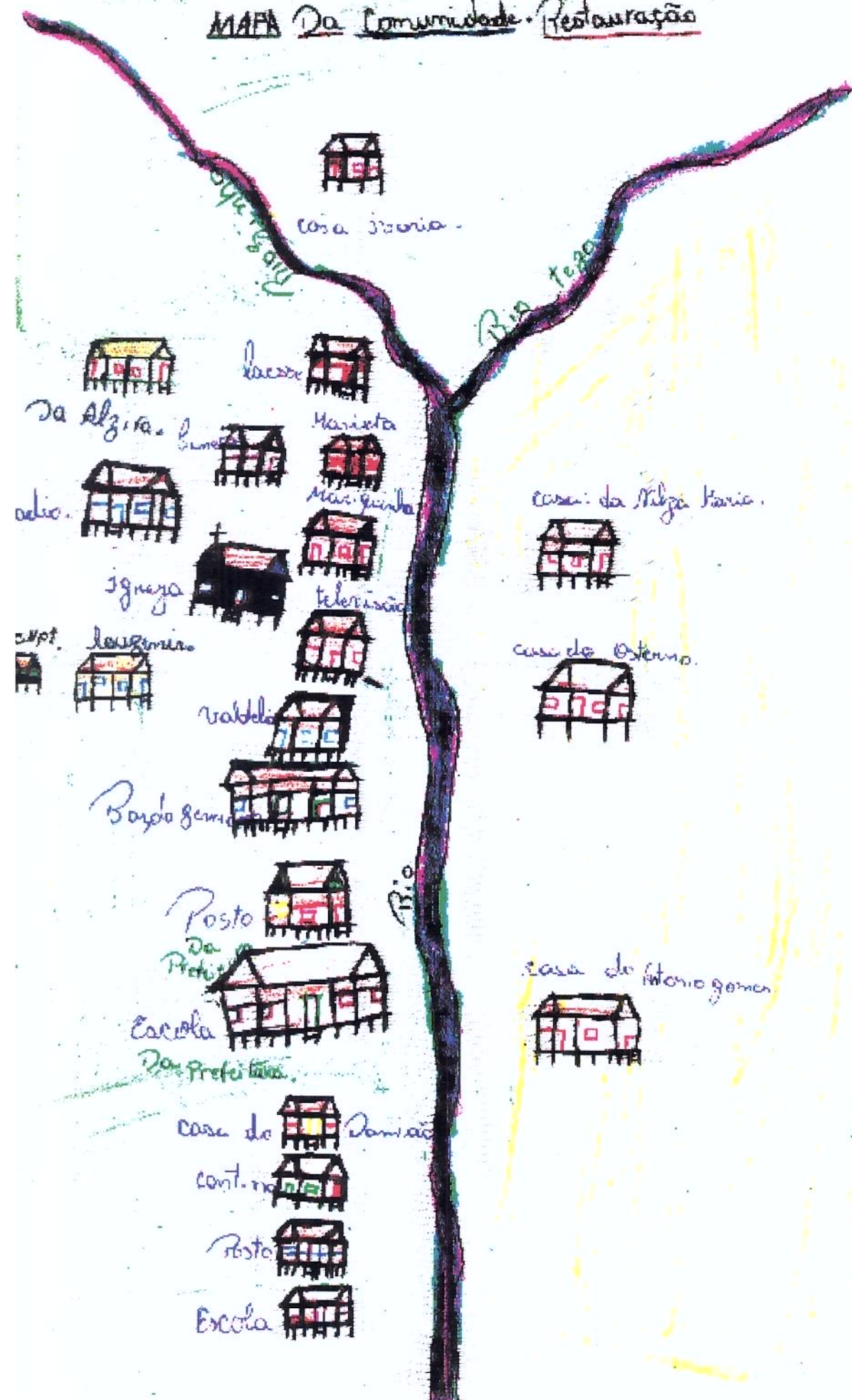
Note-se que “carregar” dá ao casal liberdade para escolher o local da moradia e os aliados preferidos entre as famílias dos dois cônjuges. Os casamentos por rapto, na maioria das vezes, são aceitos pelas famílias com o passar do tempo, negá-los indefinidamente pode significar perder o apoio de um grupo de aliados importantes formado pelas famílias dos filhos, genros e noras. Já ouvi casos de devolução da esposa ao pai: o caráter rebelde da esposa é aceito como justificativa.

Notas para a conclusão

Neste capítulo vimos como os seringueiros classificam pessoas em categorias que refinam, com nuances e matizes diferentes dos nossos, as gradações de idade e de status dos indivíduos. Um das pretensões desse capítulo era justamente mostrar a importância dos velhos na estrutura social local e “o dedo de velho” nas orquestrações para criação de territórios familiares.

Outro ponto seria o caráter processual da vida das pessoas, como a complexidade do “claro-escuro” das políticas sexuais e maritais, combinada à complexa transição dos indivíduos por categorias sociais.

MAPA Da Comunidade Restauração



Maria Francisca Bandeira da Silva

Capítulo V. Teias Sociais: colocação e vila

5.1. Depósito do São João; cooperando a gente se entende

Um homem adulto andando sem carga em marcha rápida leva cerca de doze horas para ir da primeira a última colocação do São João. Em 02 de setembro de 1994, da boca do igarapé São João do Breu à última colocação ocupada, (em direção às suas cabeceiras), encontravam-se as seguintes colocações:

1. Barraca Velha, chefes Bidunga e seu genro Bibi
2. Colocação recente, sem nome, chefe Dinho da Albertina
3. Açaizal, chefes Sebastiana da Valda e Donato, irmão da Valda
4. Vai Quem Quer, chefe Luiz de França
5. Seringueirinha, chefes Antônio e Tonho de França
6. Águas Belas, chefes Raimundo Lúcio Lima, Carlos e André Melado
7. Limeira, chefes Raimundo e Francisco Cordeiro
8. Depósito, chefes Raimundo e Manuel Alves, Mazília Alves, Lucíola Barbosa da Silva, José Cordeiro, Raimundo Lima.
9. Cafezal, chefes Domítilio, Francisco Alves, João Aranha
10. Palheira, chefes Claudionor Alves, Antônio Alves, João Amâncio, Raimundo Potoro, Dinho, Altemir
11. Cachoeira dos Guimarães, chefe seu Balbino e Fernando

12. Fernandes, chefe Floriano
13. Boa Vista, chefe José Ceará e Francisca Gomes
14. Duas Bocas, Valdemar Maximiniano
15. Boa Sorte, João Bolda

Naquela época, o igarapé contava com trinta e cinco chefes de família, e pelo menos trinta e uma casas (cada chefe, um grupo doméstico e uma casa), haviam também 55 crianças em idade escolar, "boas de escola" como dizem ou acima de sete anos). Em fins de 1994 saíram do igarapé os chefes (e respectivas famílias) João Bolda e André Melado se mudaram para os municípios de Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves respectivamente, enquanto seu Valdemar Maximiniano, Carlos e dona Valda foram para a margem do Juruá, na boca do São João.

As migrações internas na REAJ e, mesmos as migrações que baixam para as cidades são constantes. Podem decorrer de disposições de mercado, como a queda progressiva do preço da borracha natural e dos baixos preços obtidos pelo produto agrícola, além da dificuldade no acesso e os altos preços da mercadoria. No caso de moradores idosos como seu Valdemar e dona Valda, os motivos da migração citados foram o acesso facilitado ao transporte e a maior proximidade com o município de Cruzeiro do Sul, aonde recebem bimensalmente a aposentadoria do FUNRURAL. Há ainda um gosto do seringueiro pela mudança e abertura de novas colocações.

5.2. *Teias sociais na colocação; as trocas básicas*

Na colocação Depósito, em agosto de 1994, existiam seis casas: cinco na margem esquerda baixando o igarapé e, uma casa na margem direita. Essas seis casas estão ligadas por laços de parentesco e aliança, compadrio e/ou relações de trabalho e giram em torno de duas velhas, Mazília Alves da Costa, viúva e, Lucíola Barbosa da Silva, *deixada* ou separada.

Cada colocação, como já foi dito, comporta um número de casas, chefes e pessoas, número calculado com base na quantidade de recursos existentes na área da colocação e o número de pessoas que dela deverão retirar seu sustento. Nesse sentido, as colocações caracterizam-se pelo chamado uso racional dos recursos naturais, requisito fundamental para a sustentabilidade e para a criação da Reserva Extrativista.

As casas em si correspondem aos domicílios e respectivos grupos domésticos, sendo lugar das decisões últimas. Cada casa possui um(a) chefe de família, responsável direto por aquele grupo doméstico, orientador e executor de atividades pesadas e "dono" dos recursos decorrentes da constituição de uma casa, como os roçados que por ventura abrir, capoeiras sobrando, plantio de praia, pelo menos uma estrada de seringa e liberdade de caçar e pescar e/ou utilizar campos de pasto já formados.

Cada casa ou grupo doméstico pode estar constituído por um ou vários "tipos" de família: conjugal, extensa⁵⁵, monoparental, famílias de homens e mulheres solteiros, famílias com filhos de criação e agregados. Há no entanto, um "laço de família" que reúne, em frentes de trabalho e estratégias de vida, inúmeras casas de diferentes colocações; laço representado por excelentes relações de convívio entre parentes, afins e vizinhos⁵⁶.

Deduzido da observação de relações locais (não nominado pelos moradores), tal laço alia um número variável de pessoas e casas que trocam favores e serviços movidos por sentimentos de boa vizinhança, parentesco, parentesco simbólico e relações de afinidade e/ ou aliança. Famílias de "tipos" diferentes, habitando em casas muitas vezes distantes, podem manter intensas relações cotidianas de prestações e contra prestações de serviços. As relações estabelecidas entre Dona Mazília e Dona Lucíola e seus filhos e como veremos, as relações de Ernestina e sua descendência são dessa qualidade.

As relações de compadrio (que dariam outro capítulo) parecem ser criadas para reforçar laços entre moradores que não tem vínculo por parentesco formal, aliança e/ou afinidade. Dessa maneira, ou seja, através de parentesco simbólico

⁵⁵Entendo por família conjugal aquela constituída por um casal e seus filhos coabitando uma casa ou domicílio. E por família extensa, uma casa onde moram uma família conjugal, o (s) pai (s) de um dos cônjuges e/ou agregados e empregados.

⁵⁶A incorporação de pessoas "de fora" e as inúmeras formas de família, dividindo o mesmo teto ou a mesma colocação, nos recorda a noção de "grupo corporativo" de Henry Maine. Para o autor, existe uma espécie de corporativismo primitivo que se reflete em "grupos de homens unidos pela realidade ou ficção dos laços de sangue". Em Maine, Henry "The Primitive Family And The Corporation". *Ancient Law*. London, Oxford University Press, 1931, 178-181.

fundam-se relações de troca e cooperação semelhantes às dadas por casamento ou parentesco.⁵⁷

São poucas as relações de compadrio por batismo de filho na colocação Depósito. Os que existem estão relacionando os moradores locais com políticos e moradores ou comerciantes da cidade ou "de fora"; o que demonstra uma estratégia importante dos pais, permitir a saída futura do filho para estudar na cidade do padrinho⁵⁸. Localmente, as pessoas escolhidas pelos pais para compadrio de batismo tornam-se formalmente responsáveis pela educação de seus afilhados em caso de falecimento de pais e/ou avós.

Os principais laços de compadrio existentes no Depósito envolvem o parentesco simbólico feminino "madrinha de fogueira" e "mãe de umbigo ou mãe velha". No período das festas juninas, uma madrinha de fogueira escolhe ou é escolhida pelos seus futuros afilhados, homens e mulheres. Os que pretendem se amadrinhar, passam um tição de fogo próximo ao corpo ou pulam juntos a fogueira de São João, falando uma reza para os santos do dia e do mês.

- São Pedro disse e Santo Antônio confirmou: essa é minha comadre que São

João mandou...

⁵⁷As relações de compadrio estão diretamente associadas a finalidades práticas e interesses mútuos de futuros compadres e comadres. Para Antônio Arantes, o compadrio constitui-se à partir da reelaboração de uma concepção religiosa acerca da família e de nascimento expressa nas Sagradas Escrituras; "...Essa reelaboração pode servir a fins práticos. Mas nada, a meu ver, justifica supor que em sua "utilidade" resida a razão de ser da instituição...(1994: 197)". Arantes Neto, Antônio (org.) Colcha de Retalhos. São Paulo, Unicamp/Editora Brasiliense, 1975. 195-206.

Depois da reza e de passar fogo as pessoa viram madrinhas e afilhados de fogueira. Não ouvi casos de "padrinhos de fogueira", o que me leva a crer que o compadrio de fogueira é exclusivamente feminino. No Depósito, Margarida é madrinha de fogueira da filha de Lucíola "Xéo". Dona Zila é madrinha de fogueira da nora Teresinha.

As parteiras e mães de umbigo tornam-se comadres da parturiente e madrinhas do rebento após a realização do parto. As parteiras locais são Lucíola e dona Zila, responsáveis pelo parto de quase todas as crianças do Depósito. Dona Nazaré, moradora da colocação Palheira é a mais fina, a mais experiente parteira em atividade no São João. Sendo também mães de umbigo de seus netos, as avós parteiras são duplamente responsáveis pelos rebentos.

Em colocações como o Depósito, a carne de caça é repartida entre as casas pelas esposas dos caçadores e, algumas vezes, pelas matriarcas quando a colocação é toda de parentes filhos ou afins; tal evento é chamado de *vizinhança*. A quantidade de carne vizinhada varia conforme o parentesco e a situação da casa que recebe a carne; no caso do Depósito, a viúva Zila, recebe carne dos dois filhos e raramente devolve no mesmo quinhão, pois, o "chefe" da casa Adão ainda não é bom caçador, é infeliz na caça. A capacidade de um caçador "ser feliz na caça", ser um *marupiara* local, como Manuel, irmão de Adão, também influe na capacidade de vizinhança de

⁵⁸Pesquisadores que visitam com frequência o Alto Juruá costumam ser convidados para batizados e compadrios diversos.

uma casa. Quanto mais feliz na caça, mais um chefe garante o retorno de carne para sua casa, já que está sempre provendo.

As redes de relações envolvendo vizinhança de caça são exemplo de como um recurso natural da floresta, apropriado individualmente, é redistribuído pela coletividade. Tais relações de reciprocidade envolvendo a carne são vitais para que não haja excedentes nem miséria nas casas; uma casa sempre está em "dívida" de carne com a outra. Os animais podem ser repartidos em *bandas* (pela metade) ou em *quartos* (sendo quadrúpedes) conforme o tipo e tamanho da caça e o tamanho do grupo doméstico recebedor da carne.

Os animais procurados pelos caçadores podem ser os *macacos*, preto, cairara, guariba, *animais de pena*, como o jacú, a nambu, o mutum, *animais de casco*, como o tracajá e o jaboti, *embiaras*, como a paca, a cotia, o quatipurú e as *caças* como veado, anta, queixada, caititu e capivara. Embiaras grandes como a paca podem ser vizinhadas em quartos ou bandas. Já uma embiara pequena como quatipurú pode ser vizinhada inteira.

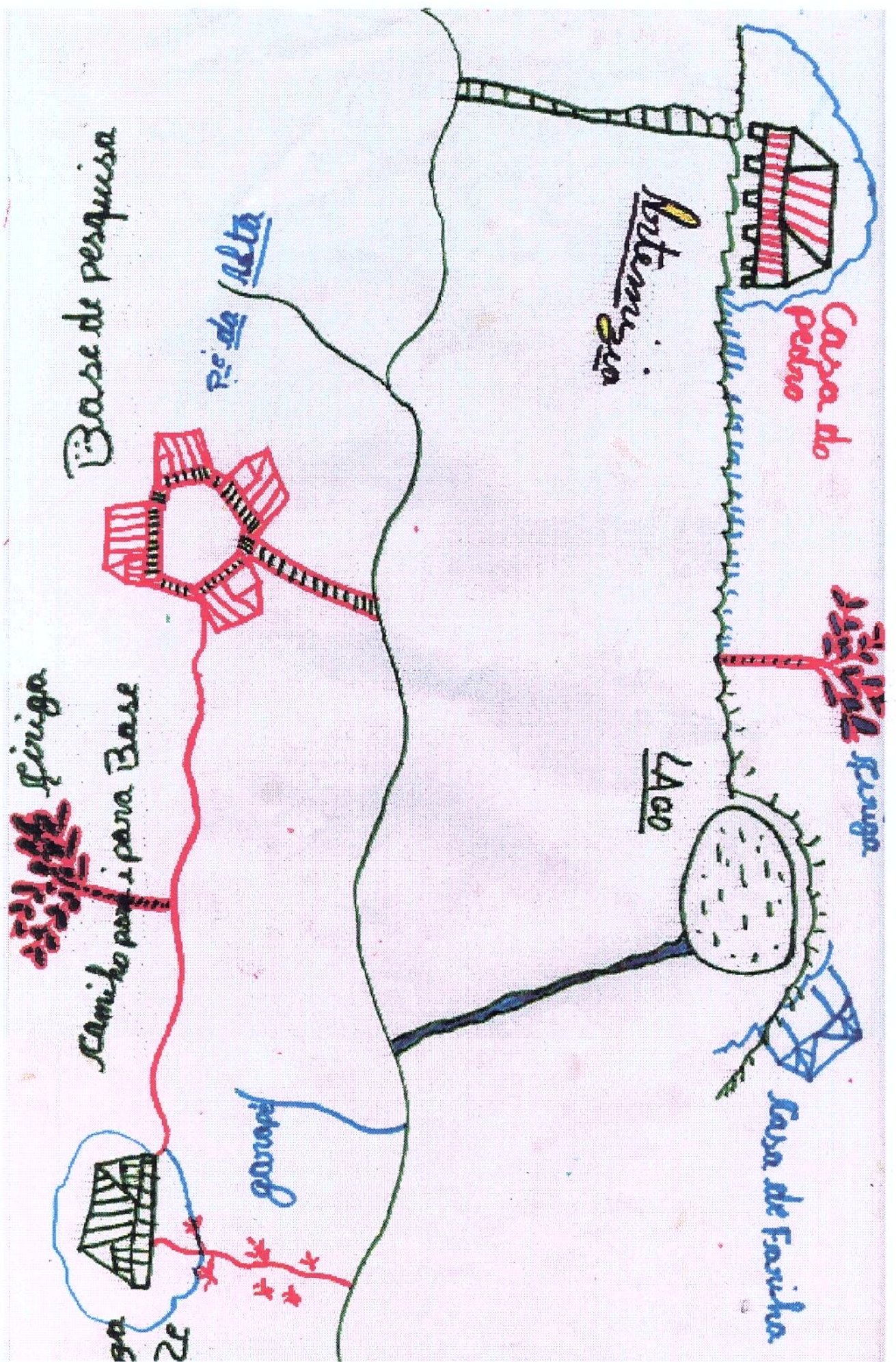
Na colocação Depósito, os chefes parentes vizinham carne entre si e com suas respectivas mães, no entanto, entre as famílias das duas velhas não há vizinhança. O caçador mais feliz da colocação é Manuel, filho de Mazília. Manuel só vizinha caça grande de quarto com a casa do irmão Raimundo e da mãe Zila. Raimundo, por sua vez, só retribui caça grande de quarto para o irmão e serve a mãe com embiaras de banda e inteiras e caça grande.

Entre Raimundo e sua mãe acontece vizinhança de pequenas porções de carne, o que nos faz crer que sua responsabilidade no sustento da mãe é maior; talvez por ser o filho mais velho. Seu irmão Manuel é mais feliz como caçador, não tem filhos e traz menos carne para sua mãe. Na hora de retribuir o produto da caçada de seu filho Adão, dona Zila devolve na mesma medida que recebe: caça grande de quarto com Manuel e caça grande ou embiara inteira e de banda com Raimundo.

Entre os grupos domésticos aliados de dona Lucíola, os caçadores Zamundo (genro) e José (filho) só vizinham caça grande com a casa da velha. Entre as casas dos cunhados José e Zamundo se vizinha caça grande e também embiara. Segundo o padrão de distribuição de carne, Lucíola não está sendo bem provida pelos seus homens de referência. Isto talvez se deva ao fato de não haver caçador na casa de Lucíola, portanto a casa só recebe e não retorna a vizinhança de carne.

Existem duas fórmulas de prestação de serviços entre os moradores dessa colocação, trocar e dar dia de trabalho. Dar dia de trabalho é diferente de trocar. Dar não significa que deve-se retribuir um dia, é dia dado. Fala de Concebida "é para dar mesmo". Combida e Zamundo dão dia e recebem dia de Lucíola. É um sistema de ajuda mútua. Trocar exige obrigação de retribuir e podem ser serviços diferentes: Zamundo trabalha um x de dias no roçado de feijão de Mundinho e, o mesmo, deve-lhe a mesma quantidade de dias na construção de sua futura casa.

Nas vizinhanças todo mundo troca dia com Mundinho da colocação Limeira. Ele é filho da irmã de seu Zé Cordeiro, marido de Lucíola, portanto sobrinho do



mesmo e de Lucíola, primo primeiro de José e Concebida. É também cunhado de Raimundo, Manuel, Adão e Francisco Alves (do Cafezal), por ser casado com a irmã deles Maria Lúcia e genro de dona Mazília. Por estarem tais relações de parentesco associadas à reciprocidade envolvendo um forte homem adulto, Mundinho é muito solicitado por todos os moradores do Depósito..

Anexo A - Grupos Domésticos da colocação Depósito -

1. Casa de dona Mazília "Zila" Alves da Costa

Na casa de Dona Mazília Alves vivem ela, o filho Adão (17), a filha Maria (21) e os dois pequenos de Maria: Raimundo Nonato (5) e Raimunda Nonata (6 meses). Sua filha Maria, que é mulher solteira já foi convidada a se casar, mas, preferiu ficar perto da mãe. Nas casas em volta da casa de dona Zila vivem dois de seus filhos casados, Raimundo e Manuel Alves e, respectivos grupos domésticos. Na colocação abaixo, Águas Belas vivem sua filha Maria e o genro Mundinho. Na colocação acima, Palheira vive seu outro filho Francisco.

As duas noras do Depósito são também sua afilhadas de fogueira: Margarida esposa de Raimundo e Teresinha esposa de Manuel. Dona Mazília é aposentada pelo Funrural há seis anos e recebe um salário mínimo mensal que deve buscar em Cruzeiro do Sul de dois em dois meses. Com esse dinheiro consegue comprar duas

latas de óleo, dois litros de querosene, duas barras de sabão, eventualmente uma rede, coberta, chinela. Paga uma galoneira de óleo diesel pela viagem e ainda divide essa pequena estiva com seus filhos vizinhos, estiva que chega a durar dois meses mantendo três casas e treze pessoas:

- Às vezes não trago nada porque o pessoal me engana...

Roçados

Em agosto de 1994, Adão filho de dona Zila, começou a brocar um roçado de roça e vai plantar 1.500 *maniva* (rama de roça ou macaxeira). O agricultor broca ou desmata os *paus finos* e, e derruba os *paus grossos* depois a terra descansa três dias e aí se toca fogo. Mil e quinhentas manivas dão de comer a uma família de três adultos e duas crianças durante um ano, a roça é mulatinha, atura bem debaixo da terra. Dona Mazília conta como obtinha farinha, antes de Adão ficar grande o suficiente para brocar um roçado desse porte:

A gente está usando a roça do Mundinho [seu genro] para fazer farinha, até chegar a nossa roça nova daqui há um ano. Adão ajudou o Mundinho a brocar, derrubar e plantar as manivas. Maria ajuda os dois para tirar a mandioca e fazer a farinha. Quando a gente faz a farinha reparte por litro [de óleo de cozinha], 36 litros dá um paneiro e, a nossa casa fica com três paneiros. O milho a gente planta

junto com a roça do Mundinho, ano passado só deu para a criação mesmo. Guardei três litros [de sementes] para plantar junto com a roça nova, dá um ano de comida para a criação.

Roçado de feijão

O roçado de feijão e o roçado de tabaco são uma das fontes de renda monetária anual para os moradores do São João e também da vila Foz do Breu (dizem que "o forte da produção da Foz do Breu é o feijão"). Em 1994, o quilo do feijão estava sendo comprado em dinheiro por R\$ 0,25 centavos o quilo na área da REAJ. A venda *a troco de mercadoria*, ou seja, a troca direta de produto por mercadoria, subia o preço do feijão para R\$ 0,30 centavos o quilo.

Em 1997, o preço do quilo variava entre R\$ 0,50 e R\$0,60 centavos o quilo. Se o produtor vai até Cruzeiro do Sul vender o produto, pode aumentar ou diminuir o preço obtido, de acordo com a época em que escolheu fazer a venda. Se a necessidade o obriga a vender assim que colhe, certamente receberá os mais baixos preços do mercado. Dona Mazília nos conta como foi a produção de feijão em seu domicílio, no ano de 1994:

O roçado de feijão já apanhou, foi vendido na vagem: três sacos de cinquenta quilos na vagem, uma base de 75 quilos de feijão limpo . Foi vendido para um marreteiro na boca [do igarapé] que mora perto da foz do São João, o Jamil. O

Adão trocou por mercadoria: uma lata de óleo, 50 gramas de pólvora, um quilo de açúcar, três quilos de sal, meio quilo de chumbo, um litro de combustol [querozene], cinco caixas de espoleta 50, um pacote de bolacha e um saco de bombom [balas]. Plantamos sempre no mesmo lugar o feijão, o roçado fica descansando um ano.

Seringa

Corta mais no inverno, nesse tempo o Adão corta três dias por semana, nas segundas, nas quintas e nos sábados. Colhe duas latas de leite por dia, corta umas trinta árvores mais ou menos [24 litros por mês à CR\$ 1500,00 o quilo]. Guarda o leite em uma caixa e quando coalha, tira e põe no sol. Em cada 3,5 latas de leite tem três quilos de borracha, cada lata tem dois litros. Em sete litros dá três quilos. Mias ou menos 2,3 litros de leite dão um quilo de borracha

Caça e marisco

A caça tá meio pouca, ontem o Adão saiu e só matou um quatipurú [um esquilo]; tinha uma banha. A gente vizinha embiara com o Raimundo e com o Manuel só caça grande. A gente sai para mariscar umas quatro vezes na semana, dá mais é surubim, bode, curimatã, mandim. Quando pega vinte mandins é bom.

Praia

Plantamos melancia de semente preta, uma praia abaixo do Apuí [árvore grande caída igarapé abaixo, que serve com referência espacial]

2. Casa Manuel "Néu" Alves e Teresinha "Morena" Gomes

Manuel tem 17 anos e é filho de dona Zila e do falecido Antônio Alves e irmão de Raimundo, seu vizinho. Em 1994, Manuel estava casado há dois anos com Teresinha Gomes Soares, de 16 anos. Os pais de Teresinha são Sebastião Gomes e Lucila Sales que vivem em uma colocação na boca do São João com oito filhos solteiros; foi de lá que Morena fugiu com Manuel.

Teresinha tem um irmão, Domitílio, que está casado na colocação vizinha Cafezal, igarapé acima. Sua irmã Ozélia também vive ali casada com o irmão de Manuel, Francisco Alves. Os descendentes de casamentos desse tipo, duas irmãs casadas com dois irmãos, são chamados localmente de *primos carnaís*, diferenciando-se do termo primo legítimo e/ou primeiro [explicação local "primo carnal porque meu sangue é o mesmo que o teu"]. Teresinha e Manuel não têm filhos.

Roçados

O Manuel brocou um roçado lá no Cafezal, plantamos tabaco em maio e ainda estamos colhendo [21/08/94], deu de fazer uma arroba [128 libras] de tabaco. E ainda plantamos mil e quinhentas covas de roça mulatinha e roxa em outubro passado [1993] que vai estar boa no começo do ano [de 1995]. A gente estando sem roça fizemos duas vezes farinha da roça do Raimundo, tirava a macaxeira, limpava e fazia a farinhada tudo junto. Teresinha Gomes.

3. Casa de Raimundo Alves e Margarida "Marga" Linhares

Nessa casa vivem o casal Raimundo, 26 anos e Margarida, 23 anos e seus três filhos, Silvane, Ediane e Edivane, na época com sete, cinco e três anos respectivamente. Apesar ser um ano mais nova do que eu, Margarida me fazia sentir uma menina. Foi carregada por Raimundo durante uma festa no igarapé São João quando tinha 15 anos e morava no Paranã dos Moura, próximo a Cruzeiro do Sul.

Raimundo carregou-a para a mata, onde passaram a noite em uma casa de farinha juntamente com outro casal de fugitivos. Na manhã seguinte, mesmo não tendo consumado o delito, segundo Margarida, o casal segue para a casa de dona Zila. De onde só saíram após construírem casa própria. Marga é uma mulher emancipada da floresta: é associada e secretária da diretoria executiva da ASAREAJ e foi a primeira mulher fiscal colaboradora do IBAMA na Reserva.

Raimundo é o responsável pelo motor comunitário de fazer farinha do igarapé São João trocado por votos com a prefeitura de Marechal Thaumaturgo. Sendo responsável é ele também quem se desloca com o motor pelo igarapé ou delega a atribuição para o(a) chefe da farinhada. Ele é zeloso e deve ir junto com o motor.

Margarida sua esposa, assim com todas as esposas, funcionam como um banco de memória da vida econômica e social em família, parentesco, roçados, idades. Durante as entrevistas formais "de gravador" com Raimundo, a todo instante ele pedia dados para Margarida e muitas vezes dizia que ela sabia mais do que ele em relação ao monitoramento geral das atividades da colocação: "Como é mesmo , Margarida, quantos litros plantamos, quanto vendemos". Agora se o assunto é borracha, Raimundo presta inúmeras informações na ponta da língua.

Roçados e seringa

Sobre as capoeiras nos fala Margarida:

A gente tem bem umas dez capoeiras de roçado. Depois de três anos descansando dá de plantar roça de novo, roça mais milho. Já plantamos roça três anos seguidos no mesmo roçado. Para feijão é bom esperar três anos...

Raimundo:

Hoje a agricultura vale mais à pena, o corte da seringa fica em segundo plano. Cortava mais no tempo dos patrões, eles queriam borracha, plantava para inteirar. O patrão brincava com o medo, quem tinha medo ele abusava. Quem não tinha medo, ele adulava. Por brigar o patrão perdia muito, não podia entrar ninguém no seringal [para vender mercadoria], o patrão mandava prá trás. O seringal era cheio de gente e dava questão: um queria tomar a estrada do outro. Mesmo que o patrão roubasse o pessoal ficava aqui por causa da mercadoria. Se existisse mais mercadoria ia ser melhor e o pessoal não iria embora. Muitos foram embora porque acabou-se a mercadoria. O pessoal diz:

- Rapaz, ficar aí para quê ? Para passar fome ?

Estranhei muito a mudança, eu me alimentava mais quando eu cortava seringa. Estranhei muito plantar porque antes me dava melhor. O trabalho na seringa é melhor que na agricultura. Comecei de pequeno mesmo, cortei muita seringa. Trabalhava quatro dias por semana na seringa e dois dias no roçado, hoje é o contrário.

Seu amigo Chico Cordeiro, colocação Limeira completa:

Pegava mais dinheiro mesmo, tinha situação melhor. A gente ficava na sombra o tempo todo...

[E a cooperativa ?]

Raimundo:

O problema é que não tem aviamento. Não tem mais fiado, eu entrego o produto e pego mercadoria. Não tem mais ajuda para começar o trabalho... Quando eu chego na cantina do Calilah [Sarah], ele diz: - isso aqui é tanto e vira as costas; sabe que o cara tem que comprar. Vai um seringueiro lá comprar uma mercadoria e ele: - E na Associação não tem não ? O Calilah está aí há uns quarenta anos, era dono do São João, mandava prender, açoitar, empataava a saída do pessoal.

Chico:

Antigamente ele chegava e cortava a madeira que ele quisesse. E não é que eu me orgulhe, não, mas, agora se ele cortar, eu empato ele. Mas, antigamente era mais bem alimentado. Tomava café e bebia leite comia com óleo. Óleo é raro, o leite nem se fala que não se vê. A criança antigamente era mais forte, hoje qualquer tipo de donça se enfraquece logo.

4. Casa de dona Lucíola Barbosa da Silva

Dona Lucíola teve dez filhos. Amarízio, o mais velho faleceu e Marinízia, sua filha fica com a avó. A filha Maria Divina, 21 anos (1994) é aleijada e vive com a mãe. Os dois filhos seguintes, Francisco e Maria Santíssima, também faleceram jovens. José, chefe da casa vizinha, tem 18 anos. Seguem-se Maria Aparecida, que

mora na margem do Juruá, Ronaldo, casado na colocação Remanso da Extrema, rio Juruá, Maria Concebida, recém junta com Raimundo, 15 anos, Maria da Paz "Xéo", 13 anos e Maria das Dores, "Nenê", 12 anos.

Dona Lucíola mantém sobre a sua autoridade as casas vizinhas de seu filho José e de sua filha Concebida. Zamundo, o genro e José trabalham principalmente abrindo os roçados com machado; técnica conhecida como derrubada. Por ser um serviço muito pesado é considerado um trabalho próprio do masculino. Lucíola tinha na época dois bananais com 400 e 1500 covas de banana. Um roçado de roça novo "de 120 por 150 passos; todos feitos por ela, com o auxílio dos homens da casa apenas na derrubada :

Plantamos 3.000 maniva de roça mais sete litros de milho. A roça vai estar pronta em outubro do ano que evém. Depois da roça eu planto feijão, em capoeira de roça, espero três anos para o mato crescer bem. Esse roçado de roça novo era capoeira de três anos, eu esperei três anos para brocar, aí derrubei e não queimei. Plantei feijão, colhi e agora plantei outro roçado de roça. Lucíola Barbosa.

Apesar da ajuda é Lucíola quem mais trabalha no pesado e no leve e é possível que arquitete os casamentos dos filhos em função das necessidades de seu grupo doméstico (sua casa e a de seus filhos vizinhos). Exemplo disso é ter mantido a cunhada Francisca próxima a si, casando- a recém viúva com seu filho solteiro e

legitimando um casamento imoral para os padrões do seringal; o casamento entre cunhados (mesmo em casos como esse de falecimento).

5. Casa de José Barbosa da Silva e Maria Francisca de Lima

José de 18 anos é filho de Lucíola Barbosa da Silva e é casado com Maria Francisca Lima, 30 anos, meia irmã de seu cunhado Zamundo. Francisca, nascida na colocação Mira Na Lata, rio Juruá, fora casada com um irmão de José, Amarízo, falecido ainda jovem por afogamento. Tiveram uma filha, Marinízia, filha adotiva de Lucíola, duas vezes sua sogra. Francisca tem outra "menina de cunhado" criada por seu pai Raimundo Lúcio, atualmente morador da colocação Águas Belas.

José e Francisca moram no Depósito vizinhos a Dona Mazília e são conhecidos localmente pela "falta de coragem", sinônimo para preguiça. São os pais do casal, Lucíola Barbosa e Raimundo Lúcio quem praticamente os sustenta.

6. Casa de Maria Concebida "Combida" Barbosa da Silva e Raimundo Mariano Lima "Zamundo"

Maria Concebida Barbosa da Silva tinha 15 anos em agosto de 1994 e seu marido Raimundo Mariano Lima, 17 anos. Os pais de Combida são a vizinha Lucíola Barbosa e seu ex - marido José Cordeiro da Silva. Os pais de Raimundo são Rosa (já falecida) e Lúcio de Lima, morador da colocação abaixo Águas Belas.

Raimundo é irmão, por parte de mãe, de Maria Francisca, esposa de seu cunhado José (irmão de Combida).

Zamundo recebe atenção especial da sogra Lucíola por ter problemas de saúde decorrentes de muitas malárias. Lucíola abre roçados para ele, ajuda-o a colher feijão e divide uma parte da sua produção de farinha de mandioca com a casa do genro e da filha. Tanto a casa de Zamundo, como a casa de José vivem "encostadas" na casa e na força de trabalho da velha Lucíola e é ela quem orienta as atividades produtivas do filho e do genro.

Roças e roçados:

Tem dois roçados antigos de feijão que vão ser reutilizados, do ano passado (1993), um no igarapé João Gomes, outro na área de roçados próxima a casa de Lucíola. Ambos já foram brocados falta tocar fogo. Não sabem ainda o que vão plantar, possivelmente milho, roça, banana e cana.

Ofereceram um dos roçados prontos para Lucíola plantar e pensam em pedir-lhe um espaço em seu roçado novo de roça para plantarem milho. Em um roçado do pai na colocação Águas Belas, Zamundo plantou um roçado de cana. Plantaram melancia, próxima a casa de Lucíola, e a criação da sogra comeu os brotos assim que vingaram. Zamundo comenta:

- Tá dando problema o gado, as ovelhas e os porcos comendo a roça e os roçados de um tanto de gente...

Concebida:

- O gado é da mamãe e do Raimundo e ficam soltos no pasto [próximo a casa de Luciola] . A mamãe tem também duas ovelhas que juntam com as ovelhas da Chica do Aranha e do Torota [moradores de colocações acima]. O Torota disse que vinha buscar...

Combida:

O Zamundo e o Mundinho fizeram a casa juntos e nós mudamos para cá ontem. O Zamundo trocou dia no roçado de fijão do Mundinho [e trocar dia, como é ?] trocar dia é obrigação, dar dia é só para vir ajudar, para dar mesmo. A minha mãe dá dia prá nós e o Zamundo dá dia para ela. Por enquanto, nós comemos do roçado da mamãe, nós e o José pegamos farinha dela pra comer. Ela tem três roçados de roça: têm dois que a roça tá boa, um que fica prá cima do rio, outro que fica do outro lado [do rio] e um outro que tá bom para o final do ano, que fica acima.

O Zamundo ajuda nos roçados, pega a mandioca junto, faz a farinha junto e pega dois ou três paneiros de farinha e, eu que estou buchuda, ajudo a descascar a macaxeira, lavar, fazer beijú, farinha puba e tirar goma. [E banana ?] Banana plantamos do outro lado, banana maçã, grande e seda, perto da roça da mamãe.

[O Zamundo corta seringa ?]



- *Corta a perna de uma estrada pequena em dois dias. Dá um frasco de leite cheio e fica sem cortar três dias [e a produção em um ano ?] Dá umas quatro, cinco pranchas de borracha, dá para comprar o bombril e o sabão...*

[E criação ?]

- *Temos seis galinhas, dois galos, duas pintas e dois pintos, quatro leitoas grandes e um leitão.*

5.3. A Foz do Breu; território e teias sociais

Mesmo extinta a propriedade seringalista e criada a reserva extrativista, José Ida Ferreira e sua mãe, Ernestina, são respeitados como patrões, revivendo práticas e direitos ditos costumeiros dos patrões. Trocar trabalho por mercadoria, assistir, aviar, colocar. A propriedade privada juridicamente desapareceu, no entanto, aparece nas falas e no cotidiano.⁵⁹ Em 1994 fiz um censo da vila e esta contava com dezesseis casas e oitenta e seis moradores. Destes, quarenta e seis eram parentes consanguíneos dos três irmãos: filhos, netos e bisnetos e sobrinhos legítimos. Nove dos moradores estavam ligados por laços de afinidade com os “cabeças de linhagem”, Ernestina, Raimundo e Roseno.

⁵⁹Ernestina, ao se referir ao campo que envolve a vila, comenta: “Esse campo é meu”. O campo foi aberto pela família de seu falecido esposo, Dulcílio Ferreira Batista, o que localmente garante a ela a posse.

Das 20 casas e 100 moradores que a vila possuía em janeiro de 1996, treze casas eram de parentes consanguíneos dos três irmãos. Nove casas eram de filhos dos três velhos e permito-me perceber que os três velhos estrategiaram para que seus filhos permanecessem em torno deles. A vila, aberta inicialmente como entreposto comercial de seringal, torna-se um reduto de várias famílias, os sobrenomes de patrões, afins e parentes misturam-se. Os veteranos procuram agregar em volta de si parentes, sejam eles sanguíneos, afins ou simbólicos, intensionando afeto, boa vizinhança.

São várias técnicas utilizadas pelos veteranos para adquirerem gradativamente melhores condições de vida e segurança para si e os seus e a manutenção das famílias dos filhos na mesma colocação é uma delas. O casamento entre primos primeiros, segundos ou distantes, serve para manter o território em mãos de chefes parentês entre si, o que sem dúvida é um forte delimitador dessa fronteira.

Apesar deste forte elo de casamentos e redes sociais (e ao contrário da colocação Depósito), o espaço da Foz do Breu parece ter de ser assegurado continuamente, através das relações de assistência. Não existem inúmeros roçados coletivos, como no Depósito; os roçados são individuais e os dias de trabalho podem ser trocados entre os chefes, ou ainda, vendidos ou trocados por mercadoria com os aposentados e *marreteiros* (comerciantes) locais. Na vila Breu, a mercadoria dos velhos aposentados não é distribuída entre as casas dos filhos; é vendida ou serve em

trocas diretas por força de trabalho com vizinhos, parentes e empregados. A aposentadoria serve como uma espécie de *aviamento* revisitado.

O *aviamento* consistia em um acordo entre patrão, gerente de seringal e trabalhador. O seringueiro, recém chegado, recebia uma colocação com estradas de seringa e um adiantamento em mercadorias e/ou instrumentos de trabalho (faca de seringa, terçado, espingarda); o *aviamento*.

Em troca, o seringueiro deveria pagar as dívidas e a *renda* (aluguel anual) sobre as estradas de seringa que cortava; não podia comprar mercadoria, nem vender borracha para mais ninguém. A borracha produzida anualmente pelo seringueiro saldava, ou não, suas dívidas com o barracão. O patrão possuía o monopólio da comercialização da borracha e da venda de mercadorias em seu seringal. Desta maneira, mantinha o seringueiro economicamente dependente do *aviamento* e da assistência.

Atualmente, os aposentados e outros comerciantes da Foz do Breu, *aviam* ou adiantam mercadoria para os moradores; se o trabalhador não produz feijão ou tabaco suficiente para saldar sua dívida, esta é convertida em dias de trabalho. Seu Roseno, ao adiantar três dedos de tabaco (R\$ 2,50 reais) ou uma garrafa de cachaça (R\$ 4,00 reais) para o morador, recebe em troca, um dia de trabalho de um homem adulto, que equivale localmente a dez quilos de borracha ou R\$ 7,50 reais em 1996.

A prática renovada do *aviamento* e da assistência me parece uma fórmula local para recriar relações de interdependência. No entanto, tal “dependência” mostra-

se lucrativa para comerciantes e trabalhadores; os moradores da Foz do Breu trabalham menos do que os moradores do Depósito e podem fazer festas em dia de trabalho (o que lhes atribuiu o estigma de preguiçosos). Quem trabalharia o dia inteiro se, com meio dia de trabalho vendido, pudesse viver mais confortavelmente ?

Ernestina Ferreira Batista, Ernestina Rodrigues da Silva

Todos os grupos familiares atuais da Foz do Breu são descendentes diretos dos três irmãos velhos Rodrigues da Silva. Entretanto é a parte Ferreira Batista da família, representada atualmente por José Ida, filho de Ernestina, que se considera "dona" da Foz do Breu. Ernestina argumenta em favor de sua posse; o marido e o sogro Ferreira Batista foram os responsáveis pela abertura do campo onde hoje está a vila. Pela regra da afinidade, mesmo com a extinção da propriedade privada na região, ela argumenta: "Esse campo é meu !"

Ernestina cujo sobrenome de solteira é Rodrigues da Silva, torna-se uma Ferreira Batista após seu casamento com Dulcílio Ferreira Batista, filho do patrão Cândido Ferreira Batista, o "Ferreirão". A família Ferreira Batista foi responsável pelas correrias de caboclo na região e pelo início do amansamento de índios, sua escravidão e servidão. Além disso, através do comércio e boas relações de vizinhança com os peruanos mantiveram o limite da fronteira.

Pequena história de Ernestina

Ernestina, atualmente com 76 anos, nasce por volta de 1920, filha do seringueiro cearense João Rodrigues da Silva de Aracati- CE e de uma cariú, uma acreana legítima, dona Ursulina Maria da Silva. João e Ursulina tiveram seis filhos: Ildebrando, Raimundo, Ernestina, Roseno, Sebastião e Maria. Apesar de considerar sua mãe uma cariú, uma "branca acreana", Ernestina lembra que seu bisavô materno era índio, em sua linguagem um caboclo. Os parentes cearenses de seu pai, nunca chegaram a visitá-lo no Acre.

Ernestina chega na Foz do Breu, por volta de 1940, pelas mãos de seu futuro cunhado Thaumaturgo Ferreira, irmão de seu futuro esposo Dulcílio Ferreira, ambos filhos do patrão Cândido Ferreira Batista. Ernestina vivia então em Cruzeiro do Sul quando foi convidada por Thaumaturgo, à época gerente do barracão do pai, para trabalhar de empregada em sua casa, na Foz do Breu.

Quando cheguei aqui, quem morava era meu cunhado Thaumaturgo, a esposa e uma família de portugueses, família Ruela, do cunhado de Thaumaturgo. Ele me iludiu, iludiu até que eu vim trabalhar na Foz do Breu. O pai deles, Cândido era patrão. O Cândido que pelejava com toda essa gente, a caboclada...

Trabalhavam em madeira, depois começaram a trabalhar em seringa. Aí que abriram as estradas, quando veio a época da borracha. Que eu sei, o primeiro patrão aqui da Foz do Breu foi Bonifácio, e depois, meu sogro Cândido. Teve também Izabel, uma peruana.

Na Foz do Breu, trabalhando como empregada do patrão conhece Dulcílio e se casa, tendo com este dez filhos: Dejanira, Cândido, Dulcídia, Ernecília, Luzia, Vitória, Maria Amélia, Ilda e o caçulo José Ida (há boatos de que Zé seria filho de um peruano). Após a morte do pai, Thaumaturgo começa a tocar os negócios da família e Ernestina convida dois de seus irmãos, Raimundo e Roseno, para viverem com eles na Foz do Breu. Seu marido Dulcílio, filho de patrão, chega a cortar seringa no seringal Caipora. Papéis e hierarquia dissolvem-se em busca da ocupação acreana do espaço.

Ernestina: tecendo limites locais através do território

Um acreano casado com uma portuguesa, convida outra acreana para trabalhar como sua empregada na fronteira com o Peru. Rio acima e rio abaixo índios brabos e mansos. A empregada torna-se cunhada. O espaço é gerido por patrões peruanos e brasileiros e uma patroa; Izabel, da qual não tenho outras referências senão seu pioneirismo radical.

O espaço é usurpado de inúmeras nações indígenas. A borracha exige uma certa fixação no espaço ao contrário do caucho. A falta de mulheres, no início da exploração econômica dos seringais acreanos, permite uniões entre patrões e empregados e entre brancos e índias. Os laços de consanguinidade, afinidade, os laços de compadrio, o comércio de mercadorias e de mulheres e a assistência conspiram em favor da ocupação.

Com a morte de Dulcílio e posteriormente de Thaumaturgo, Ernestina se torna a única proprietária dos seringais do Breu e também uma veterana ⁶⁰, ou seja, um das moradoras mais velhas (até o momento não consegui saber o que aconteceu com os descendentes de Thaumaturgo e com a família de seu cunhado, o português Ruela). Como que para assegurar a ocupação Ferreira Batista no local, Ernestina mantém entorno de si seus irmãos, os filhos destes e os seus próprios filhos. A estratégia principal consistiu em casar seus filhos, sobrinhos e atualmente seus netos e bisnetos, com famílias acreanas que viviam nas proximidades da Foz do Breu.

Outra estratégia são os vários casamentos entre primos de terceiro e segundo grau e pelo menos três casamentos entre primos primeiros ou legítimos que assegura a legitimidade da família sobre a terra. Como também era parteira, diz ser comadre de mais de quarenta índias Ashaninka e Kashinawa fora suas comadres brancas e,

⁶⁰ Os veteranos são chamados para opinar quando ocorre qualquer conflito de propriedade no local que vivem. Também quando alguém chega *novato* na colocação, deve primeiro perguntar ao morador veterano aonde pode fazer sua casa e seu roçado. Se o novato não for má pessoa aos olhos do veterano, ele poderá construir sua casa e viver por ali o tempo que quiser.

seguramente, mãe velha de dezenas de caboclinhos. Ernestina conta porque é tão respeitada por seus vizinhos, clientes e parentes:

Eu fiz muito de graça aqui, eu fui pai e mãe de peruano, de brasileiro e de Kampã, eu sempre toda vida trabalhei na mata. Roseno, meu irmão, queria repartir os meus filhos quando enfiu. Ninguém me via de dia, trabalhava no roçado, na praia, criava porco, galinha, gado, trabalhava em todos os roçados. Eu negociava com os peruanos, vendia as coisas, tomate, ovos e mercadoria, fazia comércio, costurava para a kamparia...

Redes sociais na Foz do Breu

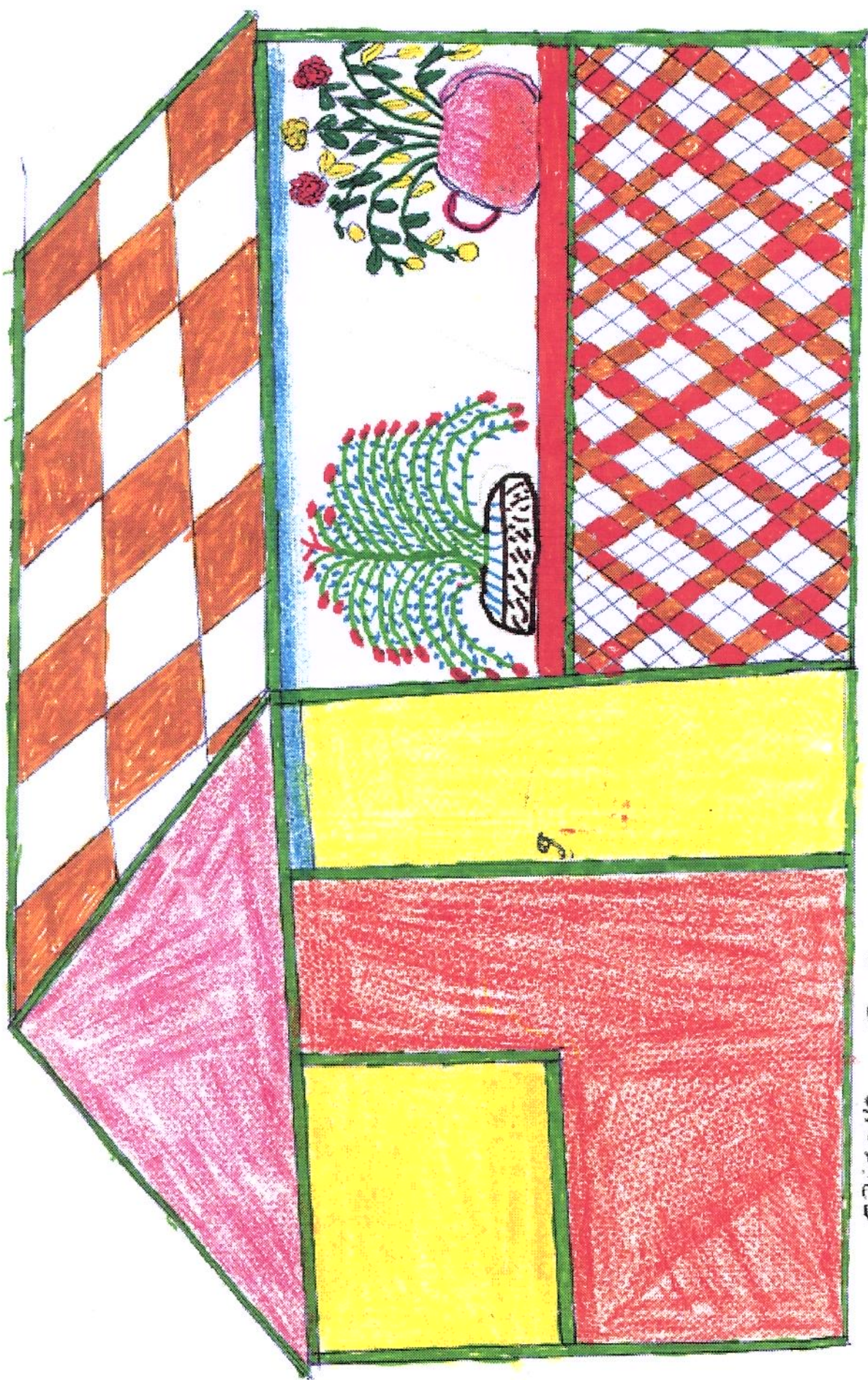
A história de vida de Ernestina somada a história oral da ocupação local (que valoriza a valentia da ocupação Ferreira Batista) asseguram a Zé Ida, seu filho, intenso respeito e autoridade para resolver questões locais. E também pode ser o motivo dos inúmeros encargos administrativos que recaem sobre Zé Ida como a subprefeitura, a subdelegacia e as atividades de fiscal colaborador do IBAMA.

Certamente, Zé possui autoridade semelhante a de um veterano, visto ser o único homem descendente direto dos patrões antigos, que ainda reside na vila. Nas rodas de fuxicos locais ouvi dizer que Zé não é filho de Dulcílio e sim de um peruano, entretanto, situa-se na linha de herança do patrimônio.

Ernestina conquista espaço orquestrando alianças, políticas, econômicas e simbólicas. Através de seu próprio casamento cavoca um espaço seu, que posteriormente será preenchido por seus parentes. Permito-me pensar em uma Ernestina tecendo relações sociais como uma aranha, consciente de um patrimônio e bem estar a ampliar através das relações de aliança e reciprocidade.

Ela parece manipular a noção de família conforme seus interesses e os de sua família. Agrega em volta de si, parentes consanguíneos, afins e simbólicos que vão dando contorno às fronteiras invisíveis dos papéis, projetos e acordos internacionais. A noção de família é maleável e os moradores manipulam tal noção, garantindo segurança na vida adulta através do acúmulo de relações de reciprocidade e afeto.

Vários moradores da vila, comerciantes e aposentados, revisitam práticas de antigos patrões como a assistência e o aviamento. No aviamento, “patrão” e “empregado” trocam diretamente força de trabalho por mercadoria. Se há dívida, esta é convertida em dias de trabalho que o empregado deve ao patrão (é rara a circulação de moeda na região). Os favores, prestações e contra prestações mútuos, manipulam saldos, dívidas e servem como reguladores de sobre exploração. A interdependência entre “patrões” e “outros”, agregados, parentes, empregados,



ERIZONS Pinheiro
Marta Souza

permite que as pessoas trabalhem relativamente menos na Foz do Breu; se falta alguma coisa em casa basta bater à porta do marreteiro ou vizinho mais próximo e estabelecer uma dívida com ele; pegando *emprestado*. Tanto é assim que os moradores do Breu são tidos como preguiçosos e afeitos a festas em dias de trabalho. Os homens adultos da vila podem passar mais tempo caçando do que outros chefes de família que conheço.

As mulheres são responsáveis por sutis orquestrações espaciais decorrentes dos casamentos de filhos e filhas. Conheço no entanto, casos de velhos chefes de família que também costumam limites com seus vizinhos e amigos. Tal procedimento não é exclusivo das mulheres, mas, elas são *experts* no assunto. Se um dia, você for ao Acre, solteira ou solteiro, perceberá o quanto as mulheres tricotam objetivamente as relações de afinidade e simbólicas visando a melhoria das condições de vida de suas colocações. No caso da vila Foz do Breu, Ernestina tecendo seus limites constituiu uma (ou várias) fronteiras. A fronteira oficial entre Brasil e Peru no local, é constituída por redes de amigos e parentes que atravessam o limite internacional como quem atravessa a soleira da casa de um grande amigo.

Anexo B - Os grupos domésticos da Foz do Breu

Falaremos agora sobre a constituição dos grupos domésticos, as casas, parentesco e arranjos entre as casas da Foz do Breu. Possuo dados de dois anos

diferentes e resolvi agregá-los da seguinte maneira: primeiro aparecem os dados de 1994 e, complementando a informação, dados de 1996. O número ao lado do nome, identifica o indivíduo à genealogia por casas ou domicílios. O primeiro nome é sempre do(a) chefe de família, seguido do(a) esposo(a), filhos em ordem de idade. Outros moradores da casa são especificados. A idade atual do chefe citada na primeira linha é calculada sobre dados de 1994.

CASA 1

Chefe: Ernestina Ferreira Batista, 76 anos, aposentada

1994 = 5 moradores

1996 = vazia

1997 = vazia

Em 1994, a casa 1 contava com cinco moradores: Ernestina, 72 anos, Francisca "Chica", 23 anos, filha de uma sobrinha de Ernestina, os filhos de Chica, Hélio e José e "Roxo", 14 anos. Roxo é filho de criação de Maria Amélia F. Batista (casa 4), filha legítima de Ernestina. Roxo mora com a avó de criação e executa serviços de um jovem adulto, racha lenha, pesca, faz farinha, ajuda nos roçados é um pequeno grande na opinião da avó.

Chica é uma mulher solteira com dois filhos e não tem companheiro fixo. Muitas vezes as mulheres solteiras vivem nas casas de pais, parentes ou amigos da família, trocando seu trabalho pela garantia de sustento dela e dos filhos. Em 1996,

Ernestina vai para Cruzeiro do Sul tratar da saúde, possui casa própria na cidade. A família de Grilo (casa 13) fica quase um ano cuidando da casa de Ernestina. Em 1997, Ernestina viaja para o Peru, para visitar suas filhas casadas, em Pucalpa e Lima.

CASA 2

Chefe: José Ida Ferreira Batista, agricultor, 38 anos, subprefeito

1994 = 5 moradores

1996 = 5

1997 = 4

Em 1994 viviam nessa casa Zé Ida, a esposa, Íris de Fátima, 31 anos, os filhos Uanderson, 6 anos e Andreza, 3 anos e Ioná, 10 anos. Ioná cuidava das crianças e ajudava nos serviços da casa. Deixou o emprego em 95 sendo substituída por Gadiê, prima de Íris. Ioná, cuja família morava seis horas de canoa abaixo da Foz do Breu, na Fazenda Bandeirantes, foz do São João, partiu com os seus para Cruzeiro do Sul. Em 1997, Íris espera um bebê e Gadiê volta para Cruzeiro do Sul.

José Ida ganha um salários como subprefeito e Íris ganha o mesmo como professora. Isso permite que possuam mercadoria para ser trocada por mão de obra indígena, peruana e brasileira. Muitos moradores da Foz do Breu têm dívidas de mercadorias e cachaça com Zé Ida, seus tios Roseno e Raimundo Rodrigues. Tais dívidas são anotadas e convertidas em dias de trabalho que o devedor paga

posteriormente ao credor. Isso significa acesso a força de trabalho de homens adultos por baixos preços e com lucro de cem por cento sobre o valor da mercadoria ⁶¹.

CASA 3

Chefe: Renato Mota, delegado

1994: 2 moradores

1996: 3

1997: vazia

Renato chegou a morar quatorze anos na vila como subdelegado, enfermeiro e criador. Figura ímpar de procedência desconhecida reúne todas as boas e más qualidades de um ocupador das antigas. Fala mais de uma língua, arrancha muitos viajantes e pesquisadores e é exímio contador de histórias e memorialista. São célebres suas relações amorosas com índias muito jovens e foi acusado de incesto. Era patrão de muitos índios ashaninka e kashinawá, brasileiros e peruanos (se diz que teve mais de quarenta indígenas a seu serviço).

Com a ajuda de seus empregados, trocando mercadoria por trabalho, criou bodes e gado, abriu roçados grandes, vendeu borracha e carne de caça, construiu barcos e benfeitorias em sua casa. Em 1996, passa um período na Foz do Breu com as duas filhas jovens e muda-se, no mesmo ano, para o município de Marechal Thaumaturgo, onde passa a exercer o cargo de delegado do município. A casa que

⁶¹Preços dessa troca direta entre mercadoria e força de trabalho. Em 1994, um dia de trabalho de terçado valia uma garrafa de cachaça (R\$ 3, 00 reais) ou três dedos de tabaco. O dia de machado e o dia de colheita de feijão valiam R\$ 5, 00 reais. Em 1996, o dia subiu para R\$ 8,00 reais mais almoço, a cachaça custava R\$ 4,00 reais, o quilo do açúcar, uma pilha grande ou um maço de cigarros peruanos valiam R\$ 2,00 reais.

Renato usava já fora escola e abrigava o gerador de luz e a antena parabólica cedidas pela administração municipal. Com a saída de Renato da vila, Rosenildo Matias assumiu os encargos de agente de saúde.

CASA 4

Chefe: Maria Amélia Ferreira Batista, 41 anos, agricultora

1994 - 1997 = 2 moradores

Amélia é irmã e vizinha de Zé Ida e é junta com um caboclo kashinawá por apelido "Bichão". Antes de Bichão, Amélia foi junta com um patrão de *seringal de caboclo* do rio Jordão, terra que pertence atualmente a Área Indígena Kaxinawá do Rio Jordão. Seringal de caboclo são os seringais conhecidos pela mão de obra exclusivamente indígena.

Separada do primeiro marido voltou para a Foz do Breu junto com o filho de criação Roxo e construiu uma casa com ajuda do irmão e de outros moradores. Quando a conheci em 1994, estava sem marido há dois anos e era recém junta com o caboclo Bichão. Como a casa é de "Mélia", ela é a chefe e o convite para viverem juntos partiu dela. Mélia segue os passos de sua mãe Ernestina, sua casa está sempre aberta e frequentemente vai para a casa da mãe ajudá-la com as visitas. Pelos seus cálculos, Amélia tem mais de vinte afilhados indígenas e outros tanto compadres e comadres espalhados nas cabeceiras do Breu e do Jordão.

CASA 5

Chefe: Zélia Tavares

1994 = 1 moradora

1996 - 1997 = vazia

Zélia era esposa de Duca (casa 6). Após acusações de infidelidade, o marido pediu que saísse de casa. Zélia passou a morar em uma casa que pertence a Amélia, vizinha a esta e atrás de sua antiga casa. Zélia fazia suas refeições na casa do ex-marido que ficou com os filhos do casal, até partir para Cruzeiro do Sul em 1996. Amélia, por ser a chefe de sua casa, pôde, por exemplo, receber Zélia o que certamente não aconteceria se o chefe fosse um homem. Zélia tem uma irmã que trabalha e vive no Peru, Mariquinha. Ambas são irmãs de Maurício Rodrigues, primo legítimo de Ernestina (ver genealogia Foz do Breu).

CASA 6

Chefe: Manuel Tavares da Silva, “Duca”, 67 anos, aposentado como soldado da borracha, agricultor

1994 = 7 moradores

1996 = 4

1997 = 4

O velho Duca veio do seringal Revisão, rio Jordão e não tem parentes na Foz do Breu. Em 1994 viviam em sua casa os cinco filhos Everaldo, 24 anos, Evandro

"Beba", 22 anos, Evanildo "Cabeludo", 19 anos, Charles "Tuta", 13 anos, Evandro "Nêgo", 12 anos e a nora Fátima, 17 anos, esposa de Beba.

Em 1996, a casa seis gera duas novas casas, uma na Foz do Breu e outra no Peru. Evanildo Cabeludo sai de casa e vai morar no Tipixca, com uma enfermeira peruana e os dois filhos dela. Evandro Beba constrói sua própria casa (casa 16) e se muda da casa do pai, com Fátima e o filho recém nascido Tiago.

Em 1997, os filhos tentam convencer o pai a se casar com a viúva Carmina, moradora de uma colocação acima, a Seringueira. Todos argumentam, inclusive o público em geral, que os dois sendo viúvos podem se fazer companhia e viver melhor. Até março de 1998, a última vez que estive na Foz do Breu, os dois ainda não haviam se decidido e Duca estava passando um tempo na casa de sua mãe em Rio Branco visitando a filha que ficou lá após a separação.

CASA 7

Chefe: Antônio Firmino, agricultor e carpinteiro

1994 = 4 moradores

1996 = 6

1997 = 4

Em 1994 viviam na casa de Antônio, a esposa Laidimar "Leidi" Viana e os filhos Paulo, 13 anos e Nataniel, 3 anos. Em 1996, chegam-se a casa "Tei", irmão de

Leidi e Ivanilde, 15 anos, sua esposa. Tei é filho de de Dejanira Rodrigues e neto de dona Ernestina. Sua esposa, Ivanilde é sobrinha de Raimundo Correia, chefe da casa, casado com Marta, uma irmã de Antônio.

Em 1997, Tei faz uma casa para sua nova família. O casamento entre Tei e Ivanilde é um casamento gerado pelas grandes descendências, quando acabam as mulheres ou homens em um dos cantos da família, buscam-se parentes relativamente próximos, uma geração posterior. O irmão de Tei e Leidi, Edílio "Grilo" Viana mora na casa 13. Outro irmão, Jesus Viana, mora na colocação Ofê, a última colocação do rio Breu na área pertencente à Reaj. O patriarca da família Edgar Viana mora na colocação Pau do Diabo, também no rio Breu, abaixo da colocação de seu filho Jesus.

Antônio Firmino também é de família próxima, seus pais vivem na colocação Helena, vizinha a Foz do Breu, baixando o rio Juruá. Sua irmã Marta Firmino mora na casa 10 e é casada com Raimundo Correia, irmão de Chico Correia, pai de Ivanilde. (Chico, pai de Ivanilde, cunhada de Antônio é irmão do cunhado de Antônio, Raimundo).

CASA 8

Chefe: João Rodrigues da Silva, " Dão", agricultor

1994 = 5 moradores

A casa oito é de propriedade do irmão de Dão, Antônio “Tatu”. Dão e Antônio são filhos de seu Roseno Rodrigues, irmão de Ernestina e Dão, enquanto construía sua casa, passou dois anos na casa do irmão que peregrinava atrás de cura pra uma filha acometida por doença rara. Dão é casado com Darly e tem três filhos: Daiane, Daniel e Daniela. Em 1996, depois de um novo casamento de Tatu com sua prima segunda, Véa, Dão e sua família passam alguns meses na casa do pai Roseno, até terminar a nova casa (número dezenove).

CASA 9

Chefe: Rosenildo Matias da Silva, “Papel”, agente de saúde, rezador e agricultor

1994 - 1997 = 7 moradores

Na casa nove vivem Papel, a esposa Maria da Conceição Firmino “Ceixa” e os cinco filhos do casal: Júnior, Maria, Egnaldo, Fábio e Bombom, o filho caçula, cujo nome oficial é esse mesmo..

Papel é filho de seu Roseno, irmão de Dão, Tatu, Chiquinho, primo legítimo de Zé Ida. Ceixa é irmã de Antônio (casa 7) e Marta (casa 12), todos filhos do casal Firmino, a cabocla Santa Rosina Elisa, agricultora e parteira aposentada e seu Miguel Firmino, cearense, curador e seringueiro aposentado como soldado da borracha.

CASA 10

Chefe: Francisco Costa da Silva, "Chiquinho", agricultor

1994 - 1997 = 11 moradores

Na casa onze vivem Chiquinho, a esposa Cristina "Boneca" e os nove filhos do casal José, Marinete, Cristiano, Rosa, Amarildo, Amazildo, Flaviano, Flávia e Adelson. Chiquinho é filho de Roseno, casa onze e irmão dos chefes das casas oito, nove e dezenove. Boneca é prima irmã de Chiquinho, por ser seu pai Raimundo Rodrigues (casa 15), irmão de Roseno. O tio legítimo de Chiquinho e também seu sogro. O mesmo vale para Boneca.

CASA 11

Chefe: Roseno Rodrigues da Silva, aproximadamente 70 anos.

1994 = 15 moradores

1996 - 1997 = 10

Em 1994, vivam na casa de seu Roseno, a esposa Nazaré e oito filhos, José, Mariazinha, Antônio "Tatu", Luzimar, Adson, Marison, Rosilene, Rocimar. Mariazinha tem dois filhos de seu casamento com Bichão (atualmente com Mélia, casa 4), Lucilene e Eduardo, que Roseno ajuda a criar. Na época também viviam na casa, os genros de Roseno, Ercílio, marido de Rosilene e "Branco", marido de Rocimar. Rosilene e Ercílio também tinham um filho recém nascido.

Em 96, Ercílio (casa 17) e Branco (casa 18) constroem as novas casas, vizinhas uma da outra, localizadas atrás da casa do sogro Roseno e dos cunhados

Papel, Dão e Chiquinho. Antônio "Tatu", filho de Roseno também se junta com Claidimar Viana e vai viver em sua casa (casa 8), que estava emprestada para seu irmão Dão, enquanto tatu não se casava. Dessa maneira saem da casa de Roseno em 1996: dois genros, uma nora, três filhos e dois netos e entra uma nova nora, Zilma, recém casada com o filho José.

CASA 12

Chefe: Raimundo Correia da Silva, agricultor

1994 - 1997 = 9 moradores

Na casa doze vivem Raimundo Correia, a esposa Marta Firmino, os seis filhos Maria, Francisco, Valdo, Angêla, João, Elisângela e o neto Marcelo, filho de Maria. Marta é renomada cesteira e é filha de Elisa, índia Santa Rosina e do velho Firmino, seringueiro aposentado, moradores da colocação Helena. Firmino e Elisa são pais de Ceixa (casa 9) e Antônio (casa 7).

CASA 13

Chefe: Edílio Rodrigues Viana, "Grilo", agricultor

1994 = 4 moradores

1996 - 1997 = 5

Em 1994 viviam na casa treze, o chefe Grilo, a esposa Maria de Jesus e os dois filhos Duílio e Francisca. Em 1996, nasce o caçula Francisco. Grilo é filho de

Edgar Viana e "DeJesus" é filha de Carmina Viana. Edgar e Carmina são irmãos legítimos; se repete o casamento entre primos legítimos e a fórmula tio - sogro, tia - sogra.

CASA 14

Chefe: Eurico Rodrigues

1994 = 5 moradores

1996 = 4

1997 = ?

Em 1994 viviam na casa, Eurico, a esposa Liana Rodrigues da Silva e os três filhos do casal: Luzia, Marcos e Luziane. Em 1996, Luzia muda-se para a casa quinze onde vivem os avós, Mariana e Raimundo Rodrigues, que pedem à seus pais para criá-la. Ainda em 96, Liana deixa sua casa e vai para Cruzeiro do Sul, fugindo de fuxicos sobre infidelidade.

Nesse casamento, juntam-se primos de segundo grau. Maurício, pai de Eurico é primo legítimo de Roseno Rodrigues (casa 11), que por sua vez é irmão de Raimundo Rodrigues, (casa 15) pai de Liana. No caso, sogro e nora são primos segundos, e marido e mulher, primos terceiros.

CASA 15

Chefe: Raimundo Rodrigues da Silva, seringueiro aposentado, 78 anos.

1994 = 4 moradores

1996 - 1997 = 6

Em 1994 viviam nessa casa, o chefe Raimundo, a esposa Mariana, o filho Pedro e o neto de criação “Cló”. Em 1996, juntam-se à família, a neta Luzia, filha da filha - vizinha Liana e a jovem esposa de Pedro, Maria de Lourdes. Maria de Lourdes é filha de seu Nilo Faustino, morador da colocação Foz do Caipora, abaixo do Breu duas horas de canoa.

O velho Raimundo Rodrigues, aposentado como soldado de borracha fazia correrias de caboclo junto com Felizardo Serqueira e Thaumaturgo Ferreira, cunhado de sua irmã Ernestina. Seu Raimundo é renomado contador de histórias que costumam durar horas. Dona Mariana, sua esposa é parteira “fina”, daquelas com muita experiência no assunto e ambos são rezadores.

CASA 16

Chefe : Evandro "Beba" Tavares, agricultor

1996 - 1997 = 3 moradores

Essa casa é construída em 1996, gerada pelo casamento do filho solteiro do velho Duca, Evandro (casa 6). Moram Beba, a esposa Fátima e o filho Tiago.

CASA 17

Chefe: Ercílio Viana, agricultor

1996 - 1997 = 3 moradores

Casa construída em 1996 por Ercílio, onde vive com a esposa e prima segunda Rocilene e o filho pequeno. A mãe de Ercílio, Dejanira é prima primeira de Rocilene, sua nora.

CASA 18

Chefe: Branco, agricultor

1996 - 1997 = 3 moradores

Casa construída em 1996, por Branco, onde vive com a esposa Rocimar "Neneca" e a filha do casal Cleidiane.

Branco é filho de Maurício Rodrigues, primo primeiro da tia avó de Rocimar, Ernestina.

CASA 19

Chefe: João "Dão" Rodrigues da Silva

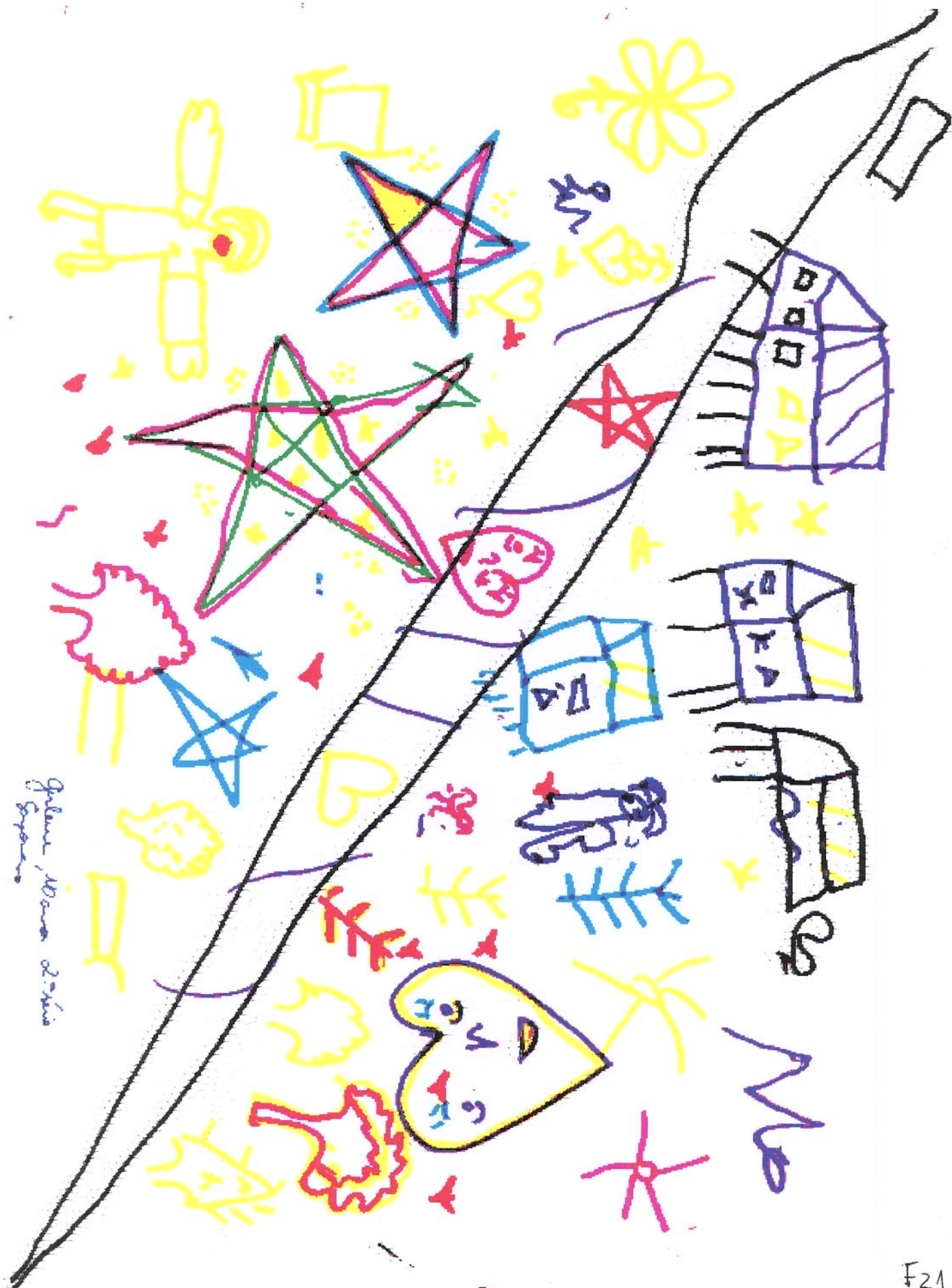
Casa construída por Dão entre 1996 e 1997, em que vive atualmente com a esposa Darly e três filhos.

CASA 20

Chefe: Tavares, agricultor e seringueiro

1996 - 1997 = 11 moradores

A casa vinte, construída em 1996 é de Tavares, genro de Roseno. Tavares é casado com Rocilda, filha de Roseno e Nêga. A família vivia em seringais do



CASA 20

Chefe: Tavares, agricultor e seringueiro

1996 - 1997 = 11 moradores

A casa vinte, construída em 1996 é de Tavares, genro de Roseno. Tavares é casado com Rocilda, filha de Roseno e Nêga. A família vivia em seringais do Jordão, até que Tavares veio tentar a sorte na agricultura, cansado dos baixos preços da borracha. Vieram Tavares, a esposa Rocilda e nove filhos: Ricardo, "Peta", Aquede, Kátia, Katiane, Rocinei e mais três crianças pequenas: um menino e duas meninas.

Conclusões

Existem múltiplas possibilidades para o recorte de uma situação social; recortes sociais, históricos e espaciais, que podem ser lidos como versões ou formas de olhar tal realidade. Procurei rastrear alguns recortes possíveis da situação discutida: ocupação de fronteira na Foz do Breu. Ative-me a três possibilidades: os recortes efetuados pelos historiadores “oficiais”, pelos historiadores locais e os recortes propostos pela antropóloga.

Cada narrador constrói limites para seu objeto atento a finalidades particulares. Os historiadores oficiais encarregaram-se de legitimar a ocupação forçosa e violenta do espaço tratado. As versões locais estão intimamente ligadas a desejos e pretensões de grupos familiares e indivíduos. A versão da antropóloga, inicialmente etnocêntrica, afina-se com o passar do tempo. Há uma multiplicidade de visões-versões sobre a Foz do Breu, que se interpenetram e dialogam através do discurso etnográfico. Nesta etnografia nenhuma versão é absoluta e definitiva, entretanto, cada forma de olhar abre espaço para sensibilidades diversas, que contribuem para o enriquecimento da etnografia.

Este conjunto de visões revelam as singularidades da ocupação em uma área de floresta tropical, e ainda, a existência de padrões e diferenças, mesmo dentro de uma “totalidade”, a Reserva Extrativista. Em uma guerra por espaço, os limites são

criados por redes de aliança entre novos e velhos ocupadores, e nos deparamos com duas diferentes redes de aliança: simétricas e assimétricas.

As redes baseadas em relações simétricas, no caso do Depósito do São João, propiciam uma distribuição equitativa dos recursos disponíveis, status e poder. Na Foz do Breu, os laços assimétricos (assistência, aviamento) criam relações de dívidas, simbólicas e práticas, que centralizam status e poder nas mãos dos “patrões”. Nesse sentido, podemos pensar que estas relações, baseadas em trocas assimétricas, garantiram e garantem à Foz do Breu, há quase cem anos, o título de “fronteira brasileira”.

Foi visto também que durante o processo de ocupação da Foz do Breu, ocupadores e etnias “amigas” se uniram contra etnias inimigas. As etnias que se alinhavam ao ocupador de fora, passaram a trocar força de trabalho e serviços com os recém chegados (como a execução de correrias); uma estratégia para assegurar espaço e condições de vida. As etnias que não se alinhavam ao novo programa de ocupação foram dizimadas ou espantadas das terras à bala.

Percebemos ainda que as estratégias de casamento, filiação e adoção são também constituidoras dos limites espaciais nas colocações e vilas. Os grupos domésticos nucleares são constantemente recompostos por estratégias. Estes grupos se articulam através de redes de laços familiares extensos, por isso a noção de “teias sociais” amarrando os grupos domésticos: os grupos domésticos são mínimos e a

rede entre estes grupos, atados por laços de filiação e casamento, é máxima em um espaço dado.

Finalmente, vimos como os seringueiros classificam pessoas em categorias que refinam, com nuances e matizes diferentes dos nossos, as gradações de idade e de status dos indivíduos, revelando formas singulares de perceber e agir no mundo.

Bibliografia

ALLEGRETTI, Mary H. "Extractive Reserves: Na Alternative for Reconciling Development and Environmental Conservation in Amazonia". In *Alternatives to Deforestation*, Columbia University Press, 1990, (p. 252-264)

ALLEGRETTI, Mary H. "Reservas Extrativistas: Uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica". *Pará Desenvolvimento*, n. 25, janeiro 1989, Belém : IDESP.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de The Making of a Forest Peasantry: Rubber Tapers of the Upper Jurua River, Acre. Phh D. Dissertation, University of Cambridge, 1992.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de "O Estatuto Da Terra e as Reservas Extrativistas". *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 25, n. 1, janeiro - abril/1995, (p.153-167).

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de "As Colocações como Forma Social, Sistema Tecnológico e Unidade de Recursos Naturais." *Terra Indígena*, Ano 7, n. 54, 1990, (p. 29-39).

ANDERSON, Anthony [et al.] O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

AQUINO, Terri V. e IGLESIAS, Marcelo P. Kashinawá do Rio Jordão - História, Território e Desenvolvimento Sustentado. Rio Branco, Comissão Pró-Índio do Acre, 1995.

AQUINO, Terri Vale de Os índios Kashinawa, do 'caboclo' ao 'acreano'. Dissertação de Mestrado, Brasília, UNB, 1977.

ARANTES NETO, Antônio [et al.] Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil. Campinas, Edunicamp/Editora Brasiliense, 1994.

ASAREAJ Relatório de Cadastramento e Pesquisa Sócio Econômica da REAJ (mimeo.). Convênio ASAREAJ/IBAMA, 1992.

ASAREAJ e IBAMA (cartilha mimeo.) A Reserva Extrativista do Alto Juruá e a Preservação da Amazônia. Brasília, IBAMA, 1995.

ASAREAJ/Projeto de Pesquisa e Monitoramento da REAJ (mimeo.) Dados do Cadastramento Sócio Econômico da REAJ. 1991

AUGÉ, Marc El Sentido de Los Otros - Actualidad de la Antropologia Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 1996.

BANTON, M.A. A Idéia de Raça. Lisboa, Edições 70, 1977.

BENCHIMOL, Samuel O Cearense Na Amazônia. Rio de Janeiro, Epigraf, 1965.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996.

BROWN, Keith, CUNHA, Manuela & ALMEIDA, Mauro (mimeo.) "Can tradicional forest-dwellers sel-manage cpnservation areas? A probing experiment in the Juruá Extrative Reserve, Acre, Brazil", 1992.

CANE, Philip. Gigantes da Ciência. Rio de Janeiro, Tecnoprint , 1959.

CARDOSO, Fernando Henrique e MULLER, Geraldo Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1977.

CASTELO BRANCO, J. M. Brandão "O Gentio Acreano". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 207, 1950, (p. 3-78).

CHAMBON, Adrienne S. "Life History as a Dialogical Activity: 'If you ask me the right questions, I could tell you'." *Current Sociology*, vol. 43, n. 2/3, autumn/winter 1995.

CNPT/IBAMA/BIRD/CUE (mimeo.) Projeto Reservas Extrativistas. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras. Brasília, IBAMA, 1994.

CONRAD, Joseph O Coração das Trevas. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.

COSTA, Craveiro O Fim da Epopéia. Maceió, Tipografia Fernandes, 1925.

COSTA, Elisa Mara Lozano Da Patronagem à Associação: poderes em disputa na REAJ. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Campinas, UNICAMP, 1998.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da Negros, Estrangeiros. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DaMATTA, Roberto. Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1987.

DANTAS, Ibarê Coronelismo e Dominação. Aracaju, PROEX/CECAC, 1987.

Decreto Presidencial n. 98.897 de 30 de janeiro de 1990. Brasília, IBAMA, 1990.

DIEGUES, Antônio Carlos O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo, NUPAUB/USP, 1994.

FELDMAN-BIANCO, Bella Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1987.

FRANCO, Mariana Pantoja "Reserva Extrativista do Alto Juruá (Acre)". In Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). *Documentos do ISA*, n. 1, 1996.

FURTADO, Celso Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1959.

GEERTZ, Clifford Local Knowledge - Further Essays in Interpretative Anthroopology - . New York, Basic Books Inc., 1989.

GNACCARINI, José Cézar "Organização do trabalho e da família em grupos marginais rurais do estado de São Paulo". *Revista de Administração de Empresas*, vol.11 n. 1, março de 1971, 75-93.

HARRIS, Marvin The Rise of Anthropological Theory. New York, Thomas Y.Crowell, 1968.

HARVEY, David A Condição Pós Moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

HEMMING, Jhon Amazon Frontier, Londres, MacMillan, 1987 (303-306).

IBAMA Subprograma de Manejo de Recursos Naturais e Unidades de Conservação. Brasília, IBAMA, 1994.

IBAMA/CNPT Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá - Acre. Brasília, IBAMA, 1995.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de Viagem pelo Amazonas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

LEACH, Edmund Ronald Un Mundo En Explosion. Barcelona, Editorial Anagrama, 1954.

LEACH, Edmund Ronald Sistemas Politicos de la Alta Birmânia. Barcelona, Editorial Anagrama, 1976.

LENHARO, Alcir Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste. Campinas, Edunicamp, 1986.

LÉVI- STRAUSS, Claude Antropologie Structurale. Paris, Plon, 1958

LÉVI-STRAUSS, Claude As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis, Vozes, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude e ERIBON, Didier De Perto e de Longe. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

MACEDO, Antônio L. B. e ALMEIDA, Mauro W. B. Desenvolvimento Econômico Comunitário-Reserva Extrativista do Rio Tejo. Rio Branco, Conselho Nacional dos Seringueiros/Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Acre, (manuscrito).

MAGALHÃES, Juracy. Ocupação das Terras do Acre. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

MAINE, Henry "The Primitive Family And The Corporation".
Ancient Law. London, Oxford University Press, 1931, 178-181.

MALINOWSKI, Bronislaw Os Argonautas do Pacífico Merdional.
"Os Pensadores", São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MARCUS, George E. "O que Vem (logo) Depois do 'Pós': o Caso da
Etnografia". *Revista de Antropologia da USP*, v. 37, 1994, 7-34.

MARTINS, José de Souza Fronteira - A degradação do Outro nos
confins do humano -. São Paulo, HUCITEC/USP, 1997.

MAUSS, Marcel Marcel Mauss: Antropologia. São Paulo, Ática,
1979.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo, Epu, 1974.

MENDES, Margarete Kitaka Etnografia Preliminar dos Ashaninka da
Amazônia Brasileira. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social,
Campinas, UNICAMP, 1991.

MENDONÇA, Belarmino Reconhecimento do Rio Juruá. Belo
Horizonte, Itatiaia, 1989.

MIRANDA, Antonio Garcia.../et al. Dicionário de Ciências Sociais.
Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

OVERING, Joanna "O Xamã como Construtor de Mundos: Nelson
Goodman na Amazônia". *Revista Idéias*, vol. 1, n. 2, julho - dezembro 1994,
(p. 81-118).

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de Experimentos com Histórias de
Vida (Itália-Brasil). São Paulo, Vórtice, 1988.

PEREIRA, Carlos, ALMEIDA, Mauro e BALCAO, N. "Chico Mendes". São Paulo: STR-Xapuri, Conselho Nacional dos Seringueiros, CUT, 1989.

PESSOA, Fernando O Guardador de Rebanhos. São Paulo, Princípio Editora, 1993.

POLLAK, Michel. "Memória e Identidade Social". *Revista de Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-202.

PORRO, Antônio As Crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

RIBEIRO, Darcy Os Índios e a Civilização. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970 (42-47).

ROIG, Henrique Enciclopédia da Floresta (no prelo). São Paulo, IBAMA/FAPESP/Cia das Letras, 1998.

SAMUEL, Raphael e THOMPSON, Paul The Myths We Live By. Nova York, Routledge, 1994.

SEVCENKO, Nicolau "O Front Brasileiro na Guerra Verde: Vegetais, Colonialismo e Cultura". *Revista da USP - Dossiê Brasil dos Viajantes*, vol. 1, n. 30, março - maio de 1989.

SILBERLING, Louise Stillman Social Movement Activity as a Factor in Successful Common Property Regimes: the case of the Brazilian rubber tappers. Mestrado Cornell University, 1991.

TOCANTINS, Leandro Amazônia - Natureza, Homem e Tempo - Uma planificação ecológica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Biblioteca do Exército, 1982.

TOCANTINS, Leandro Formação Histórica do Acre. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

WOORTMANN, Ellen e Klaas "Fuga a Três Vozes", *Anuário Antropológico*/91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, 89-137.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, Parentes e Compadres - Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo/Brasília, Hucitec/Ednub, 1995.

ZALUAR, Alba. (org.) Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.